Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Victor Hugo Baptista Neves

O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o Marquês de Paraná (1853-1856)

Rio de Janeiro
2010

Victor Hugo Baptista Neves

O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o Marquês de Paraná (1853-1856)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Profª. Drª Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

N511d Neves, Victor Hugo Baptista
O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês de Paraná (1853-1856) / Victor Hugo Baptista Neves. - 2010.
159 f.

Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Brasil – História – II Reinado, 1840 – 1889. 2. Brasil – História – Império, 1822 – 1889- Teses. I. Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981”1840/1889”

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação.

_____ _____
Assinatura Data

Victor Hugo Baptista Neves

O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a Conciliação e o Marquês de Paraná (1853-1856)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 20 de setembro de 2010.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Drª. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Profª. Drª. Marcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Profª. Drª. Ida Lewkowicz
Faculdade de História da UNESP

Rio de Janeiro

2010

AGRADECIMENTOS

Enfim, 20 de setembro de 2010: eis o momento muito esperado. Nesses dois anos e meio de lutas, a palavra *conciliação*, não foi somente o objeto de minhas pesquisas, foi além: passou a ser o norte na minha vida. Conciliar as pesquisas com diversas escolas em que leciono, que atualmente são sete, beirando à cinquenta aulas por semana, foi a saída, ou melhor, o caminho escolhido para dar continuidade aos meus sonhos. Este é um dos sonhos que está se realizando e por isso toda a honra, toda a glória sejam prestadas ao meu Deus. No mestrado aprendi a conciliá-LO com a História.

Quero agradecer à minha orientadora, a professora Drª Lúcia Maria Paschoal Guimarães que, por causa de sua autoridade sobre a política imperial, e mais especificamente sobre o nosso imperador D. Pedro II, demonstrada por sua erudição em um artigo de uma importante revista de nossa área é que me fez desejar tornar-me mais um de seus discípulos. Em nossos encontros, sempre com aquele cafezinho expresso, e sem açúcar para ela, é que este trabalho aos poucos se realizava. Agradeço às professoras Drª Márcia de Almeida Gonçalves, que me orientou brilhantemente em minha monografia ainda nos tempos da graduação e à professora Drª Ida Lewkowicz vindo diretamente de São Paulo da UNESP para a defesa desta dissertação.

Agradeço a duas amigas, Telma Soares e Isabel Marins, pela generosidade ao me emprestarem seus *notebooks*, facilitando, e muito, a escrita desta dissertação. Generosidade também eu pude contar com Priscila Brugger na parte do “abstract”. Dois mestrandos que conheci na UERJ foram o Sanger Nogueira e Bruna Belchior, o primeiro especialista no Albert Einstein, que defendeu no mês passado; a segunda, no Conde de Palmela, que em breve defenderá. Tardes agradabilíssimas ao gosto das tortas do tipo *alemã* com muito café...

À minha “mamuska”, Lucinda Caleia, que enxugou cada lágrima ao longo desses anos... e ao meu “papuska”, Edson Berbert, que agora com o coração “novo em folha” poderá assistir a defesa do filhote... Ao meu irmão Hebert Seven que a cada dia domina o mundo dos computadores...

Quero prestar meu agradecimento perante duas dádivas de Deus para a minha vida: Victória Reis, a minha filhota do coração... Sua atitude de sempre querer me ajudar, até retirando as “aspas” desta dissertação me conquista a cada dia mais... E, por fim, à Simone Reis, a minha noiva, mulher companheira, a mulher que amo, que compartilhou comigo diversos momentos sempre preocupada me perguntando: *“fez o mestrado hoje?”* Que me fortaleceu muito e que daqui à quatro dias, 24 de setembro, terá o “Neves” como seu novo sobrenome porque me casarei com ela...

Não há nada como o sonho para criar o futuro. Utopia hoje, carne e osso amanhã.

Victor Hugo

RESUMO

NEVES, Victor Hugo Baptista. *O divisor de águas da política Imperial:* D. Pedro II, a Conciliação e o Marquês de Paraná (1853-1856). 155 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A Conciliação política foi um tema muito altercado no meado do Oitocentos no Segundo Reinado brasileiro. Este debate fora intensamente travado entre os principais partidos imperiais, Liberal e Conservador, que se alternavam no poder ao longo de quase 50 anos de comando do imperador D. Pedro II. Sobre seu governo, considerado por Joaquim Nabuco como a *Grande Era Brasileira,* é que este autor legou à historiografia posterior a sua obra máxima: *Um Estadista do Império.* Nossa dissertação parte da seguinte premissa: D. Pedro II no desejo de *reinar, governar e administrar*, acima dos partidos, encetou o seu *Pensamento Augusto,* isto é, a Conciliação. Os liberais acusavam a Conciliação de esvaziar suas propostas ao serem implementadas pelos conservadores. Estes que se encontravam no poder desde 1848, liderados pelos *saquaremas*, rechaçaram completamente tal ideia, pois entendiam que esta política patrocinada pela Coroa poderia enfraquecer seu partido. O Receio virou realidade, mediante algumas das medidas tomadas pelo Gabinete, pois para tal empreendimento, de compor um ministério com políticos liberais e conservadores, a Coroa contou com Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, para chefiar o primeiro gabinete conciliatório da história do Segundo Reinado enfrentando várias resistências, principalmente entre os referidos saquaremas. O sucesso do gabinete creditou-se à *força, tato e prudência* do Marquês e, principalmente, ao *pensamento* do Imperador. A partir daí a história política do Segundo Reinado tomou novas feições.

Palavras-chave**:** Política. Segundo Reinado. Joaquim Nabuco. Historiografia. Conciliação. D. Pedro II . Marquês de Paraná.

ABSTRACT

The Reconciliation policy was an issue very altercado in mid-nineteenth century in the Second Empire of Brazil. This debate was closely fought between the imperial main parties, Liberal and Conservative, who alternated in power for almost fifty years of the emperor's command D. Pedro II. About their government, considered by Joaquim Nabuco as the Great Brazilian Period, is that this author has bequeathed to history after his magnum opus: A Statesman of the Empire. Our investigation starts from the following premise: D. Pedro II in the desire to rule, govern and administer, above party, has launched its Augustus Thought, that is, the Conciliation Committee. The Liberals accused the Conciliation emptied their proposals to be implemented by the Conservatives. Those who were in power since 1848, led by saquaremas, completely rejected this idea because they understood that this policy sponsored by the Crown could weaken his party. The fear became reality through some of the measures taken by the Cabinet, because for such a venture, to compose a ministry with political liberals and conservatives, the Crown had Honorio Hermeto Carneiro Leão, Marquis of Paraná, to head the first cabinet of the history of conciliatory Second Empire facing multiple resistance, especially among those saquaremas. The success of office credited to the strength, tact and prudence of the Marquis, and especially the thought of the Emperor. From there the political history of the Second Empire took new features.

Keywords: Politics. Second Empire. Joaquim Nabuco. Historiography. Reconciliation. D. Pedro II. Marquis of Paraná.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO 10

1 **O LEGADO DE *UM ESTADISTA DO IMPÉRIO*: JOAQUIM NABUCO, A CONCILIAÇÃO E A HISTORIOGRAFIA**..... 23

1.1 **Um debate entre pares: a Conciliação na historiografia** 38

1.1.1 *A Ponte de Ouro*: A paternidade por Nabuco de Araújo 38

1.1.2 Honório Hermeto Carneiro Leão: *força, tato e prudência do grande capitão da Conciliação* 39

1.1.3 A Conciliação sem paternidade: os melhoramentos materiais 49

1.1.4 A Conciliação sob os auspícios do *Grandioso Pensamento* 53

2 **O IMPÉRIO RUMO À *CIVILIZAÇÃO***..... 67

2.1 **O *memorável decênio***..... 67

2.1.1 *Debelar a anarquia e estabelecer a ordem*: O Regresso 72

2.1.2 *O monarca acha-se hoje sentado sobre o trono de seu país*: o Segundo Reinado 74

2.1.3 *O respeito aos direitos de cada um*: o Qüinqüênio Liberal 80

2.1.4 Os conservadores de volta ao poder 88

3 **CONCILIAÇÃO: A EFETIVAÇÃO DO *PENSAMENTO AUGUSTO* E O GABINETE PARANÁ .**..... 98

3.1 **Os caminhos da Conciliação** 98

3.2 **As Instruções do Imperador: a afirmação do *reinar, governar e administrar*.**..... 102

3.3 ***A ninguém repelimos, a todos aceitamos*.O programa da conciliação: a sombra da Coroa por trás da política** 110

3.4 **A coroação política do Pensamento Augusto** 125

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 127

REFERÊNCIAS.....130

ANEXO A – As Instruções do Imperador.....144

ANEXO B – Cartas do Visconde do Uruguai 147

ANEXO C – A lei dos círculos 149

INTRODUÇÃO

Perdido o seu fascínio de história de superfície, a história política, transformando-se na história do poder, torna-se história de profundidade. [1]

Jacques Le Goff

Esta dissertação se situa no âmbito de história política, ou numa melhor definição, da nova *história política*, segundo a concepção de René Rémond [2] ou da *história de profundidade,* na visão de Jacques Le Goff. Será investigada a chamada política da Conciliação - um projeto político de viés conservador, idealizado pela Coroa e posto em execução por Honório Hermeto Carneiro Leão, projeto *diferente* daquele conhecido pela historiografia como o *Tempo Saquarema*, mais especificamente sob sua representação maior: o Partido Conservador no Segundo Reinado.

Embora fosse voz comum de que não havia distinção, entre as práticas políticas dos partidos, baseada na frase de Holanda Cavalcanti, *não há nada mais parecido com um saquarema do que um liberal no poder*, compreendemos que os partidos Liberal e Conservador possuíam diferenças entre si. Para além disso, ambos apresentavam divergências no âmbito dos seus próprios quadros.

Todo aquele que é iniciado nos estudos da história, enquanto disciplina universitária, logo sabe que com o movimento de *Annales* a história política havia sido deixada para um plano secundário Isso é detectado por diversos autores e entre eles, Francisco Falcon. Ele afirma que a primeira geração dos *Annales*, chefiada por Marc Bloch e Lucien Febvre, havia condenado a História Política como *factual* e a segunda geração, já sob a direção de Braudel, a colocou como *tempo de curta duração*, pois na visão deste historiador francês os eventos políticos são como o *vai e vem das ondas*, incapazes de agir nas profundezas. [3]

---

[1] LE GOFF, Jacques. "A política será ainda a ossatura da história?" In*:* **O Maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval.** Edições 70, Lisboa. 1985.

[2] **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

[3] FALCON, Francisco. "História e Poder" In*:* CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus,1997. p. 71.

Percebe-se hoje em dia, que os temas mais explorados pelos pesquisadores, são aqueles ligados, via de regra, aos domínios da *história cultural*. Isso se deve à crise por qual passou a História Política, principalmente após 1945, momento de duríssimos ataques das mais variadas correntes como o marxismo, o movimento de *Annales*, o estruturalismo, o quantitativismo, etc. [4] Nosso objetivo, nesta dissertação, nos associarmos aos autores que, como Francisco Falcon, para citar um exemplo entre muitos, sugere a reabilitação da História Política, com direito à existência legítima tal como a História Social, História Cultural e a História Econômica. [5]

Procurando cada vez mais entender o mundo da política estudando vários autores, percebe-se que ela trata das relações de poder, ou melhor, do poder. Após leituras de vários textos, um que chamou a atenção foi o de Jacques Le Goff em *A política será ainda a ossatura da história*? [6] Para ele a história política poderia implicar na *história do poder*, isto é, algo bem mais profundo do que então havia sendo praticada. Conclui que a própria palavra *política* poderia nos sugerir uma idéia de superficialidade, diferente do termo *poder*, palavra que evoca profundidade e centro. A história política ganha s*tatus* de história do poder, por tornar-se uma história de profundidade.[7] Tal como Le Goff, o brasileiro Francisco Falcon levantando-se contra as velhas abordagens da História Política adverte que o fundamental para o historiador político é passar do *estudo institucional do Estado* para o *estudo do poder.* [8]

Cabe aqui salientar que a investigação cujos resultados ora apresentamos não pretende se ater nos fatos superficiais chamados por François Simiand e evocada por Fernand Braudel de *história acontecimal* ou episódica, *évenementielle*, na expressão francesa.[9] Não enfocaremos a *curta duração*. Para trabalhar com a *profundidade*, elegemos, principalmente, a *média* e a *longa* durações. Como afirma Rémond, todo um conjunto de fatos, entendidos como *curta duração*, se sucedem

---

[4] Id. ib., p.70

[5] Id. ib., p.77

[6] LE GOFF, Jacques. "A política será ainda a ossatura da história?" In*:* **O Maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval.** Edições 70, Lisboa. 1985.

[7] Id. ib., p.228

[8] FALCON, Francisco. "História e Poder" In*:* CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p.79

[9] Id. ib., p.12.

num ritmo bem rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas como golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises nos ministérios, consultas eleitorais, decisões dos governos, adoção de textos com força de lei, etc. Outros conjuntos de fatos possuem uma duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes políticos, existência dos partidos políticos. Há ainda aqueles que têm por unidade de tempo duração mais longa. Se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.[10]

A história política, ou melhor, a *história política* tradicional *era algo velho e antiquado*, nas palavras de Marc Bloch,[11] ou um *cadáver a ser sepultado* nas palavras de Le Goff.[12] Ela caía no factualismo, subjetivismo, na crença no indivíduo acima de todos, ou seja, os *grandes homens* e ainda por cima idealista, por considerar as vontades pessoais como fatores determinantes para dirigir o curso das coisas, insurge-se, levanta-se uma *nova história política*, porque, com ela, tendo como base a média e longa durações ofereceu aos historiadores a lição de que toda a análise reducionista se torna inoperante diante do fato de que o político tem características próprias. Liga-se por diversos vínculos, por todo tipo de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. [13]

Pretendemos, por meio de um longo e árduo caminho a percorrer, mas recompensador sempre, fazer parte de um determinado grupo de historiadores que prefere *fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seus estudos.*[14] Não poderemos em hipótese nenhuma *desmerecer* outras linhas de pesquisa que, com toda certeza, contribuem para nossos estudos, mas desejamos mostrar a *sua* contribuição para outros campos do saber como atesta René Rémond, pois para ele é impossível a história política praticar o isolamento. Ela é uma ciência-*encruzilhada*, pois a pluridisciplinaridade é como o ar que ela precisa para respirar. [15]

---

[10] RÉMOND, René (org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.p.34

[11] LE GOFF, Jacques. "A política será ainda a ossatura da história?" In*:* **O Maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval.** Edições 70, Lisboa. 1985. p. 221

[12] Id. ib., p. 241

[13] RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.35.

[14] Id. ib., p.14.

[15] Id. ib., p.29

A renovação da História Política deveu-se ao diálogo com as demais ciências sociais,[16] como já citamos, pois caso o contrário, incorreremos em cair justamente na sepultura daquele cadáver, como dizia Le Goff referindo-se à História Política tradicional. Daquela história fundada apenas nos grandes homens, daí a crítica voraz realizada por esta *nova história política* que não pretende ser sua *ossatura*, mas como o próprio Le Goff afirma, pois não sendo ela seu esqueleto ainda continua a figurar-se em seu *núcleo.*[17] Tentando nos distanciar de qualquer reducionismo, determinismo, levando em consideração a contribuição de várias *abordagens* das demais ciências sociais, nosso projeto visa a recuperação/resgate do *político*.

Recorrendo mais uma vez à Francisco Falcon, em uma análise da obra de René Rémond, acreditamos que o político existe e é *específico*. Ele pode ser tanto *determinante* quanto *determinado*. Possui certa autonomia, pois *pode imprimir sua marca e influir no curso da História.*[18]

Recortando mais o nosso objeto, tratamos diretamente da política imperial, mais particularmente, da política da Conciliação e da atuação dos partidos que por volta da segunda metade do século XIX dominavam o cenário político: o Partido Conservador e o Partido Liberal.

Muito já foi discutido em uma historiografia em que somente viam tais grupos políticos como homogêneos. Sobre este aspecto faremos uma breve análise, onde elegemos os mais importantes trabalhos, obras de maior repercussão na historiografia.

Tanto Oliveira Viana em *O ocaso do Império* (1959), quanto Caio Prado Júnior em sua *Evolução política brasileira* (1961), não conseguiram perceber as diferenças entre tais grupos. Para Viana, a sociedade imperial não passava de uma *sociedade feudal*, já para Caio Prado Júnior, tratava-se de um império burguês. Para o primeiro, os partidos seriam uma espécie de agregado de *clãs* para desfrute das vantagens do poder; para o segundo, eram detentores de uma significação ideológica muito restrita, dotados de um espírito retrógrado.

---

[16] FALCON, Francisco. “História e Poder” In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro:Editora Campus, 1997. p.88

[17] LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?” In: **O Maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval.** Edições 70, Lisboa. 1985. p.242.

[18] FALCON, Francisco. “História e Poder” In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro:Editora Campus, 1997. p.80

Por sua vez, Nestor Duarte, no livro *A ordem privada e a organização política nacional* (1939), percebeu os dois partidos apenas como uma *reunião de famílias*, cujas disputas operavam-se somente no quadro ideológico não se concretizando no campo da ação pragmática. Para esse autor, a sociedade imperial tinha um caráter patriarcal. Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969), criticou-lhes a *falta de programa*, de um *ideal*, pois as ideias dos membros de tais partidos não demonstravam diversidade palpável. A sociedade segundo a autora era a expressão do mandonismo originado do domínio do latifúndio.

Para Vicente Licínio Cardoso, em *À margem da História do Brasil* (1979), tanto liberais, quanto conservadores representavam os interesses escravocratas. Neste sentido, jamais poderiam solucionar os grandes problemas da nação, daí a *ilusão dos partidos*. Era a escravidão que distinguia a sociedade em seu ponto de vista. Nelson Werneck Sodré caminhou um pouco mais adiante, mas não chegou a ultrapassar os limites dessa historiografia das semelhanças entre os partidos imperiais. Embora caracterizasse o Partido Conservador como o defensor do *status quo* e o Partido Liberal defendesse algumas reformas, considerou a divisão partidária frouxa e precária. A sociedade imperial estava em trânsito, de passagem do escravismo para o *feudalismo*, pensava Sodré.

Mas outra vertente historiográfica buscou apontar sutis distinções entre tais partidos. Fernando de Azevedo em *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1963) e João Camilo de Oliveira Torres, em *Os Construtores do Império* (1968), diferenciaram os partidos por suas origens regionais quer urbana, quer rural, enquanto Raymundo Faoro no livro *Os donos do poder* (1959), identifica as diferenças a partir da origem social dos membros dos partidos. Para Faoro os partidos reproduziram a antinomia metrópole-colônia. Caberia ao Partido Conservador expressar o *estamento burocrático*, característico da monarquia portuguesa que deveria ser interiorizada na colônia e ao Partido Liberal, representante da sociedade colonial, por meio de sua classe proprietária. Paula Beiguelmam em *Formação política brasileira* (1967), além de ter enfatizado as diferenças entre os partidos, chegou a hierarquizá-los, privilegiando o papel da Coroa na explicação política imperial, valorizando a atuação pessoal do próprio D. Pedro II.

Mais recentemente, há que se mencionar duas importantes contribuições sobre a política do Segundo Reinado. A primeira de José Murilo de Carvalho e a segunda, de Ilmar R. Mattos, de inspiração marxista de viés gramsciniano.

Em *A Construção da Ordem,* de José Murilo de Carvalho,[19] é abordada a constituição de um grupo de estadistas, por ele entendido como *elite política*, composta, em sua maioria, por indivíduos da *alta burocracia estatal* que se colocou a serviço de um projeto de centralização e unificação do poder imperial, desfrutando de relativa autonomia. Para Carvalho a *elite política* não deve ser entendida como referência a *grandes homens e às teorias (...) que procuram explicar os acontecimentos em função de sua atuação.* Mas de *grupos de elite* que se distinguem *tanto das massas como outros grupos de elite.* Adverte que entender este conceito isolado de outros *fenômenos tão complexos que se referem à formação dos Estados*, por exemplo, é um erro, pois poderemos cair nos *determinismos de fatores não políticos, sobretudo econômicos, nas decisões políticas,* pois, para o autor *há sempre maior ou menor grau de liberdade nas decisões.* [20]

Afirma ainda que apesar de se colocar contra a atuação de grupos minoritários que decidem os destinos de uma nação, não se pode negar que esses mesmos grupos *realmente têm influência decisiva em certos acontecimentos.*[21] Assim, é por meio do papel desempenhado por tais grupos que Carvalho chama a atenção para o processo de Independência que ocorreu no Brasil diferenciando-se das demais repúblicas latino-americanas. O fato do Brasil não ter caminhado para a descentralização e o republicanismo explica-se por essa *elite* deter uma *unidade ideológica* que ao se vincular ao Estado *forjou* a nação.[22] Essa elite se manifestando,[23] principalmente, nos setores da alta burocracia era bastante

---

[19] CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[20] Id. ib., p. 20

[21] Id. ib., p. 20

[22] Id. ib., p. 229

[23] Id. ib., p. 230

homogênea devido ao seu *treinamento*, *educação* e *ocupação*, possuía *unidade ideológica*.[24]

Apesar da homogeneidade, o autor reconhece os *conflitos*, e as *divergências intra-elites.* [25] Ou seja, mantinham-se coesas só *em raros momentos, quando eram postos em jogo alguns interesses básicos, como a propriedade da terra e de escravos, é que eles se uniam em frente única*.[26] Carvalho enfatiza a relativa *autonomia* da elite política.[27] Da conjunção desses fatores resultava que o Estado e a elite que o dirigia não podiam, de um lado, prescindir do apoio político e das rendas propiciadas pela grande propriedade mas, de outro, viam-se relativamente livres, detentores de uma certa autonomia, para contrariar os interesses dessa mesma propriedade quando se tornasse possível alguma coalizão com outros setores agrários. Uns gostando, outros não, e muitos não gostavam, os integrantes da elite política, sobretudo os magistrados, necessitavam compactuar com os grandes proprietários a fim de chegar a um arranjo. Senão satisfatório, mas que pelo menos pudesse viabilizar certa aparência de ordem, embora profundamente injusta.

Essa elite, não é representativa nem dos interesses das *classes dominantes (a última análise é a morte da análise)* também como não o é das *classes dominadas.*[28] Para explicar o seu *modus operandi,* Carvalho recorre, primeiramente, às idéias formuladas por Joaquim Nabuco [29] e depois à expressão cunhada por Guerreiro Ramos de *dialética da ambigüidade*, onde *o Estado imperial se tornava, por sua elite, instrumento ao mesmo tempo de manutenção e de transformação das estruturas sociais.* [30]

Por sua vez, o historiador Ilmar R. Mattos vê a formação do Estado como resultado da *ação hegemônica de uma classe*, a *classe senhorial* que se identifica com uma elite que chega ao poder. Essa classe senhorial tem suas origens nos

---

[24] Id. ib., p. 230. Interessante é perceber a utilização de um conceito marxista, pelo qual muitas vezes o autor tenta negar.

[25] Id. ib., p.231

[26] Id. ib., p.232

[27] Id. ib., pp. 232-233

[28] Id. ib., p p.235. Reparar que desta vez o autor se utiliza, mais uma vez, de um conceito marxista, sendo que agora para criticá-lo.

[29] NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** São Paulo: Ed. Nacional, 1938 (1ª ed.1883) p.184.

[30] RAMOS, Guerreiro. “A Crise do Poder no Brasil”. Rio de Janeiro: Zahar, 1961 apud CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.234

fazendeiros fluminenses que seguiam a orientação de um grupo específico de políticos, o grupo *saquarema,* oriundos da localidade de Saquarema na mesma província.

Os saquaremas, para o autor, eram os *dirigentes - diríamos melhor, intelectuais da classe senhorial em constituição.*[31] Para os saquaremas, a manutenção de uma ordem bem como a difusão de uma civilização apareciam como objetivos fundamentais: eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e possibilitavam a constituição de sua própria classe.

Mattos afirma que a ordem para os Saquaremas não era somente aquela responsável pela prevenção ou repressão de diversos crimes na sociedade; manter a ordem, de forma efetiva, significava preservar *as relações sociais* entre os senhores e seus escravos, assegurar o *monopólio das propriedades* rurais advindas desde os tempos coloniais, monopólio da violência por esses mesmos senhores. Além destas características internas Mattos enfatiza que os saquaremas agiram em torno da manutenção da reprodução das relações com o mundo exterior civilizado e, principalmente, capitalista, tanto que chega afirmar que o *tempo saquarema* corresponde ao que o historiador inglês Eric Hobsbawm chamou de *era do capital.* [32] O monopólio que se dava também em relação à responsabilidade da Coroa por meio dos seus políticos era assegurado. A par disso, manter a ordem era também manter a integridade do território, além da integridade da *reprodução dos três mundos*: do *governo*, do *trabalho* e da *desordem*.

A noção de *mundo do governo* tem relação com a *boa sociedade* que nada mais era que a correspondência com a sociedade política, ou seja, aquele grupo portador da liberdade (propriedade de si) e propriedade de outra pessoa, isto é, escravos. Estas características faziam que os homens constituintes deste mundo tivessem a legitimidade de governar. Já o *mundo do trabalho* refere-se aos escravos e o *mundo da desordem,* aos que*,* na ordem escravocrata, era composto por uma

---

[31] MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial** . São Paulo: Hucitec, 1987. p.157.

[32] HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 apud MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987. p.101.

massa de homens livres e pobres por não possuir o critério distintivo da sociedade imperial: a propriedade. [33]

Inspirado nas idéias de Antonio Gramsci, Mattos vê a relação da Coroa para com a classe senhorial onde esta fez com que aquela se transformasse em um *partido*, capaz de lidar com as *fissuras e divergências no interior da classe*, com os afastamentos daqueles que constituem aliados políticos, com os movimentos daqueles que se opõem, propiciando assim a unificação e a homogeneização dos representantes políticos da classe senhorial, habilitando-os para o exercício de uma *direção e de uma dominação*. [34] Para Mattos a classe senhorial serviu-se do Estado Imperial com dois objetivos principais: forjar sua unidade e levar adiante uma dupla expansão. Em primeiro lugar tendo a Coroa como agente unificador dos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam sobre a lavoura cafeeira fluminense do Vale do Paraíba. A Coroa *procede a uma expansão horizontal da classe senhorial.* Em segundo lugar a Coroa fez com que vários elementos que possuíssem apenas a propriedade de si mesmos se liguem aos interesses da classe senhorial.

Atualmente, a historiografia começa a propor novos encaminhamentos para o estudo dos partidos políticos no Segundo Reinado, a exemplo do trabalho de Maria Fernanda Vieira Martins, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado.* [35] Para a autora, as interpretações de José Murilo de Carvalho e de Ilmar R. de Mattos baseiam-se na bipolaridade, privilegiando relações antagônicas, como a oposição entre conservadores e liberais, burocratas e classe senhorial, autoridade central e provincial ou Estado e poderes locais. Tal postura, segundo Maria Fernanda, deixa de lado o estudo da complexidade dessas relações, daí resultando a dificuldade de se identificar a existência de *projetos homogêneos* propostos pelas duas facções políticas mais importantes do Império, quanto de *fissuras* que se produziam no interior dos respectivos quadros partidários,[36] *fissuras,*

---

[33] MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987. pp. 117-125;

[34] Id. ib., p.93 (o grifo é nosso)

[35] MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005.

[36] Id. ib., p.31

a exemplo das que se identificam nos debates sobre a chamada política da Conciliação, da qual trataremos nesta dissertação.

Dito isso tudo, é neste aspecto que procuramos entender a Conciliação como uma *cultura política*. Para isso nos utilizamos os conceitos de Serge Berstein. [37] Mas defini-la não é tarefa tão fácil assim. Daí o autor chamá-la de *nebulosa complexa*, pois ela se encontra entre a história cultural e a história política.

Ora, qual é o objetivo da cultura política? Para Bernstein, a cultura política busca compreender os motivos que levam os homens a adotarem um comportamento político. Ela é *resultante* da experiência vivida e elemento de grande peso da ação futura. É, simultaneamente, um fenômeno individual e coletivo. Neste sentido, os estudos sobre a cultura política tendem a fornecer respostas mais satisfatórias que em sua visão, o marxismo, algumas correntes idealistas, umas sociológicas e outras até psicanalíticas não deram conta.

Ao decorrer do texto são expostas duas concepções de cultura política. A primeira vem de J.F. Sirinelli, criticada por Berstein, que a considera uma definição muito *global*. Para Sirinelli a cultura política é encarada como uma espécie de código formado no seio de um partido, família ou tradição política.[38] Já no entender de Bernstein trata-se de um conjunto coerente: produz uma *leitura* comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto.[39] Diante dessa definição, o autor enfatiza o caráter plural da cultura política. Apesar desta estar ligada à cultura global de uma determinada sociedade esta não se *confunde* com aquela, pois atua *somente* no *campo político.* Esta pluralidade existe mesmo no interior de uma nação, na qual é possível identificar diversas culturas políticas, que chegam a se tocar, intercambiando e compartilhando valores. Entretanto, apesar da pluralidade, há uma característica que Bernstein chama de *dominante*, que acabaria por exercer influências em outras culturas políticas.

Por essa linha de raciocínio, nossa problemática de investigação poderia ser assim resumida: se existe uma cultura política predominante, como de fato foi a *cultura política saquarema*, ou *tempo saquarema,* podemos perceber a existência de

---

[37] "A cultura política". In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p.349-363.

[38] "A cultura política". In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 351

[39] Id. ib., p. 351

outra cultura política, com a qual trocou e compartilhou valores: a *cultura política da conciliação*. É a partir deste pressuposto que começamos a nos distanciar da historiografia clássica.

O nascimento de uma cultura política, segundo Bernstein, se deve ao fato de que certas respostas fornecidas por grupos de indivíduos aos grandes problemas e grandes crises se inscrevem na duração, pois da solução concebida até a sua efetiva aplicação o prazo é muito longo. A cultura política é divulgada por *vetores de socialização política*, que atuam por repetição, em que se incluem a família, a escola, o exército, o trabalho, os meios de comunicação e, o mais importante para o nosso estudo: os *partidos políticos*.

A cultura política não apresenta um caráter estático. Constitui um *corpo vivo* e continua a evoluir, enriquecendo-se com a contribuição de outras culturas políticas. Por outro lado, a falta de adaptação de uma cultura política implicará mais cedo ou mais tarde no seu declínio, pois as representações podem distanciar-se da realidade objetiva, mas não conseguem sobreviver com suas próprias contradições.

A investigação empreendida a respeito da cultura política da Conciliação contempla o recorte temporal compreendido entre o final da de década de 1830 e ano de 1853, momento em que se efetiva o projeto conciliador. Na pesquisa empírica tomamos como ponto de partida a sugestão oferecida por Caio Prado Júnior: *o pesquisador mais minucioso poderá acompanhar o funcionamento do parlamento imperial nos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado.*[40] Isso, sem dúvida, foi de grande valia para confirmar nossas hipóteses de trabalho. Na Câmara e no Senado se travaram inúmeros debates que nos forneceram condições de reconstituir as diferentes das propostas de *Conciliação.* Nesses *Anais* encontramos também muitos discursos sobre a questão, como por exemplo, aquele pronunciado em 06 de junho de 1853, pelo então deputado Nabuco de Araújo, que ficaria conhecido como *A Ponte de Ouro*. Nesta intervenção, de acordo com Joaquim Nabuco, se defende o ideal do gabinete conciliador. Nabuco filho atribui a Nabuco pai a fórmula da Conciliação.

---

[40] PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 12ª ed. 1980.p.196.

Compulsamos também, entre outros documentos ditos *oficiais*, as *Falas do Trono,* [41] pronunciadas na abertura e no encerramento do ano legislativo, bem como a obra do barão de Javari, *Organizações e Programas Ministeriais.* [42]

Foram consultadas ainda algumas correspondências de senadores e deputados durante a década de 1850. Entre elas encontramos as cartas que o Visconde de Uruguai (1807-1866) dirigiu ao seu filho, conhecido mais tarde como Conselheiro Paulino (1834-1901) e as missivas de Francisco Otaviano de Almeida Rosa destinadas ao Barão de Penedo.

Porém, a principal fonte examinada nesta dissertação viria do punho do próprio Imperador D. Pedro II, o manuscrito, *Instruções, ao gabinete Paraná.* Documento conhecido embora raramente utilizado pelos especialistas, convém lembrar, a partir do seu exame acurado percebemos que as fissuras no seio saquarema foram mais profundas do que se supõe e necessitam de estudos mais acurados. Ao mesmo tempo, a leitura das *Instruções* revela a disposição do Imperador de reinar, governar e administrar, que muita das vezes é negligenciada pela historiografia ao se debruçar sobre o papel desempenhado por D. Pedro II na política imperial.

Em nosso primeiro capítulo abordaremos o peso da obra de Joaquim Nabuco para a historiografia sobre o Império do Brasil, mais especificamente o Segundo Reinado, que, querendo ou não, acaba por ser influenciada em algum momento. A título de um rápido exemplo, em *Um Estadista do Império*, veremos que Joaquim Nabuco construíra alguns *mitos* recorrentes em nossa historiografia, como a inconsistência doutrinária dos partidos políticos, tornando célebre a máxima de Holanda Cavalcante, além da afirmação da influência européia no Brasil Imperial. A importância de sua obra se deve por esse historiador ter se preocupado com uma *metodologia*, coisa que aos iniciantes nos estudos de história seria muito válida a demonstração de como ele procedera com as fontes primárias e secundárias. Fontes estas que ele classificou e incorporou ao seu texto da *Vida,* termo empregado para se referir a sua obra máxima, como era recorrente. Nesta *Vida* de seu pai, dizia ele que o foco seria o Imperador e seu reinado; contudo, veremos que a memória paterna será muito maior do que seu saudosismo pela monarquia.

---

[41] **Falas do Trono (1823-1889)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Câmara dos Deputados, 1889.
[42] "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I.

Abordaremos uma extensa produção historiográfica, enfadonha em alguns momentos, mas que é de fundamental importância para percebermos como os historiadores viram e vêem a Conciliação e a questão da sua *paternidade*, tema tão debatido, que não pretendemos esgotar, mas contribuir para o debate de forma clara e objetiva, com base nas fontes disponíveis

No segundo capítulo abordaremos o contexto de 1850, recuando um pouco ainda nos tempos da Regência. A preocupação do Império era entrar, de uma vez por todas, no rol das nações ditas *civilizadas*, por isso a Conciliação seria tão importante para garantir uma governabilidade. Visualizaremos os debates na Câmara dos Deputados, em sua maior parte, e também no Senado. Muitos debates provieram da tão polêmica *Fala do Trono*, oportunidade oferecida aos deputados para tratarem de *política geral,* termo muito utilizado na época. Os parlamentares na tribuna definiram seus conceitos sobre política e conciliação. O conceito de conciliação era diverso para os deputados e senadores, pois estava se formando. Este conceito era muito diferente do que seria efetivado pela Coroa.

No terceiro capítulo trataremos do Gabinete da Conciliação (1853-1856), chefiado diretamente por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná (1801-1856). Analisaremos os debates na Câmara e no Senado ora a favor, ora dúbio, ora contrário a esta cultura política emergente, sempre tendo em mente as *Instruções* passadas por D. Pedro II a Honório Hermeto*.* Apesar do futuro duque de Caxias haver assumido a presidência do Gabinete após a morte de Paraná, nosso trabalho contemplará a atuação do político que no passado enfrentara o Imperador *não se curvando.* Partimos do pressuposto que este episódio valera o respeito e a confiança depositada no Marquês pelo Imperador, que o convocou para concretizar o *Pensamento Augusto* deixando em segundo plano, propositadamente, os poderosos chefes do Partido Conservador, isto é, a *Trindade Saquarema.*

1 O LEGADO DE *UM ESTADISTA DO IMPÉRIO*: JOAQUIM NABUCO, A CONCILIAÇÃO E A HISTORIOGRAFIA

Agora tenho um trabalho que me seduz e tudo preparado. [43]

Joaquim Nabuco

Qualquer estudo sobre a época imperial no Brasil, mais particularmente, sobre o Segundo Reinado, não pode deixar de analisar uma das maiores obras sobre tal período. Maior no sentido do volume em páginas produzido e de documentos utilizados; maior, principalmente, por sua influência inegável na historiografia posterior, sobre qual nos deteremos ainda neste capítulo.

O pensamento de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, mais conhecido como Joaquim Nabuco (1849-1910), foi muito difundido, ora como reformador social, jornalista e diplomata, ora como homem de letras e historiador, autor do clássico *Um Estadista do Império- Nabuco de Araújo – sua vida, suas opiniões, sua época.* (1897-1899). Ao fazer uma breve introdução à obra, Afonso Arinos de Melo Franco teceu alguns comentários[44] sobre a tendência de Joaquim Nabuco, manifestada *desde a mocidade*, para redigir diversos artigos de história política, propensão que se confirmaria no livro *Um Estadista do Império.*

Escrito entre 1897 e 1889, Nabuco afirma ter coletado aproximadamente 30 mil documentos, que pertenceram a seu pai, guardados em três *caixões,* como ele gostava de afirmar. Sobre o volume da documentação compulsada, adverte:

> (...) Eu passei esses seis meses a reunir e separar o material preciso para escrever a vida de meu pai. Foi um trabalho seguido de cinco horas por dia. Tive que considerar uns 30.000 documentos, fora livros, discursos, anais. Tenho hoje em três caixões, o indispensável para escrever uma obra em dois grossos volumes, Vida e opiniões do Conselheiro Nabuco. Só quisera, para levantar esse monumento (não pelo que vou escrever, mas pelo que vou publicar dele) à memória de meu pai, ter, durante uns dois anos, o espírito sossegado. **Agora...tenho um trabalho que me seduz e tudo preparado**. [45]

---

[43] Trecho da carta de 10 de março de 1894, ao seu cunhado, Hilário de Gouveia que encontrava-se exilado na Europa por conta do governo do marechal Floriano Peixoto. Apud MELO FRANCO, Afonso Arinos. "Joaquim Nabuco e a história política do Império". In: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p.27

[44] MELO FRANCO, Afonso Arinos. "Joaquim Nabuco e a história política do Império". In: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p.13

[45] Trecho da carta de 10 de março de 1894, ao seu cunhado, Hilário de Gouveia que se encontrava exilado na Europa por conta da oposição que fizera ao governo do marechal Floriano Peixoto. Apud MELO FRANCO,

O exame desse formidável acervo só foi possível porque o pai do escritor, o senador Nabuco de Araújo, *tinha o costume desde jovem de guardar tudo que lhe dizia respeito*. Durante quarenta anos de vida pública conservou *as cartas e papéis por ele recebidos e a cópia da correspondência que expedia; (...) mais tarde, preservou estudos para os seus trabalhos do Ministério, do Senado, do Conselho de Estado, da advocacia*, discursos parlamentares, pareceres, além de *opúsculos, artigos e recortes de jornais e de revistas.*[46]

No prefácio à primeira edição, Joaquim Nabuco assinala que a preparação de um trabalho histórico demanda no emprego de uma metodologia. Ele havia dividido a sua pesquisa em quatro partes: *O meu primeiro trabalho foi ler todas as peças e documentos e tirar deles o que pudesse figurar na Vida que eu planejava*, etapa da investigação de que se ocupou *de 1893 a 1894, principalmente durante os meses da Revolta [da Armada], quando nesta baía [de Guanabara]*. Num segundo momento, procurou selecionar a documentação e, por fim, *uma vez terminado este trabalho*, tratou de *reunir e dispor cronologicamente o material escolhido, ligando-o peça por peça de modo a formar o arcabouço da obra*.[47] Leu, separou, eliminou e reuniu. Tarefas essenciais a qualquer trabalho historiográfico. Além disso, realizou pesquisas em jornais de época como, por exemplo, o *Jornal do Brasil*.

Segundo Luis Felipe Alencastro, o *Jornal do Brasil* constituía uma espécie de órgão da *imprensa oficial,* um excelente veículo de informação e debate, além de referência ora explícita, ora implícita, realizadas pelos editoriais de outro periódico também importante: o *Jornal do Comércio*. Por isso, não é de se estranhar a utilização por Joaquim Nabuco deste tipo de fonte, hoje uma prática muito comum na historiografia brasileira. A metodologia *nabuquiana,* [48] contudo, não fora bem entendida e por isso recebeu críticas como, por exemplo, de José Veríssimo. Este alegava que a obra de Joaquim Nabuco continha um *defeito na estrutura do livro*.

Afonso Arinos. "Joaquim Nabuco e a história política do Império". In: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p.27. (grifo nosso)

[46] NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p.37

[47] Idem.

[48] Pegamos de empréstimo esta excelente expressão cunhada por Alencastro. ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). ***Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.*** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999.

Veríssimo fazia parte daqueles escritores que escreviam numa conjuntura em que tais fontes não tinham adquirido a *estampa* [49] de documentos históricos [50].

Durante a fase militar da República no Brasil, conduzida pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, conhecida como a *República da Espada* Joaquim Nabuco enfrentara duro ostracismo por causa de suas convicções monárquicas.[51] Foi justamente neste período que se propôs a tarefa de escrever a *Vida* de seu pai. Além de biografá-lo, o enfoque principal deveria recair sobre a figura do Imperador durante o seu longo governo, por ele denominado de *A Grande Era Brasileira*:

> (...) Escrevendo a vida do último senador Nabuco de Araújo, não dou senão uma espécie de vista lateral da sua época. A figura central do segundo reinado é a do próprio Imperador, e só quem lhe escrevesse a Vida e a ilustrasse com os documentos que ele deve ter deixado poderia por em foco, em seu ponto de convergência, a **Grande Era Brasileira**, a qual lhe pertence. Só desse modo se poderia colocar cada um dos estadistas que o cercaram no seu respectivo plano e dar-lhe as suas proporções reais. A presente Vida é apenas uma contribuição para a história do reinado de dom Pedro II. [52]

Talvez resida aí uma contradição entre a proposta anunciada por Joaquim Nabuco e o que de fato ele escreveu. Apesar de anunciar que D. Pedro II seria a figura central de sua obra, no fundo, seu foco recaía sobre seu pai, o senador Nabuco de Araújo cuja importância política procurou enfatizar. Invertiam-se, portanto, as posições: o Imperador e seu Reinado permaneciam como um pano de fundo para um objetivo maior: o enaltecimento da figura de Nabuco de Araújo. Assim, por meio da atuação do Senador, Joaquim Nabuco oferece uma

---

[49] ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). ***Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.*** 2° ed. São Paulo: Senac,1999.pp.123

[50] Devemos notar aqui a preferência clara de Nabuco ao escrever a expressão *Vida,* como este gostava de chamar, pela grande imprensa e, em consequência disso deixar de lado a imprensa do tipo *pasquim*, como ressalta Alencastro. O entendimento do papel dos jornais Oitocentistas é de fundamental importância em meio a uma certa escassez de um mercado editorial de livros com bem atesta o Alencastro: *Na ausência de um verdadeiro mercado editorial de livros e de uma massa de leitores formados pelo ensino acadêmico e a frequentação de bibliotecas públicas, os periódicos apareciam como veículos quase exclusivos da difusão de ideias*. Id. ib., p.123.

[51] Duas nostalgias se estabeleceram no historiador, de acordo com Afonso Arinos: a primeira nostalgia é a do próprio pai, que quase não convivera mediante suas atividades e a segunda, para nós a mais importante, a *[...] nostalgia do antigo regime, onde alcançara, ainda na juventude, a glória nacional. A biografia do pai até ter sido cogitada como uma espécie de manifesto monarquista, naqueles anos em que alguns partidários do sistema decaído ainda acreditavam, de boa fé, nas suas possibilidades de retorno... não se pode recusar de plano, portanto, que Nabuco, além do 'monumento' ao pai estivesse também erigindo com fins políticos, um outro monumento, este ao Império.* MELO FRANCO, Afonso Arinos. "Joaquim Nabuco e a história política do Império". In: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p. 28.

[52] NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p.38. (grifo nosso).

interpretação da Conciliação. Aliás, ele credita as idéias do Gabinete Paraná ao seu pai e, em menor medida, ao Imperador.

Como se sabe, a obra de Nabuco divide-se em oito partes chamadas de *livros*. De todos o que chama mais a nossa atenção é o relativo ao Gabinete, ou como ele chamou de *Ministério Paraná.* O primeiro livro foi denominado de *Até o Ministério Paraná (1813-1853)* e o segundo *O ministério Paraná (1853-1857.)* [53] Percebe-se, por conseguinte, que a Conciliação foi o marco divisor da obra de Joaquim Nabuco. São mais de 160 páginas. Trata-se da narrativa quase diária da ação do Gabinete formado pelo futuro Marquês de Paraná, no qual seu genitor ocupou a pasta da Justiça (1853-1857).

Nas palavras de Luís Felipe Alencastro, a Conciliação e a presença do pai no Gabinete *ganham um papel central* no livro de Joaquim Nabuco. A opinião é partilhada por Ricardo Luis de Souza, pois *a descrição que Nabuco faz do gabinete liderado por Paraná, em 1850, é fundamental para compreendermos seu pensamento político*. Ele entendia que *a autoridade sentia-se moralmente responsável; o ministro não era um déspota [...], acima deles estava a Coroa, estava a opinião de seus pares [...] estava o espírito de moderação e a rotina dos precedentes.* [54]

Outro aspecto que marca a influência da obra de Joaquim Nabuco na historiografia dá-se também quando aborda o que Alencastro chama apropriadamente de *perfis psicológicos.*[55] Ora, temos que atentar para o fato de que esses perfis foram construídos por ele e que ao longo do tempo tornaram-se como que *naturais*, por assim dizer. Daí o perfil que traça dos estadistas do Império, sempre com uma posição sisuda, demonstrando autoridade, denotando poder, sempre com um olhar que parece fitar um horizonte em que o povo, pobre mortal, não conseguisse contemplar. [56] Ora, é um olhar da *boa sociedade,* de acordo com o

---

[53] Atentar para o fato de que tanto Honório Hermeto Carneiro Leão quanto Pedro de Araújo Lima, Visconde de Paraná e Visconde de Olinda, respectivamente, na formação dos ministérios presididos por eles eram ainda *Visconde*, mas como eles chegaram ao título de *Marquês*, é comum na historiografia tratá-los com seu último título nobiliárquico.

[54] SOUZA. Ricardo Luis de. **Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20. Jan./dez. 2004.p.340

[55] ALENCASTRO, Luis Felipe. " Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac,1999.pp.129

[56] O livro de Sébastien-Auguste Sisson (1824-1898) em suas litografias, mais especificamente, na *Galeria de Brasileiros Ilustres* de 1861, constitui a base de Joaquim Nabuco para compor os perfis dos políticos do Segundo

conceito formulado pelos historiadores Márcia de Almeida Gonçalves e Ilmar R. de Mattos.[57]

Se até hoje é muito comum ouvir a célebre frase de Holanda Cavalcanti de que *nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder* isso também seria resultado da memória histórica que se cristalizou sobre a tão propalada *ausência* ou *inconsistência* doutrinária em relação aos partidos políticos do Segundo Reinado. Conforme assinala Ricardo Luis de Souza, apesar de liberal (...) *Nabuco ressalta a inconsistência doutrinária dos partidos imperiais, sempre prontos a seguirem políticas pouco ou nada condizentes com seus princípios partidários*. Por sinal, do mesmo Nabuco vem importante observação: *Não era a qualificação de conservador que impediriam desses partidos de oferecerem-se para as inovações as mais ousadas, como não era o de liberal que tolheria o outro de secundar as medidas as mais autoritárias*. [58]

Reinado. Algo completamente inverso de um grande escritor da época: Machado de Assis. À título de breve exemplo, nesta nota, enquanto para este as litografias serviriam como base para dar vida aos personagens como, por exemplo, quando Machado de Assis comentou em *O Velho Senado* da surdez do Marquês de Olinda ou na mania do senador José Araújo Ribeiro ao andar sempre com um exemplar do dicionário *Morais* para conferir se quem o aparteava sabia o significado das palavras ou não, ou num caso até mesmo cômico, ou melhor, com o velho estilo do bruxo do Cosme Velho, ao falar do Marquês de Itanhaém, uma figura *sem dentes e sem valor político.* ASSIS, Machado de. "O Velho Senado". In: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**, Anexo v. II, p. 1277. Se Machado, como escritor, em sua pena corre a tinta da ironia, na pena de Nabuco, como historiador, não é permitida *nenhuma observação irreverente.* ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999. pp.129. É da vida dos personagens litografados por Sisson que Nabuco monta seus *grandes homens, varões habitados pela nobreza de porte e do espírito.* Alencastro faz a seguinte e importante observação: Seus personagens nunca são pegos desprevenidos. Todos tinham valor político e discursavam num português escorreito; não há entre eles nem surdos nem desdentados. ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império." In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999.pp.130.

[57] Os historiadores Ilmar. R. Mattos e Márcia de Almeida Gonçalves para definirem melhor o conceito de *boa sociedade* evocaram as memórias do advogado e fazendeiro mineiro Francisco de Paula Ferreira Rezende (1832-1893). Para ele era nítida a sua forma de enxergar a sociedade imperial, pois havia *três seguintes classes – a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se costuma de chamar de boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos.* RESENDE, Francisco de Paula Ferreira. "Minhas recordações" Apud MATTOS, Ilmar R. e GONÇALVES, Márcia de Almeida. **O Império da Boa Sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro.** São Paulo: Atual, 1991. p.17. Este era o *sentimento aristocrático* que habitava na *cultura política* de toda a sociedade, tanto conservadores quanto liberais, como afirmava Ferreira Rezende. Sobre este aspecto não existia distinções entre saquaremas e luzias, afirmam. Este sentimento tinha por base a propriedade, pois ela era o fator distintivo dentro da sociedade imperial, como demonstram os autores: *Diferença e hierarquias construídas a partir de um sistema de classificações que privilegiava os atributos liberdade e propriedade. E deste modo a partir da distinção entre homens livres e proprietários, homens livres e não proprietários, e homens nem livres e nem proprietários, as imagens eram elaboradas. Ou a "boa sociedade", o "povo mais ou menos miúdo" e os escravos. Ou então "brancos", "pardos" e "pretos". Ou ainda "cidadãos ativos", "cidadãos não ativos" e "não cidadãos". Diferenças e hierarquias que além de colocarem em posição de destaque a "boa sociedade", os " brancos" e os "cidadãos ativos", eram vistas como naturais e eternas.* MATTOS, Ilmar R. e GONÇALVES, Márcia de Almeida. **O Império da Boa Sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro.** São Paulo: Atual, 1991. pp.17-18

[58] SOUZA, Ricardo Luis de. **Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20. Jan./dez. 2004.p.320

Além dos *perfis psicológicos* e da projeção da máxima de Holanda Cavalcanti sobre a dita fragilidade doutrinária dos partidos no Segundo Reinado, há que se apontar outro exemplo marcante da influência de Joaquim Nabuco na historiografia. Uma das idéias correntes, bastante exploradas pela historiografia, da qual buscamos nos distanciar, seria a de que D. Pedro II se dispunha mais às artes, ciências, do que propriamente à política. A crítica de Joaquim Nabuco reforça essa imagem do Imperador: *um monarca mais preocupado com os estudos, aos quais se entrega com o ardor e a imperícia de um diletante – a astronomia, por exemplo –, que com os mais urgentes problemas nacionais*. Como bem lembrou Ricardo Luis de Sousa, apesar das suas conhecidas convicções monárquicas, Nabuco desferira duras palavras contra Sua Majestade, ao afirmar que *o que ele fez é nada ao lado do que ele podia ter feito, se a observação das senzalas lhe causasse tanto interesse como, por exemplo, a contemplação do céu*. [59]

De qualquer modo, a observação a respeito da forte influência que os padrões de comportamento europeu exerciam sobre a sociedade imperial, também é mais um dos legados da obra de Joaquim Nabuco:

> Nós, brasileiros, o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos, pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia. [60]

Desde o final do século XIX e início do XX, segundo Isabel Andrade Marson, a relevância da contribuição de Nabuco já era percebida, tornando-se uma espécie de modelo para interpretações mais clássicas sobre sociedade brasileira. Para a historiadora, *a importância desse autor e de suas obras para a compreensão do percurso histórico e da historiografia do Império, da escravidão e da revolução no Brasil vem sendo observada desde o final do século XIX*. Para Isabel Marson, isto se deve ao fato de que *Um Estadista* divulga *eventos, personagens, marcos, argumentos e imagens daqueles temas respeitados por intérpretes clássicos da sociedade brasileira, dentre eles Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes*. Afirma também a autora, que *o desempenho de*

---

[59] Apud. SOUZA. Ricardo Luis de. **Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20. Jan./dez. 2004.p.337

[60] NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, s.d.p.47

Nabuco como político e homem de letras, sobretudo enquanto 'reformador social', tornou-se referência para muitos intelectuais de diferentes gerações e especialidades. [61]

Nabuco foi bem claro ao tratar da Conciliação. Para ele foi um Gabinete que preservou a coerência, mesmo após o falecimento do presidente do Conselho. Um ministério formado por homens com capacidade para administrar, figuras que mais tarde exerceriam ainda papéis de maior proeminência na política imperial, pois como indica Izabel Andrade Marson: *(...) a solidez da organização se provará pelo fato de ter esse ministério continuado o mesmo depois da morte de Paraná pra realizar o seu programa*. Neste ministério se caracterizou *pelo fato de terem os homens que ele reuniu em torno de si mostrado as qualidades de administrador que ele tanto apreciava e ocupado todos mais tarde a primeira posição*.[62]

Esse novo ministério havia conseguido apoio de alguns setores da imprensa, nos quais Sales Torres Homem assumira a postura de *paladino da conciliação: As nações novas, que, como o Brasil, ainda que não firmaram de todo os alicerces de sua civilização, necessitam mais que outras dessas paradas, e não podem desperdiçar sua forças vivas em lutas incessantes e estéreis cedem exporem-se aos efeitos de uma caducidade prematura.*[63]

No Parlamento, a Conciliação era defendida, sobretudo, pelos liberais, além também da oposição na mesma Casa ao ministério Rodrigues Torres (11º Gabinete do Segundo Reinado). Nabuco argumenta que a conciliação havia se tornado uma necessidade, principalmente, após o *desastre da revolução de Pernambuco,* isto é*,* da chamada revolução Praieira, pois *havia criado o desejo de paz e tranqüilidade*. [64] No VIII capítulo, denominado *Traço geral da administração. Morte de Paraná. Eleições de 1856. Fim do Gabinete*, como o próprio título sugere, o filho do Senador Nabuco, definiria melhor a sua percepção sobre a Conciliação. Ele relata que a atividade do presidente do Conselho quando ainda estava vivo era sentida *em todos os ramos da administração,* que por sua vez as *fundações* e *reformas* que

---

[61] MARSON, Izabel Andrade. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão.** Uberlândia: EDUFU, 2008. pp.11-12

[62] Id. ib., p.161

[63] Apud Id. ib., p.161

[64] Id. ib., p.161

promovera constituíam uma *longa lista*. [65] Pois este *traço dominante* da Conciliação era para o historiador amenizava as paixões partidárias, propiciando um *arrefecimento* das rivalidades, evitando que o país não se deixasse conflagrar por *guerras civis*. Neste sentido, Nabuco cita um fato ocorrido na Câmara, quando Paraná se defendeu de não ter praticado a conciliação em 1848, quando era presidente de Pernambuco, pois os partidos na época encontravam-se *irritados*, no dizer do político mineiro de Jacuí.

A conciliação que para Paraná era entendida como *sossego do espírito, essa tranqüilidade dos partidos, essa calma das paixões* somente deveria ser realizado por um *braço mui forte*, ou seja, por sua própria pessoa. Liberais e conservadores apareceram *misturados* nos mesmos gabinetes por cerca de dez anos até culminar na formação do partido progressista, pois os *conservadores puros se extremam outra vez* e mais uma vez o antagonismo partidário revivera. [66]

Neste momento Paraná governava com força. Esta força decorria do aval do Imperador, mas que não administrava sozinho. Seu ministério imbuído de *novas ideias* fizera com que o país entrasse em uma *fase nova*, pois conseguira fazer cumprir a Lei de 19 de Setembro de 1850 (fim do tráfico) e, principalmente, pôr termo a qualquer movimento com características de revolução, que tanto custou ao Império como o caso da Praieira:

> (...) O homem que o preside é o **braço forte que a nossa política produziu**. Os ministros que o compõe, comparados aos seus antecessores, representam a nova direção das ideias, ao passo que aqueles, a despeito de poderoso concurso que prestaram aos melhoramentos industriais e em mesmo em grande escala ao desenvolvimento intelectual do país, já estão politicamente, ou antes francamente regressistas perderam o contato, a comunicação com a fase nova na qual eles mesmo fizeram o país entrar, suprimindo o tráfico e abafando o espírito revolucionário. [67]

Ora, essa fase nova pode ser entendida como uma mudança política e principalmente no meio de como fazê-la, daí que o desejo da lei dos círculos se tornava cada vez mais forte:

---

[65] Id. ib., p.301

[66] Id. ib., p.162. (grifo nosso)

[67] Id. ib., pp.301-303

> (...) No intervalo das sessões, o governo não se preocupa senão da divisão dos círculos; **é o pensamento de Paraná fazer uma eleição livre**, submeter a **Conciliação ao voto do país** e demonstrar praticamente as **vantagens dessa política pelos seus resultados**, isto é, pela reunião de 85 de uma Câmara em que todos reconhecessem a **livre escolha** do eleitorado. [68]

Mas os novos tempos não seriam muito bem compreendidos, declara o autor. Segundo Joaquim Nabuco, havia dificuldade entre os contemporâneos de definir o próprio termo *conciliação*: *cada um a entende a seu modo,* afirma. Antes de tratar do conceito, o que será feito mais adiante, cabe ressaltar uma grande sensibilidade do historiador por sempre diferenciar e delimitar os termos, por exemplo, dos partidos conservador ou liberal. Sobre as alcunhas:

> (...) os partidos tinham dessas alcunhas locais em todas as províncias: em Sergipe, os Luzias eram chamados 'Rapinas' e os Saquaremas 'camundongos'; no Ceará, havia 'Chimangos' e 'caranguejos'; em Santa Catarina, 'Cristãos e Judeus'; na Paraíba, 'Baetas e rasgados; em Pernambuco, 'Praieiros' e 'Guabirus'. [69]

A obra *nabuquiana* não se restringe a uma simples biografia[70] como se costumava fazer no século XIX. Muito pelo contrário: ao traçar a trajetória de seu pai, Joaquim Nabuco dizia-se preocupado com o contexto do biografado, leia-se, a história do Império, mais particularmente o Segundo Reinado.[71] Embora com algumas ressalvas a que já salientamos.

Avaliando a contribuição de Joaquim Nabuco, Machado de Assis comenta que o autor *conta a vida de seu ilustre pai, não à maneira seca das biografias de*

---

[68] Id. ib., p.303. (grifo nosso)

[69] Id. ib., p.287

[70] *A defesa da monarquia é clara na obra de Nabuco: Nabuco será, então, mais apologético da monarquia que crítico da república. Tal monarquismo será publicista a princípio, historiográfico depois (quando escreve Um Estadista do Império, a biografia de seu pai e, de certa forma, do próprio Império) e finalmente memorialista (quando escreve Minha Formação)*. SOUZA. Ricardo Luis de. **Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20.jan./dez. 2004. p.331

[71] Em nota de rodapé Alencastro define o que para ele é o conceito de Império e Reinado. Façamos aqui suas, as nossas palavras: *Alguns autores, e até o grande historiador Capistrano de Abreu, referem-se ao período do reinado de D. Pedro II (184-1889) como 'Segundo Império', ao invés de 'Segundo Reinado'. Ao empregar essa denominação, tais autores estabelecem, evidentemente, uma analogia entre o reinado de D. Pedro II e o 'Second Empire' que transcorria na França na mesma época (1852-1870). Trata-se no entanto de um equívoco. O reino de D. Pedro II configura um verdadeiro segundo reinado no quadro de um mesmo império, sucedendo no mesmo sistema constitucional posto em vigor em 1824, no contexto de um mesmo território imperial e na sequência de uma regência na qual a continuidade dinástica não sofreu interrupção. Circunstâncias que não estavam presentes no Second Empire de Napoleão III*. ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império." In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999.p.115

almanaque, mas pelo estilo dos ensaios ingleses. [72] Talvez, o elogio não deva ser encarado como alguma novidade, visto que o próprio Machado era amigo íntimo do biógrafo, com quem mais tarde fundaria a Academia Brasileira de Letras em 1897. Atenta, também, para o fato do próprio título original da obra *Um Estadista do Império – Nabuco de Araújo – Sua vida, suas opiniões, sua época*, já demonstrar, claramente as intenções do autor. [73]

Por outro lado, citando apenas um exemplo, quando da crise comercial de 1864, a partir da falência de um estabelecimento bancário – a Casa Souto – que abalou o crédito comercial na praça do Rio de Janeiro, o biógrafo deteve-se na análise da conjuntura econômica da época, indicando até mesmo a evolução do câmbio e da emissão de papel moeda. A esse respeito, o historiador Luís Felipe Alencastro, elogiando a maneira pela qual o escritor compôs a narrativa, aproveita para questionar a atual produção do gênero biográfico, salientando que (...) *Nabuco desdobra uma explicação das diferentes conjunturas que vai muito além dos apanhados circunstanciais constantes na maior parte das biografias redigidas por historiadores brasileiros de ontem e de hoje*. [74]

Entretanto, na obra de Joaquim Nabuco a *ausência* do povo, [75] como já explicitamos, reflete certo modo de se conceber, interpretar e escrever a história

---

[72] ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999.pp.p. 120-121

[73] Essa intenção permite uma certa *ausência*. Raymundo Faoro discutindo as influências historiográficas dos franceses de onde podemos citar Chateubrian, Taine e Renan; dos alemães, como Ranke e Curtius; do suíço Burkhardt; além do inglês Macaulay, enfatizou um caráter mais artístico do texto nabuquiano como um livro de *ornamento, o livro luxo de eruditos, o livro diversão de letrados encontrou afinidade com o leitor de Joaquim Nabuco, artista que fez da história obra de arte*. Tendo como inspiração romântica dos grandes nomes da historiografia do século XIX como os historiadores acima, seu estilo permaneceu vivo ao tom metafórico e imagístico isso o fez *invulnerável à necessária revisão crítica*. MARSON, Izabel Andrade. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão.** Uberlândia: EDUFU, 2008. p.12. Uma lacuna que o próprio Faoro, na visão de Alencastro, ressaltara era a *ausência* da célebre figura de Michelet. Mas esta ausência não tem um tom desproposital, muito pelo contrário, *pois a centralidade que a exaltação romântica do povo tomava nos livros de Michelet tornava suas lições de método e de história incompatíveis para Nabuco, historiador de um país 'sem povo politicamente'*. ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). ***Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.*** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999. pp.121

[74] Id. ib., p.125

[75] Na opinião de Luís Ricardo Souza, o *monarquismo de Nabuco deriva, (...) de uma questão identitária. Referindo-se às suas convicções políticas à época da abolição, ele afirma: [cita Nabuco]'Neste último período a noção de monarquia para mim era esta: a tradição nacional posta ao serviço da criação do povo, o vasto inorganismo que só em futuras gerações tomará forma e desenvolverá vida'. O povo brasileiro ainda não existia, nem existiria tão cedo. Não tínhamos, ainda, uma identidade nacional, e a função da monarquia seria a de operar como uma tradição brasileira capaz de servir como base para a gestação dessa identidade.* SOUZA. Ricardo Luis de. **Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20. Jan./dez. 2004. p.322

brasileira,[76] uma vez que privilegia, principalmente, as fontes *oficiais*, isto é, aquelas produzidas por diversos órgãos do aparato de Estado Imperial.[77] Para Luís Felipe Alencastro, *Joaquim Nabuco faz essa opção interpretativa para manter a coerência de sua tese central: a política brasileira é a política dos discursos oficiais, a política das elites que operavam no Parlamento*. Um dado interessante é que *embora ainda tenha influência sobre boa parte da historiografia sobre o Império, essa interpretação está sendo questionada por pesquisas mais recentes*. [78]

Joaquim Nabuco dedica boa parte da sua obra ao exame da Conciliação, na parte denominada *Ministério Paraná*, conforme já se disse anteriormente. Antes de esboçar suas idéias, diga-se de passagem, favoráveis a este novo arranjo político, visto que seu pai, Nabuco de Araújo, tomara parte no governo como ministro, o escritor preocupou-se em identificar os traços das personalidades ou *perfis psicológicos,*[79] daqueles que formavam o Gabinete, a começar pelo próprio presidente do Conselho, Honório Hermeto Carneiro Leão, que também ocupava a pasta da fazenda naquele ministério. Perfil este que será visto por último no nosso trabalho.

Vejamos agora os perfis dos ministros da Conciliação: Luis Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro, 1818-1886), José Maria da Silva Paranhos

---

[76] *Na verdade, todo historiador, ao lidar com as fontes primárias (manuscritos, documentos impressos e, eventualmente, testemunhos orais) – instrumento essencial de seu ofício –, é levado a selecionar, organizar e hierarquizar o material disponível sobre o tema que se propõe estudar. Nesse processo classificatório, o historiador privilegia determinadas fontes, usa de outras de maneira secundária e negligencia as séries documentai que, na sua avaliação, contêm dados insuficientes ou inapropriados ao enfoque de seu estudo. A partir daí, seu trabalho passa a ser moldado, condicionado e até restringido pela natureza das fontes.* ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império." In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999. pp.122

[77] *O fato de o livro ter tomado o tom compassado e institucional que o caracteriza não decorre simplesmente do amor filial que movia seu autor. Decorre, isso sim da interpretação política que Joaquim Nabuco enuncia sobre o Império a partir das fontes – discursos parlamentares, documentos do Conselho de Estado, textos oficiais e oficiosos – com as quais ele formou o miolo dos principais capítulos de sua obra. Quando selecionou, no arquivo paterno, os três caixões que julgou 'indispensáveis' para redigir o livro Nabuco tinha em mente um esquema de trabalho e uma concepção sobre a história brasileira após a Independência. Para ele, a grande política, a construção do Estado nacional, se realizava no Parlamento, lugar privilegiado de entendimento entre as oligarquias regionais e a burocracia imperial, herdeira da monarquia bragantina portuguesa.* ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império." *In:* MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac, 1999. pp.122-3

[78] ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império." In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac,1999.pp.128

[79] Evaldo Cabral de Melo ao tratar sobre *Um Estadista* ressaltou o valor da obra por sua capacidade de compor uma biografia semelhante a dos escritores de língua naquele momento – modelo *vida e tempo* ou na expressão inglesa *life and times* além de deixar registradas as percepções de Nabuco sobre os grandes problemas sociais e políticos do Império, notadamente a escravidão. ALENCASTRO, Luis Felipe. "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império."* In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2° ed. São Paulo: Senac,1999.

(Visconde do Rio Branco, 1819-1880), João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe, 1815 -1889), Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864) e Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté, 1798- 1883). Homens de tendências políticas diversas, reunidos em um gabinete que se pretendia conciliador.[80]

Sobre Luis Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro) Joaquim Nabuco afirma que não se tratava de um sectário, voltado apenas para interesses partidários: (...) seu objetivo, *sua lealdade consistia em não favorecer o seu partido, em inspirar-se nos interesses do Poder Moderador.* [81] Nota também um traço de *espírito conservador, mas amigo dos últimos aperfeiçoamentos em tudo*. Suas demandas para o ministro da Justiça eram grandes demais, a ponto que se *a julgar pelas cartas que diariamente escrevia a Nabuco* [de Araújo] *seria preciso um gabinete somente para atender às suas recomendações em duplicata.* [82]

Salienta ainda sua relação estreita com D. Pedro II, desde a infância, amigo *mais leal, verdadeiro e discreto* que o *Imperador não teve nunca*, pois além de interesses e gostos comuns, ambos eram cometidos e se notabilizavam pela moderação no tratamento dos assuntos e problemas de ordem política:

> o Imperador e Pedreira eram feitos para se entenderem, tinham a mesma moderação, a mesma prudência, os mesmos processos de conservação e melhoramento, a mesma arte de deixar as dificuldades resolverem-se por si mesma evitando somente agravá-las, o mesmo respeito à opinião, as mesmas simpatias e deferências, quase que os mesmos gostos e apreço pelas mesmas pessoas. [83]

Talentos e faculdades diversas, grande trabalhador, adaptável a quase todos os ramos da administração. Assim, de um modo geral, como no caso dos outros ministros, Joaquim Nabuco traçava o perfil de Paranhos. Sobre este homem, considerado pelo historiador, *mais diplomata ainda do que político,* homem que *não tinha séqüito*, pois *não era um arregimentador nem dominador de homens, mas um homem de gabinete.* Em Paranhos refletira um pouco de amargura da *oligarquia conservadora* em relação a ele, que chegou a vê-lo como um elemento estranho àquele corpo, pois a *oligarquia conservadora, que ele sustentou com todas as forças*

---

[80] Notar que Nabuco não analisou, neste primeiro momento, o perfil psicológico de Caxias. Este só fizera parte do Ministério depois de sua formação original.

[81] Id. ib., p.157

[82] Id. ib., p.157

[83] Id. ib., p.157

e serviu com toda a lealdade, nunca o reputara um dos seus, trataram-no até 1871 como um intruso que ela não destinava à direção suprema. [84]

Já sobre João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, Nabuco compõe um retrato pouco favorável. Ingressando no ministério em 1856, (...) *ao contrário dos demais membros do gabinete, Wanderley era um partidário, imbuído até do preconceito de partido, não podendo deixar-se de ver no liberal um tipo inferior de homem.* Fora sempre um conservador e em seus últimos dias, tachado por Joaquim Nabuco, de *ultraconservador* caracterizando-se pela oposição às idéias liberais, (...) *seu afetado desdém pelo liberalismo tornou-se com o tempo uma segunda natureza e acabou fazendo dele a Cassandra da escravidão,* e de forma contraditória *quando dependeu talvez de pouco ter sido ele o verdadeiro iniciador do movimento abolicionista com seu projeto de 1854 proibindo o comércio e transporte interprovincial de escravos*.[85]

Joaquim Nabuco resume em apenas um parágrafo o perfil de Pedro de Alcântara Bellegarde, ministro da Guerra, mais tarde substituído pelo marquês de Caxias: um *militar de mérito*, disciplinado e competente, que ao receber a ordem de ingressar no ministério acatou-a como um bom *soldado*. Do mesmo modo, poucas linhas foram dedicadas a Antônio Paulino Limpo de Abreu, para quem *o poder não o tentava,* visto tratar-se de um *sobrevivente* das experiências políticas do Primeiro Reinado e da Regência. Quando jovem, a política o atraia, o fascinava, agora maduro, já em pleno Segundo Reinado, a política era objeto de reflexão e de estudo, encarada até como uma grande sátira, *um teatro onde ele ainda consentia em figurar e que usassem seu nome nos cartazes, mas que não sentia mais o prazer.* [86]

A análise dos *perfis psicológicos* desenhados por Joaquim Nabuco alcança o seu ápice com a figura de Honório Hermeto Carneiro Leão. Tentando compreender o comportamento político diferenciado de Honório Hermeto, em relação aos *conservadores puros*, entendidos como saquaremas, Joaquim Nabuco recupera sua trajetória de homem público desde à época das Regências. Para Nabuco, Honório

---

[84] Id. ib., p.158

[85] Id. ib., p.159

[86] Id. ib., p.160

era *o homem político de maior ascendente no país*. [87] Na descrição do chefe do Ministério, aponta suas qualidades, mas sempre entremeadas por *deficiências*:

> (...) Índole imperiosa, a sua resolução pronta, a sua intuição de estadista, mas também as suas **deficiências**, que consistiam em acreditar demasiado em si e tomar as suas imposições como soluções definitivas. A mão era forte, mas o tato nem sempre era perfeito; faltava-lhe em habilidade o que lhe sobrava em energia; sabia destruir as resistências, melhor do que as sabia desfazer. [88]

Apesar de chamar para compor o gabinete homens notáveis, incluindo o senador Nabuco de Araújo, titular da pasta da Justiça, Honório Hermeto possuía pretensões autoritárias: *Via-se o pensamento de Paraná de governar só [...] com homens capazes e competentes em suas repartições, mas que não pudessem aspirar a dividir com ele o mando.* [89]

De um modo geral, em diversas situações apontadas, a ação e o pensamento político de Honório nem sempre entravam em convergência com seus pares. Seu pensamento era de forma tão resoluta, na visão *nabuquiana*, que Paraná, não hesitava em se *distanciar* de seu grupo quando via que isso era necessário. Como exemplo, a tentativa malograda do golpe da Chácara da Floresta, de 30 de junho de 1832, no período regencial, quando os liberais moderados radicalizaram e tramaram fazer aprovar as reformas constitucionais, tentando forçar a Câmara dos Deputados a se declarar em Assembléia Constituinte, após a renúncia do ministério e dos regentes.[90] Neste sentido, temendo a quebra da legalidade, além do receio de que este golpe servisse de exemplo a outros vindouros, à última hora, Honório Hermeto Carneiro Leão, abortou o movimento golpista. O próprio Paraná relembraria o fato:

> (...) A moderação que me impunha para com meus adversários não era uma novidade na minha carreira política; quando encetei esta carreira foi ligando-me a um partido que se impôs esta condição, e desvaneço-me de que quando esse partido, arrebatado pela torrente de sucessos que pareciam chamar uma maior energia, julgou dever separar-se desse princípio para ter meios mais adequados de repressão, eu lhe disse: Alto; continuo a ser moderado. [91]

---

[87] Id. ib., p.154

[88] Id. ib., p.154. (grifo nosso)

[89] Id. ib., p.153

[90] A Assembléia deveria aprovar uma nova Constituição, batizada de *Constituição de Pouso Alegre*, por ter sido impressa na tipografia do *O Pregoeiro Institucional* na cidade mineira de Pouso Alegre implementando as reformas exigidas. O golpe tivera o nome de *Golpe da Chácara da Floresta*, devido ao homônimo da residência do Padre José Custódio Dias, um dos envolvidos.

[91] Ver discurso proferido por Paraná, em 26 de maio de 1855, apud NABUCO, Joaquim. op. cit., p.155

O político mineiro nascido na cidade de Jacuí se tornou uma *defecção no próprio campo de batalha* [92] uma vez que *(...) possuía a força de separar-se de seus amigos no momento em que eles iam realizar um grande plano que ele autorizara, mas que depois se lhe figurava prejudicial, como um capitão que repentinamente muda de rumo no meio da uma manobra difícil por ter descoberto o perigo em frente*.[93]

No desenho do perfil psicológico de Paraná, Joaquim Nabuco salienta as divergências deste com seu pai, o que teria atrapalhado bastante o projeto de reformar o Poder Judiciário. O ministro da Justiça não conseguira sobrepor-se ao Presidente do Conselho. Ademais, Paraná o considerava um *ministro gastador*, (...) *a todas as reformas e idéias deste, aquele objeta sempre o cálculo do que elas podem custar.* [94]

A reforma judiciária, proposta por Nabuco de Araújo, passara na Câmara, mas fora *sacrificada* no Senado. [95] Apesar de reconhecer a poderosa influência da *opulenta família Teixeira Leite* no *movimento de Vassouras* no Senado no veto ao projeto, Nabuco avalia que *Paraná não tomou verdadeiro interesse pela reforma judiciária,* pois *ela parecia-lhe talvez boa para ocupar a sessão legislativa, não foi porém uma lei que ele tivesse nunca a peito.*[96] Para além disso, o escritor chega a lançar uma dúvida sobre os motivos que teriam causado a não aprovação do projeto, salientando as sucessivas divergências entre seu pai e Honório Hermeto. Para ilustrá-las e talvez reforçar seus argumentos, transcreve um discurso de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, adversário frontal de Paraná, que habilmente explorava as desinteligências entre os dois ministros: *(...) Parece que o ministério da Justiça está em uma verdadeira crise, creio que é lançado aos lobos e com razão, porque o nobre ministro tem-se avantajado muito... Senhores, o homem que trabalha, que estuda no nosso país não pode viver muito bem com os dominadores da época.* [97]

---

[92] Id. ib., p.155

[93] Id. ib., p.155

[94] Id. ib., p.155

[95] Id. ib., p.182

[96] Id. ib., p.173

[97] Apud Id. ib., p.182

1.1 **Um debate entre pares: a Conciliação na historiografia**

Se no passado, *cada um entendia ao seu modo* a Conciliação, a situação não sofreria grandes alterações. Não há consenso na historiografia sobre a *paternidade* de tal projeto e isso se deve a vários motivos. Nosso foco, neste momento, estará voltado sobre a Conciliação na produção historiográfica. Por conta disso, fizemos um levantamento, não por ordem cronológica, mas por quatro subtemas.

1.1.1 *A Ponte de Ouro:* A paternidade da Conciliação por Nabuco de Araújo

Embora, de um modo geral, a historiografia reconheça certa influência do Imperador na formulação política da Conciliação e em maior medida de Honório Hermeto, há quem atribua a paternidade a outro estadista: Nabuco de Araújo, como fica mais que evidente na leitura de *Um Estadista do Império*, por Joaquim Nabuco, no qual oferecera uma pista do papel do Imperador nesse processo.

Joaquim Nabuco acertadamente afirma que a palavra *Conciliação* possuía vários significados: *ela foi uma palavra que teve tantos sentidos diferentes quantos os intérpretes,* devido ao *encontro inesperado e confuso dos antigos partidos.*[98]

Além da problemática da terminologia, um outro problema se colocava. Não propriamente sobre a política em si, mas a própria atuação do Imperador nesse processo. Censurava-se D. Pedro II por *baralhar, confundir e anular os antigos partidos.*[99] Mas, de acordo com fonte citada por Nabuco, numa carta datada de 1866, dirigida ao visconde de Itaúna, Sua Majestade de defendia daquelas acusações, argumentando que:

> (...) a impaciência de alguns leva-os a atribuir-me o desejo de aniquilar os partidos e seus homens mais importantes; mas como poderia eu sem eles dirigir o governo? A minha ação sempre a tenho procurado conservar nos limites de simplesmente moderadora e não é ela assim útil aos partidos? Talvez que não careçam dela e muito estimarei que tal suceda e o partido no poder respeite sempre os direitos da

[98] Id. ib., p 163

[99] Id. ib., p.162

> oposição e este só procure derribar o outro combatendo conscienciosamente seu erros perante a opinião pública. Meu amor à Constituição e caráter não ambicioso assim como vinte e seis anos de experiência creio que não me terão deixado iludir no que digo. [100]

Para Nabuco, o imperador teria tido uma ação mais passiva que ativa, pois todas as medidas por ele tomadas não feriam a Constituição. [101] Ele não compartilha da idéia de que a conciliação fora um instrumento da Coroa para diminuir a influência dos partidos. Por outro lado, não deixa de mencionar as palavras do marquês de Olinda, para quem o novo gabinete concretizava o *pensamento augusto*.

Defende claramente a posição de D. Pedro II, alegando que *era natural desejasse alguma moderação, alguma medida de justiça nas relações dos partidos* que, de uma vez por todas *abandonassem a paixão pelo extermínio recíproco*. [102] Por essa via de raciocínio pondera que mesmo após a morte do presidente do Conselho, o imperador deixou que o ministério continuasse sob o mesmo programa agora sob a chefia de um de seus componentes *prova de que confiava na lealdade deles para a realização do pensamento do seu finado chefe.*[103]

1.1.2 Honório Hermeto Carneiro Leão, *força, tato e prudência* do *grande capitão* da Conciliação

Alguns historiadores atribuem o advento da política da Conciliação, ao que hoje poderíamos chamar de necessidade dar ao país meios de governabilidade. Neste sentido, o marquês de Paraná é entendido como *cabeça, o artífice* da Conciliação. Se a figura do imperador ganha alguma notoriedade é para confirmar a ação e o pensamento políticos de Honório Hermeto, elevado inclusive à condição de marquês, justamente, na época em que presidira o tão célebre Gabinete.

O consagrado historiador Capistrano de Abreu, no necrológio do Duque de Caxias, estabelece uma grande síntese da história do Império, em particular, do

---

[100] Id. ib., p.161-162

[101] Id. ib., p.276

[102] Id. ib., p.163

[103] Id. ib., p.275

Segundo Reinado. Identifica como o ponto culminante de todo período, a década de 1850, que chama de o *memorável decênio*:

> **(...) O imperador contava com vinte e cinco anos e a nação sentia-se igualmente moça.** Terminara o período revolucionário, guerras estrangeiras felizes varreram a atmosfera, a extinção do tráfico tolhia novos insultos da soberania nacional, encurtava a distância do Velho Mundo com a navegação a do Atlântico. Mauá canalizava milhões esterlinos, silvavam as primeiras locomotivas [...]

Mas, além do progresso material atingido, Capistrano pontua as conquistas que de âmbito cultural:

> [...] as letras rasgavam os clássicos andrajos coloniais; falava-se em ópera nacional, em teatro nacional, João Caetano figurava como Moisés; três poemas épicos andavam em elaboração, havia quem escrevesse tragédias; na comissão científica do Norte não se admitiu um só estrangeiro, porque brasileiros bastavam e haviam de fazer melhor obra que os pobres Martius e Saint-Hilaire; o Instituto Histórico fitava sem acanhamento o Instituto da França; afinal delia-se a mácula original da nossa gente, a 'apagada e vil tristeza', de que já se queixava o épico lusitano.

Concluindo a longa reflexão, o historiador cearense avalia os avanços políticos alcançados naquele formidável decênio. Atribui os méritos da Conciliação a Honório Hermeto:

> **[...] Paraná, o político realista e prático, se empenhava em conciliar os partidos políticos. Paraná pensava em conciliação de partidos e parecia desejá-la realmente.** Caxias ajudou-o por sua parte, fazendo na pasta da guerra [a partir de 6 de junho de 1855] todo o bem que pôde a seus camaradas, reformando as partes carunchosas do exército, procurando torná-lo realmente eficaz. Depois da morte do **poderoso marquês**, assumiu a presidência do Conselho e presidiu às novas eleições, em que **pela primeira vez foi executada a lei dos círculos**, essa lei de que esperava maravilhas a ingenuidade nunca escarmentada de nossos **estadistas de boa fé.** (o grifo é nosso). [104]

Capistrano de Abreu, em outra obra, *Fases do Segundo Império*, embora em pouquíssimas linhas, não deixou de citar nosso objeto de estudo. Mais uma vez, situa na década de 1850 o período glorioso do reinado de D.Pedro II: *(...) a mais brilhante do império. Fechou-se o livro miserável do tráfico africano*. [105] No seu ponto de vista, *(...) a* ***conciliação*** *implicava abrandamento de paixões, renúncia a meios violentos, defesa contra o rotativismo ensaiado em São Cristóvão, crença na virtude*

---

[104] ABREU, Capistrano de. **Ensaios e estudos: crítica e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.17. (grifo nosso)

[105] ABREU, Capistrano de. **Fases do Segundo Império**. Rio de Janeiro/Brasília/INL: Civilização Brasileira, 1973.p.7. A 1ª edição é de 1925

saneadora dos comícios. Uma lei eleitoral votou-se, que devia conseguir todas estas maravilhas, substituindo os círculos às províncias. [106]

Como se percebe, nas duas obras de Capistrano, encontramos reforçada a ideia de que Paraná fora o principal artífice da política da conciliação. O mesmo viés interpretativo e compartilhado por Max Fleiuss, na *História Administrativa do Brasil* [107] e por Manoel de Oliveira Lima, no livro *O Império Brasileiro.* [108] Este último compara o marquês de Paraná à *cabeça* de uma *resistência do espírito de autoridade* [109] seguidora da linha conservadora pós 1848. Considera a Conciliação um *programa simpático de paz*, cuja implementação credita a três fatores: primeiro, a *oposição parlamentar* ao 11º gabinete, quando os conservadores começaram a atacar o ministério formado por nomes do seu próprio partido; e segundo lugar, a opinião pública que *favorecia esta orient*ação e o último, o mais importante, o *pensamento augusto,* frase do Marquês de Olinda, que retrata a influência de D. Pedro II na política e bastante otimista ao gabinete Honório. Segundo Oliveira Lima, seria pelo menos certo que D. Pedro II a patrocinara cordialmente, *pois ninguém melhor do que ele, acima dos partidos, se inteirava das suas disposições recíprocas.* [110] *Acima dos partidos, pairava a Coroa*, confirma. [111] Mas a Conciliação não seria uma unanimidade, pois o governo qualificado por Paraná de *progressista conservador ou conservador progressista* acabaria por fomentar *poderosas antipatias* [112], inclusive de *eminências* a exemplo de Eusébio de Queiroz, que no Senado atacou o projeto da reforma eleitoral, a chamada Lei dos Círculos.

Para entender o novo arranjo Oliveira Lima lançou mão de um conceito comum à política contemporânea brasileira: o oportunismo. A expressão *oportunismo ainda não tinha sido inventada, mas poderia definir o programa da conciliação, pois era de subtrair os partidos às polêmicas abstratas e estéreis e*

---

[106] Id. ib.,p.7. (grifo nosso)

[107] FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.p.275

[108] OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **O Império Brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.p.13

[109] Id. ib.,p.40

[110] Id. ib.,p.38

[111] Id. ib.,p.50

[112] Id. ib.,p.39

torná-los mais práticos e harmônicos com a marcha dos acontecimentos. [113] Por outro lado, oferecia a oportunidade para os liberais aplaudirem a reforma eleitoral e, assim, sair de um longo *ostracismo*. [114] Ao concluir sua análise, o autor defende a tese de que *a influência de Paraná sobre a política brasileira sobreviveu-lhe, pois que a conciliação durou até 1860*. [115]

Outro historiador, Pandiá Calógeras, no livro *Formação Histórica do Brasil*, afirma que de 29 de setembro de 1848 a setembro de 1853, predominaram os conservadores, formando gabinetes *extraordinariamente hábeis e capazes*. O curso da linha política seguida até então, seria alterado pelo ministério que tomou posse em 6 de setembro de 1853, cuja presidência do Conselho fora confiada ao marquês de Paraná. Presidência esta, convém ressaltar, que fora criada para *dar unidade de espírito e de direção ao ministério.* [116] Neste sentido, Calógeras sugere que o Gabinete *talvez representasse uma fase menos progressiva do espírito público que seus predecessores, mas trazia uma luz nova para serenar as agitações partidárias: a conciliação.* [117] Entretanto, examinando a estrutura e organização partidária, assinala: *Nomes, homens, e não opiniões, separavam os agrupamentos a fingirem partidos*. Esta tensão, para o autor, derivaria da *conseqüência inevitável da competição entre os homens e os grupos,* a separação, a secessão que sempre aparece nas grandes assembléias, nas grandes discussões que devem agir quase unanimemente, havia feito de todos os políticos, de mil pareceres divergentes, uma *multidão baralhada, sem norte, e era impossível fixar limites por diferenças de ideais.* [118]

Nesse quadro *embaralhado* de idéias, Paraná aspirava reagrupar os sentimentos e o ideais de tal forma a se constituírem núcleos de *gente pensando* com *homogeneidade, uniformemente, e agindo de acordo com seu modo de pensar*. Assim, todas as opiniões seriam representadas, em seus variados matizes. Na realidade, os *rótulos não correspondiam às ideias, nem à essência das coisas*, pois

---

[113] Id. ib.,p.39

[114] Id. ib.,p.39

[115] Id. ib.,p.40

[116] CALÓGERAS, Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª ed.1938.p.252

[117] Id. ib.,p.253

[118] Id. ib.,p.253

entre *pretensos liberais e cognominados conservadores* a unidade de espíritos era, por vezes, muito mais real do que entre membros do mesmo partido. Esse seria o grande mérito político de Paraná, pois mesmo *tendo ele morrido antes do pleito renovador da assembléia geral, após a reforma de 1855*, *não foi abandonada semelhante orientação por seus sucessores, e serviu de norte à nova organização do país*.

Na definição de Pandiá Calógeras, a Conciliação constituiu *partido bem interessante*, cuja maior virtude foi promover o *grupamento em um só partido*. Conciliação *de todos os membros proeminentes do país, que fossem sinceramente de ânimo liberal e conservador, de verdade.* [119] A política liderada pelo marquês, embora *eivada de conservantismo* adquirira prestígio e se prolongou até 1859. [120]

Em *História da Civilização Brasileira*, de 1933, Pedro Calmon afirma que Paraná *enceta a grande conciliação* [121] numa época de *animação industrial, de incremento econômico, de prosperidade geral,* algo muito comum visto pela historiografia. Com essa *grande conciliação* pretendia-se alargar a visão política de maneira a apagar os ódios e congraçar as facções. As características pessoais de Honório Hermeto o credenciavam para levar a cano essa proposta: (...)*o marquês de Paraná foi o único estadista revestido de suficiente autoridade para compelir o seu próprio partido a ceder ao adversário parte das posições, mediante um entendimento generoso e patriótico.* A prova disto, segundo Calmon, é que após a sua morte *iniciou-se a volta dos grupos à fisionomia anterior*.[122] Veremos, mais adiante, que Pedro Calmon, com o tempo, mudaria de idéia ao afirmar que, apesar dos esforços despendidos por Paraná, por detrás da Conciliação, pairava o *pensamento augusto*, isto é, a mão do Imperador.

José Honório Rodrigues em *Conciliação e Reforma no Brasil* (1965), critica a tese da suposta índole pacífica do povo brasileiro, tão apregoada por uma historiografia que busca rebater. Adverte que a historiografia desde Varhangem até Pedro Calmon não compreende os sucessos populares. Defensor de uma *história combatente*, procura *reescrever a nossa história*.

---

[119] Id. ib.,p.296

[120] Id. ib.,p.297

[121] CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002.p.238

[122] Id. ib.,.238

De qualquer forma, segundo José Honório, a palavra conciliação apareceu primeiro na França ainda no século XIV, com a idéia de *concílio*, assembléia, isto é, com o intuito de reunir várias pessoas para um fim comum. Já no caso brasileiro encontrou o historiador no dicionário Morais e Silva no qual ele reproduziu: *ação ou modo de conciliar ou por de acordo leis, pessoas, mas não posições políticas.* [123] Mas não satisfeito com esta definição dicionarista, o autor acabou encontrando um significado, digamos, mais alargado do conceito de conciliação e é justamente que no século XIX, que ela começou ter sentido de mediação entre a Coroa e o Povo, entre o poder real e o popular.

O *espírito de conciliação tem origem antiga*, desde o contato com os índios, no processo que denomina de *dissolução cultural.* [124] Uma observação interessante é a sua afirmação de que a conciliação aparece como uma realidade política, por obra do marquês de Paraná, que a elevou *à política oficial*. Para reforçar sua tese, José Honório usa como argumento de autoridade Joaquim Nabuco, sustentando que *pela primeira vez a conciliação será o compromisso ministerial.* [125]

José Honório Rodrigues pondera que no gabinete presidido pelo visconde de Macaé (8º gabinete) desenvolveu-se uma política de *justiça e tolerância*. Conciliação sempre com a aprovação do Imperador citando as palavras, já então recorrentes aqui, do marquês de Olinda como um *pensamento augusto*.[126] Em 1847 a conciliação ganharia contornos mais práticos. O Gabinete de maio de 1847, se dizia defensor dos princípios, da garantia dos direitos dos cidadãos e da distribuição da justiça a todos com igualdade, embora não fosse da sua intenção celebrar pactos, transações ou intercambiar favores. Buscava-se, assim, uma fórmula para evitar que os liberais participassem de movimentos mais radicais e que pudessem ameaçar o *poder econômico latifundiário: este precisava de tranquilidade e de ordem para seus negócios.* [127]

---

[123] RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1ªed., 1965. p.9.

[124] Id. ib.,p.29

[125] Id. ib.,p.10

[126] Id. ib.,p.11

[127] Id. ib.,p.57

A política da conciliação significava o *abandono pelos dois partidos, o conservador e o liberal, dos processos de compressão e arbítrio*, pois implicava também na *abertura às ideias novas*, além de propor uma *trégua ao estreito antagonismo e competições pessoais*. Sintetizando, a conciliação era *um apelo à reconciliação da ordem com a liberdade*. Contudo, tais propósitos só emergiam sempre que uma *minoria dominante se sentisse ameaçada aos seus interesses pela maioria constituída de escravos, libertos, e a pequena classe média, muitos brancos reduzidos às piores condições.* [128]

Apesar de ter dado crédito à tão famosa máxima de Holanda Cavalcanti onde ambos partidos *se pareciam tanto,* José Honório Rodrigues conseguiu perceber, ainda que de forma bem atenuada, certas distinções nesse período da história do Brasil, *história cruenta* como é corrente em seu texto. O partido conservador se tornava diferente do liberal por desfrutar todas as graças pelo seu apoio total ao poder preservando o seu *status quo* e, por outro lado, o partido liberal *chegou ao cúmulo de conciliar escravidão e liberalismo*. A igualdade se fazia em relação a resistência às mudanças: *uma política de inércia.* [129]

A Conciliação não foi inventada em 1853. Possui *raízes mais profundas na dicotomia terrorismo-amansamento* de brancos enfrentando índios e negros no processo de colonização do Brasil. [130] Encara Nabuco de Araújo como um dos primeiros defensores comentando sobre seu discurso que ficou conhecido com *A ponte de ouro*. Deveria se fazer concessão ao espírito de reforma. Mas esta reforma para o autor era entendida com uma *defesa da ordem em nome da grande propriedade*. [131]

Além de Nabuco, José Honório se apóia na defesa de Francisco Salles Torres Homem, o antigo Timandro, que a partir daquele momento pusera-se a serviço do gabinete conciliação. Ela deveria ser realizada em nome do entendimento dos partidos, um governo que caminharia a trilha da imparcialidade e da boa moderação e cita o ex-Timandro: *conciliação sobre as bases das reformas, eis o nosso*

---

[128] RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1ªed. 1965. p.11

[129] Id. ib.,p.12

[130] Id. ib.,p.57

[131] Id. ib.,p.59

pensamento fundamental. [132] Entretanto, adverte, as reformas que mais atendiam aos interesses da *maioria dominante,* eram de natureza política.[133] Paraná pouco cedia ao povo, pois *conciliava mais os grupos divergentes da liderança* [134].

Conciliação encabeçada por Paraná e depois pelo futuro Duque de Caxias, mas sempre com a influência da Coroa, pois sobre estes dois *pairava o imperador D. Pedro II, que lhes inspirava toda moderação e justiça*. No domínio da conciliação nem uma só vez foi desrespeitado o regime representativo, apesar de suas falhas e da fraudes que o manchava. Influência imperial e não partidária como bem evoca um trecho do diário do imperador onde declara em 1862: *minha política, a da justiça, não é dos partidos*. [135]

Sobre os dois partidos, José Honório Rodrigues afirma o autor que Carneiro Leão é o *elemento civil que busca a paz indispensável para o progresso em 1850,* enquanto Caxias *é o militar pacificador que promove a união dos brasileiros, pois ambos exerceram um papel moderado* para evitar que a história do Brasil se processasse de forma revolucionária. [136] Neste sentido, enaltece a figura de Caxias por ser um pacificador de verdade e que colocou sua espada a serviço da lei. Com Caxias é que a conciliação permitiu que se pudessem *crescer os frutos do trabalho nacional.* [137] E, por fim, a sua síntese sobre a Conciliação. Se a liderança conciliadora evitava excesso, guerras, paixões; por sua vez tornara o *processo histórico* mais lento, não renovava o país, não promovia as reformas necessárias. [138] A política da conciliação não queria enfrentar o *latifúndio e a reforma agrária*, [139] lamenta o autor.

---

[132] Id. ib.,p.60

[133] Id. ib.,p.61

[134] Id. ib.,p.64

[135] Id. ib., pp. 63 – 64

[136] Id. ib., p.64

[137] Id. ib.,p.65

[138] Id. ib.,p.67

[139] Id. ib., p.68

De todos os cantos, desde a consolidação do poder conservador, interpunham-se os brados que reivindicavam a política de paz entre os espíritos. [140] O comentário é de Paulo Mercadante, no livro *A Consciência Conservadora no Brasil*, de 1965. No seu ponto de vista, tratava-se de uma necessidade do período imperial promover melhoramentos, pactos e concessões devido às novas circunstâncias que o país atravessava desde que as mudanças fossem dirigidas pelo *espírito conservador.* A concretização dessas demandas realizar-se-ia no gabinete de 1853, por Paraná. Suas características de personalidade ajudaram-no a montar o gabinete. Possuía bom senso e prudência. Paulo Mercadante se baseia em Nabuco ao afirmar que Paraná em 1832, separou-se dos seus amigos por ocasião do fracassado *Golpe da Chácara da Floresta*, o que poderia ter facilitado o *seu papel no movimento da conciliação.* [141] Tratava-se, enfim, de político realista orientado por senso prático flexível, talvez por não ter sido um saquarema, na expressão rígida da palavra. Apesar da *tolerância com os luzias, era um autêntico homem do regresso, senhor na verdade, de uma transigência cômoda e segura*. [142]

Em conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 18 de julho de 1956, com o intuito de comemorar o centenário da morte do Marquês de Paraná, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho apresenta uma eloqüente biografia de seu bisavô em *Honório Hermeto Carneiro Leão – Marquês de Paraná – Do berço de Jacuí ao fastígio do poder (1801-1856).*

Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho traça um quadro geral sobre a historiografia relativa ao seu famoso bisavô, nas suas palavras, dotado de *invulgar personalidade* e *preponderância política.* [143] Suas referências são claras: vêm de *Um Estadista do Império,* de Joaquim Nabuco, apesar de assinalar que se trata de uma obra *consagrada à glorificação paterna*.

Entretanto, segue o mesmo modelo de laudatório Nabuco: buscando enaltecer a memória do seu ilustre bisavô. Ele superestima a ação de Honório Hermeto no Gabinete da Conciliação, minimizando o papel do Imperador, embora

---

[140] MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. **Contribuição ao estudo da formação brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks.2003.p.191

[141] Id. ib.,p.192

[142] Id. ib.,p.192

[143] Id. ib., p. 286

faça menção ao *pensamento Augusto, expressão crismada* pelo Marquês de Olinda. [144] Se Joaquim Nabuco atribui a fórmula da Conciliação ao próprio pai, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho a credita ao antepassado Honório Hermeto. [145]

O bisneto do Marquês apresenta um quadro genealógico com a origem e a ascensão dos Carneiro Leão ainda nos tempos coloniais na capitania de Minas Gerais. Narrar a história de vida de Honório Hermeto, salientando que apesar das *desventuras da orfandade* por ter perdido os *encantos de amor materno não o tornaria criança infeliz, nem lhe incutiria complexos de inferioridade.* [146] Muito jovem, *deu Honório Hermeto as primeiras demonstrações de seu gênio e personalidade.*[147] Teixeira Filho enxerga as *suas idéias conciliadoras, salvando o país e as instituições de uma aventura perigosíssima*, desde o episódio do Golpe da Chácara da Floresta, e ressalta sua *argúcia política*, qualidade conquistada por ter conseguido atravessar o *mar revolto das paixões e violentos embates da época regencial* (...) *pouco a pouco foi adquirindo a arte do comando político, que lhe haveria de assegurar tantos triunfos, e o conduziria mais tarde ao fastígio do poder.* [148]

Teixeira Filho procura demonstrar que Honório estava preparado para exercer o comando. Ao assumir a presidência de Pernambuco após a Praieira, teve a *autoridade* para *manter a ordem e pacificar os espíritos.*[149] Na sua percepção, para além da *clarividência*, governava com um *incontestável* ***braço forte*** [notar aqui que esta é a mesma expressão utilizada por Joaquim Nabuco ao referir-se à Honório Hermeto. Evidência clara!] *(...) e sem preconceitos regionalistas,* [150] visando os *interesses e a tranqüilidade do Império* [151]. Para reforçar seus argumentos, recorre ao episódio em que Honório se desentendera com o próprio Imperador, pois chega a

---

[144] TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. **Honório Hermeto na Fundação de Petrópolis**. In:R.IHGB, Rio de Janeiro, volume 236. jul/set. 1957.p 402

[145] Id. ib., p.285

[146] Id. ib., p.293

[147] Id. ib., p.298

[148] Id. ib., p.299

[149] Id. ib., p.302

[150] Id. ib., p.300 (grifo nosso)

[151] Id. ib., p.301

citar as palavras deste: *o Paraná não se curvava.* [152] Quanto à Conciliação, o bisneto do marquês foi enfático: *a Conciliação tentada sem sucesso por outros políticos, torna-se uma realidade* através do *grande capitão que o chefiava* [153]. Paraná, e não o Imperador, era o protagonista da Conciliação.

1.1.3. A Conciliação sem paternidade: a era dos *melhoramentos materiais*

Outros historiadores atribuíram a Conciliação à conjuntura da época de melhoramentos materiais e políticos, principalmente nos meados do século XIX. Alguns autores não ofereceram pista sobre a paternidade de tal projeto deixando a conciliação com uma obra do momento vivido por aqueles atores políticos. Esta é a nossa terceira seção.

Hélio Vianna em sua *História do Brasil*, afirma que no governo de 1853-56, empreendido por Paraná cessou o oposicionismo anterior. Tornara melhor a situação econômica do país, abrindo caminhos para que as reformas pudessem ser efetivadas, sobretudo a reforma eleitoral, demandada pelo Imperador com insistência, encarada como um dos *melhoramentos políticos* de maior relevância. Nesse contexto favorável, novos valores foram revelados e os cuidados requeridos pelos negócios no estrangeiro encontraram agentes capazes de modelar e continuar de acordo com as necessidades da nação. [154]

No livro *À Margem da História do Brasil,* de 1933, Vicente Licínio Cardoso, enfatiza que: *A história política do Brasil ficou longo tempo presa à própria história dos partidos políticos.* [155] Para o período de apogeu do Segundo Reinado visualiza a *falha no congraçamento político* encetada pelos gabinetes conservadores a partir de 1848 que, para o autor, constitui a *primeira tentativa de conciliação*.

---

[152] Id. ib., p.303

[153] Id. ib., p.304

[154] VIANNA, Helio. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1994.p.483

[155] CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. p.133

Avalia que qualquer proposta de congraçamento só vingaria a partir de 1853, ano da *extinção prática do tráfico*. [156] A Conciliação engendrada *como tentativa de fusão dos dois partidos (1853-1857)* no seu entender, gerou o *verdadeiro regime da confusão*. uma vez que os partidos eram *meramente convencionais*. [157]

Curiosa é a interpretação que Vicente Licínio oferece a respeito da estratégia dos conservadores para se manterem no poder. Para conseguirem obter o apoio do Trono tiveram que recorrer aos liberais, daí a ideia da conciliação, encarada como um *ensaio fusionista do partido conservador* [158] que por essa época significava, integralmente, uma verdadeira *confusão política...* Os partidos não passariam de agrupamentos de homens políticos.

Estendendo um pouco mais sua análise, o autor adverte que com a vitória dos liberais em 1863, estava extinta a *missão histórica* do partido conservador. *Desde setembro de 48 até Janeiro de 64, os conservadores cediam aos poucos os espaços aos liberais, ou melhor, mais justo: triunfava a oposição*. [159] Em suma: *depois da confusão conciliatória,* só restou a *decomposição dos partidos,*. [160]

Apesar de quase não tratar da estrutura política do Segundo Reinado e nem sequer mencionar o Gabinete da Conciliação, no livro *Evolução Política do Brasil,* Caio Prado Júnior adverte que, de 1837 a 1849, o Império cumpriu uma *trajetória reacionária de sua história*. [161] Não obstante, Caio faz uma breve reflexão sobre como se deveria escrever a história do Segundo Reinado e lamenta que esse fase da nossa história política não tenha sido abordada de forma mais ampla, já que percebe o Império como uma transição entre o passado colonial e o presente moderno. Sugere que se investiguem as permanências e as rupturas que processaram nas instituições econômicas e sociais, herdeiras do período colonial.[162]

---

[156] Id. ib.,p.136

[157] Id. ib.,p.183

[158] Id. ib.,p.186

[159] Id. ib.,p.139

[160] Id. ib.,p.190

[161] PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 12ª ed. 1980.p.77

[162] Id. ib.,p.2

Por outro lado, Vamireh Chacon no livro *História dos Partidos,* de 1981, identifica a realização das eleições, como a *chave da autenticidade representativa* e do *rodízio do poder.* [163] Entende que a Coroa desejou alargar a *autenticidade representativa*, apontando as reformas promovidas em 1846, em 1855 e em 1881. Neste sentido, considera que a reforma de 1855 seria fruto do empenho de Honório Hermeto. A vitória *maior de sua vida* que *contra as objeções de inconstitucionalidade, o conservador, outrora regressista ou reacionário, Paraná fez passar o projeto*. [164]

Na coletânea organizada por Leslie Bethel, *História da América Latina: da independência a 1870,* no capítulo *O Brasil de meados do século XIX*, o brazilianista Richard Grahan, afirma que falar de partidos no Segundo Reinado é um tanto *enganador*, pois os *aglomerados parlamentares*, expressão que costuma usar ao longo do texto, não possuíam unidade, não contavam com eleitorados disciplinados, nem representavam movimentos de *ideologia definida*.[165] Desse modo, caracteriza a política imperial, no período que se estende de 1853 a 1868, pela busca da *acomodação, pelo receio da disputa partidária e pelo empenho em afastar pedidos de reformas mais radicais*, e conclui que a criação de distritos eleitorais em 1855, constituiu uma das medidas mais importantes do gabinete da Conciliação.[166]

Por sua vez, Hamilton de Matos Monteiro, no *O Brasil Império*, situa o *auge* do regime monárquico no período compreendido entre 1850 e 1870, ano do manifesto republicano. A fase seria marcada pela ilusão de que o progresso da economia promoveria a união e as forças do *partido da ordem* acabariam convencidas da necessidade de promulgar reformas, sempre *de cima para baixo*. Essa *ilusão* terminaria com a reação conservadora de 1868. Neste sentido, a política da conciliação de Paraná seria um *grande blefe*. [167] Nascera já fadada ao fracasso. Neste sentido, o autor questiona: *Conciliar com o que e com quem?* A resposta é pronta: a *Conciliação pressupôs que as forças contrárias tivessem resolvido ceder*

---

[163] Id. ib.,p. 29

[164] Id. ib.,p.31

[165] GRAHAN, Richard. "O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai" In: BETHEL. Leslie. **História da América Latina**. Volume III. 1ªed. 1984. São Paulo: EdUSP, 2001.p. 808

[166] Id. ib.,p.809

[167] MONTEIRO, Hamilton de Matos. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986.p.45

parte de suas reivindicações em prol da garantia de implementação das reformas. Entretanto *não foi isso que ocorreu*; (...) *não se viu nenhuma medida* para alterar o Conselho de Estado, o Senado vitalício, nem abrandar as prerrogativas do poder moderador, ou seja, *os grandes temas dos liberais*.

No seu entender, o motivo pelo qual as reformas não se concretizaram residia no fato de que se a Conciliação incorporasse as bandeiras liberais, provocaria alterações políticas, por conseguinte afetando a ordem econômica, resultando no *fim de estado que os senhores escravocratas identificavam com a sua própria sobrevivência.* [168] Embora envolvidas sob diferentes roupagens, a Conciliação e a Liga Progressista obedeciam aos mesmo princípios: *encobrem a trama conservadora de ocultar o reacionarismo do grupo dominante para turvar o quadro político e esvaziar as possíveis pressões em direção às reformas*, pois se pensava na época, que em 1853, o *Partido da Ordem* pudesse atrair os remanescentes do liberalismo radical, *esmagados* ou *amedrontados* por esse mesmo partido. O governo procurava oferecer emprego para atrair os liberais de pouca convicção e, com isso, dar a impressão de *estar acima dos partidos,* porém o controle era conservador. [169]

Boris Fausto em *História do Brasil*, de 1994, deteve-se na atuação dos partidos durante o Segundo Reinado, identificando semelhanças e diferenças. Considera que a política desse período e não só dele, em boa medida, não buscava alcançar *grandes objetivos* ideológicos. Chegar o poder significava para estes partidos a obtenção de prestígio e benefícios. Reconhece também que a *elite política do império* possuía algumas diferenças em relação à questão do Estado no tocante à centralização administrativa. [170] Boris Fausto considera que nos anos 1850 foram tomadas inúmeras iniciativas, que tentavam imprimir uma nova *fisionomia ao país*, encaminhando-o para o que então se considerava *modernidade*. Comenta a Lei de Terras, a centralização da Guarda Nacional, o Código do Comércio, o fim do tráfico negreiro, entre outras medidas. No plano da política, liberais e conservadores chegaram provisoriamente a um *acordo nacional*, expresso, acima de tudo, no Ministério da Conciliação (1853-1856), acordo que *perdurou* nos

---

[168] Id. ib.,p.48

[169] Id. ib.,p.48

[170] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2007.pp.180-181

ministérios seguintes, até 1861.[171] Conclui que as transformações se esboçavam nas *áreas mais dinâmicas do país*, no sentido de uma *modernização capitalista* com a tentativa de se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis. [172]

Para Emilia Viotti, no livro *Da Monarquia à República*, não existiam diferenças entre os partidos nas suas práticas políticas. Ela se reporta à *Conciliação* como uma aliança entre os dois partidos. [173] Sugere que no período das Regências, o temor aos radicais fizera com que conservadores e liberais se aproximassem. A *cooperação* de fato começou em 1852 e durou cerca de dez anos, período em que as expressões *liberal* e *conservador* parecem meras *etiquetas*, daí a autora evocar a frase corrente (...) *nada mais parecido com um conservador que um liberal no poder* (...). *As etiquetas partidárias e as plataformas não tinham muito significado para a maioria dos partidos*, já que na facção liberal havia políticos de tendências conservadoras e no partido conservador existiam políticos cujas opiniões eram mais liberais que as dos seus próprios adversários. As cisões internas das facções e a falta de comprometimento ideológico ajudariam a explicar a grande instabilidade dos partidos.[174]

1.1.4 A Conciliação sob os auspícios do *grandioso pensamento*

Na historiografia há ainda alguns autores que embora reconheçam a importância do Marquês de Paraná, não descartam a tutela do *Pensamento Augusto*, expressão cunhada pelo Marquês de Olinda. Nossa linha de raciocínio acompanha essa corrente. É isso que pretendemos ampliar, por meio do exame do papel cumprido pelo Imperador no processo político. Nossa intenção é demonstrar que o Imperador, estrategicamente, chamou para concretizar suas idéias não um

---

[171] Id. ib., p.197

[172] Id. ib., p.197

[173] COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: EdUNESP, 2007.p.164
[174] Id. ib.,p.162

conservador puro do tipo *saquarema*, mas um conservador que apesar honrar às tradições do partido não pertencia à *oligarquia*: Honório Hermeto Carneiro Leão.

Vale aqui lembrar que Gilberto Amado, em 1924, no livro *As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil,* já afiançava que a Conciliação era obra política de D. Pedro II, o seu *pensamento augusto* influiu mais no sentido de apressar a *marcha das idéias liberais* donde haveria de sair mais tarde a preocupação republicana. Propiciando a chegada dos liberais ao poder, o monarca *empurrava o país na direção que ele queria seguir*, iniciando uma política de *suicídio dinástico*, sem compreender talvez que o trono se assentava na *aristocracia territorial*, cujo enfraquecimento traria como conseqüência a debilidade do próprio regime. [175] A situação conservadora prolongou-se até 1862, depois de um *domínio continuado de 14 anos*. A conciliação, por exemplo, realizada por intermédio do marques de Paraná sob os auspícios do Imperador, representando a absorção do Partido Liberal exausto pela exuberância conservadora, era o *começo e uma depressão nas forças até então preponderantes*. [176] A conciliação foi um *verdadeiro logro*, já que a Lei dos Círculos servira apenas aos interesses do Imperador, declara Amado. [177]

Por sua vez, o marxista Nelson Werneck Sodré em seu *Panorama do Segundo Império*, de 1939, assinala que a influencia de D. Pedro II no parlamentarismo brasileiro *não foi pequena*.[178] Ele indica que havia uma *plasticidade partidária*, conceito pelo qual define a prática política por uma frágil divisão ideológica; sempre que o tema das grandes reformas entrava em discussão, os debates se pautavam *numa divisão quase que regional.* [179] Sodré, no entanto, situa a Conciliação na *fase áurea do império*, pois teve a função de reunir os partidos em torno do Trono, enquanto fortalecia o centro, poupava a agitação das campanhas oposicionistas.

Aos moldes ainda do marxismo que muitos chamaram de mecanicista, Nelson Werneck Sodré traça a *curva da evolução* do império e demarca o gabinete da

---

[175] AMADO, Gilberto. **As Instituições Políticas e o meio social no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.p. 71. A primeira edição é de 1924.

[176] Id. ib.,p.70

[177] Id. ib.,p.71

[178] SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Grafia, 2ª ed.1998.p.95

[179] Id. ib.,p.151

Conciliação como o seu *instante mais alto*. Evolução, estagnação, crise e decadência são termos muito bem definidos para o autor, que procura dar um *sentido* à história imperial. No Império *que foi o café* [180] as lutas após a conciliação só se iniciaram em 1858. A decadência, segundo Sodré, se iniciou com a Guerra do Paraguai, acelerando-se a partir de 1870.

Defensor de um sistema político do qual não temia assumir suas posições, João Camilo de Oliveira Torres, na contribuição *A Democracia Coroada*, de 1957, defende com simpatia o regime monárquico. Seu livro busca compreender a maneira pela qual o *estado liberal* se organizou no Brasil e como as ideias do liberalismo se introduziram no país, embora este termo possua muitos significados. [181]

Seu objeto de estudo, o Império do Brasil, estava mergulhado em duas características bem marcantes do século XIX. Este século foi, em primeiro lugar, o da *restauração*, pois teve o restabelecimento de práticas tradicionais da *democracia limitada da Idade Média* e, em segundo lugar, caracterizou-se por uma *revolução* com o aparecimento de uma *administração pública num governo nacional*. Mas, sua maior criação, seria a monarquia constitucional, em outras palavras, o exercício do governo sob a fiscalização da representação nacional. No caso brasileiro, a atuação do Parlamento envolvendo os deputados e senadores, um documento escrito [a Constituição de 1824], colocado em posição superior na hierarquia das leis, fixando os limites das atribuições do Estado. [182]

A obra de Camilo é repleta de importantes informações sobre o funcionamento das instituições políticas imperiais, embora o autor não traga muita novidade para a época, pois como um leitor de Joaquim Nabuco, também monarquista, convém lembrar, se baseia em *Um Estadista do Império,* livro que não se cansa de citar ao longo de seu texto.

Ao tratar diretamente da política imperial opina sobre a formação dos ministérios. Muitas vezes a sorte do ministério, ou da Câmara dos Deputados, em relação à apresentação do programa, se decidia por ocasião da apresentação do Gabinete. Ao tocar neste assunto ele trata do nosso objetivo principal: a conciliação.

---

[180] Id. ib.,p.212

[181] TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1957.p.21

[182] Id. ib.,p.22

Sobre a Lei dos Círculos comenta que esta foi a *grande glória do ministério da Conciliação e de seu chefe, o marquês de Paraná.* Entretanto, esclarece que a idéia dos Círculos não constituía uma novidade, pois fora lançada por Paula Souza, em 1848.

Bem interessante perceber que o autor evidencia um entendimento do qual compartilhamos em relação à oposição enfrentada pelo marquês de Paraná, ao tentar aprovar a nova lei eleitoral. Ele encontra pela frente um *bom grupo de adversários* capitaneado, principalmente pelo senador Eusébio de Queiroz. No fundo, Paraná era um *moderado*. Os conservadores *puros* de peso como Itaboraí e Uruguai combatiam-no sempre, ou quase.[183] Ambos advertiam que a lei seria inconstitucional, principalmente em relação às incompatibilidades. Além disso, sua aprovação poderia rebaixar o nível intelectual do Parlamento, pois reforçaria o prestígio das influências locais. Contra-argumentando, Paraná afiançava que:

> ... é verdade que sendo eu eleitor, tendo de votar sobre 10 ou 12, e examinando uma chapa de 20, posso deixar escapar um ou outro de menos capacidade, mas quando se votar sobre um só, hei de escolher com cautela, hei de votar com escrúpulo, procurando que aquele a quem tenho de dar o meu voto reúna as qualidades precisas para ser votado. [184]

Nas fileiras liberais, os senadores Vergueiro e Pimenta Bueno apoiaram de imediato essa Lei dos Círculos, posto que beneficiaria a unidade nacional, por diminuir o regionalismo provincial. Um projeto de um homem caro aos saquaremas fora rejeitado por eles mesmos e acolhido pelos liberais. É nesse ponto que convergimos com João Camilo Torres.

A reforma eleitoral, evocada pelo autor de maneira elogiosa, possuía as seguintes virtudes: características: primeiro, criava as incompatibilidades; segundo, promovia a divisão das províncias em círculos de um só deputado e por último, a eleição de suplentes de deputados.[185] Por meio das incompatibilidades: *(...), os presidentes de províncias, os seus secretários, os comandantes de armas, os*

---

[183] Id. ib.,p.349

[184] Apud Id. ib.,p.297

[185] Id. ib.,p.297

generais em chefe, os inspetores gerais da fazenda pública, as autoridades policias, os juizes de paz, municipais eram inelegíveis. [186]

Isso fazia com que Paraná acabasse figurando, na opinião de João Camilo, no rol dos *fundadores da democracia brasileir*a. Seu gabinete buscou *serenar os ânimos* permitindo ao país a reconstrução, no que teria sido ajudado pelos cafezais que se espalhavam *pelas colinas arredondadas.* [187] O gabinete da Conciliação teve em mira duas grandes obras: a reforma eleitoral e a tentativa de reforma judiciária, considerada *tipicamente liberal* pelo autor. [188] Na percepção do autor, o Império efetivara uma realização progressiva dos ideias de democracia liberal, assim como entendiam os homens do século XIX. O grande triunfo da monarquia era contra o inconformismo, o *poder pessoal às oligarquias parlamentares* que mostra claro e patente o *verdadeiro espírito liberal*. [189]

Partindo de uma concepção patrimonialista de Estado, Raymundo Faoro, no clássico *Os Donos do Poder*, de 1958, afirma que o Segundo Reinado pode oferecer uma visão *harmônica e elegante*, *enganadoramente* monumental no quadro estilizado. A história política se resumiria, a partir de 1836, na luta dos dois grandes partidos, o liberal e o conservador, separados e identificáveis por um ideário próprio. A Câmara dos Deputados, que ganhara, no período das Regências, a dignidade de uma convenção permanente, estaria no centro do quadro, movida pelo sistema parlamentar em busca de plenitude e expressão.[190]

Os partidos políticos à época imperial seriam, em teoria, a *opinião pública militante*, colhida nas eleições, com o *povo genuinamente representado*. Esta seria a garantia da sua legitimidade e, por via deles, da Câmara dos Deputados. Em nome da nação, afastariam e indicariam os governos. No Brasil, os políticos liberais expandiram a doutrina num *sentido popular,* com características embasadas no princípio descentralizador, mais federal que popular, adverte Faoro, no sentido de assegurar aos núcleos das localidades, isto é, o município, em primeira instância e,

---

[186] Id. ib.,p.297

[187] Id. ib.,p.331

[188] Id. ib.,p.349

[189] Id. ib.,p.555

[190] FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação Política do Patronato Brasileiro.** Rio de Janeiro, Editora Globo, 2001, 3ª ed.p.402

sobretudo, a província em segunda instância, o poder de eleger e nomear a representação.

No lado oposto, os políticos conservadores, ao dominarem o Senado e o Conselho de Estado, armam sua estrutura de domínio para exercer o controle da Câmara dos Deputados - a *chave da confiança ao ministério.* E, pela via da organização de cúpula, fazem e desfazem as eleições. O mecanismo, montado desde 1836 e que culminou com a Conciliação, foi a *substância da ordem imperial*, da qual, se beneficiariam os liberais, quando no poder, com o arrefecimento periódico de suas reivindicações históricas. [191]

Raymundo Faoro afirma que antes do ministério de conciliação (1853-57), os partidos tiveram, embora dificilmente discernível quando no governo, *uma linha particular, inconfundível.* [192] Mas com a política da conciliação oferecerá o *arrefecimento das paixões*. A política da Conciliação firmou o *consenso* dos partidos na autoridade superior. O Imperador, por sua vez, governava por meio dos partidos: ele orienta a extinção do tráfico, a condução da questão servil, a eleição direta. Os estadistas saíram de suas mãos para executar as tarefas que ele lhes indicara, menos com palavras do que com insinuações. Sem o seu apoio, não havia governo, não havia administração, nem maiorias.[193]

O gabinete da Conciliação pretendeu corrigir os males ao reformar a circunscrição eleitoral, diminuindo-a da alçada da província para o círculo de um deputado, desligando a junta de qualificação e apartando as mesas das assembléias paroquiais da obediência ao governo. Quis afastar as pressões com a lei das incompatibilidades, vedando a eleição das autoridades capazes de desviar o eleitor de sua livre escolha (não poderiam ser votados: presidentes de província e seus secretários, os comandantes de armas e generais-em-chefe, os inspetores de fazenda geral e provincial, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados, os juizes de direito e municipais). O conservador Paraná via nesses mecanismos, os instrumentos para a reorganização partidária, libertas as facções das tradições que as amesquinhavam.

---

[191] Id. ib.,p.409

[192] Id. ib.,p.402

[193] Id. ib.,p.426

O contato do candidato com o eleitor anularia a influência do governo, tornaria o cidadão *fiscal do processo*, moderaria a pressão provincial e impediria que as maiorias locais fossem esmagadas pelas provinciais. Supunha-se, com a adoção desse sistema, que as minorias viessem a se representar, visto que os círculos seriam independentes da máquina geral, pondo fim às câmaras unânimes. A lei, promulgada em 19 de setembro de 1855, soou aos liberais, sempre interessados na autenticidade da expressão popular, como uma vitória e o prenuncio de tempos novos. [194]

Os partidos, no pós-Conciliação, para Faoro, se enfraqueceram, perdendo o domínio sobre os ramos perdidos no território, e *dividindo-os em grupos, em conventículos de meia dúzia de indivíduos, sem nexo, sem ligação, sem interesses comuns e traços de união*. Toda a nossa esfera política, até então elevada, apesar da nossa relativa pequenez como nação, sentiu-se *rebaixada*. [195] A obra de centralização sofreu, depois de vinte anos, a primeira fissura.[196] Assim, se Itaboraí (Rodrigues Torres) afirmava a máxima: *o rei reina, governa e administra*. Paraná inverteu o argumento: o governo, se presidido pelo Imperador, será sempre legítimo, daí a Conciliação se tornar legítima em nome do *pensamento augusto.* [197]

Escrevendo a pedido do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1925, a propósito da comemoração do centenário natalício de D. Pedro II, Oliveira Vianna preocupou-se em compreender a decadência da monarquia. No livro *O Ocaso do Império* pouco se fala sobre a Conciliação, encarada pelo autor apenas como uma *prova do vago, do indefinido, do incerto contido nos programas dos dois grandes partidos do Império* [198]. Para Vianna, o objetivo principal dos partidos imperiais consistia na conquista do poder e *conservá-lo a todo transe: nada mais. Era este o principal programa dos liberais – como era dos conservadores*. [199] Considera que ambos não tinham força para existirem por si só, pois *bastava um aceno do imperador* para fazê-los cair ou subir do poder. A chave para compreender a política

---

[194] Id. ib.,p.442

[195] Id. ib.,p.61

[196] Id. ib.,p.443

[197] Id. ib.,p.417

[198] VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. Rio de Janeiro: José Olímpio.3ª ed.1959.p.20

[199] Id. ib.,p. 22

imperial estava na atuação do próprio D. Pedro II, embora o autor, contraditoriamente, afirme que o monarca nascido em São Cristóvão, não sentia *gosto pela política e suas agitações*. [200]

A conciliação trouxe certo apaziguamento às lutas. Encarando como apaziguamento das lutas *intestinas*, termo muito recorrente à época citado por João Camilo de Oliveira Torres em outro livro, *Os Construtores do Império: ideais e lutas do partido conservador brasileiro,* de 1968. No seu entender, a política levada a cabo pelo Marquês de Paraná *não foi, realmente conciliação*, acima de tudo fora uma *política de moderação*, de relativa *indefinição*, em que se estabeleceu uma trégua nas grandes lutas da década de 1840.[201] A prova disto, segundo Oliveira Torres, é que nenhum *conservador puro* e nenhum *luzia exaltado* fizeram parte do governo chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão. Mesmo assim houve o caso de liberais que se *transformaram em conservadores e conservadores se transformaram em liberais.* [202]

Entretanto, o período caracterizou-se pela *tranqüilidade política*; se houve embates, estes carregavam a bandeira da moderação, conciliação de *reais iniciativas no plano administrativo*. O que veio após essa nova política, foram gabinetes de *linha moderada* que continuaram a obra e lançariam as bases da prosperidade imperial. [203]

Pedro Calmon na obra *História de D. Pedro II*, de 1975,[204] no Tomo Segundo, intitulado *Cultura e Política. Paz e Guerra (1853-1870)* refere-se às instruções do Imperador a Honório Hermeto Carneiro Leão, homem que, segundo o autor, *apaziguava pela autoridade; com a vantagem de pertencer ao grupo dominante, laureado pela vitória externa, responsável pela consolidação interna*. Com Honório Hermeto *o poder se abriria, sem decair, os seus quadros, substituiria, magnânimo, a ocupação pela colaboração; segundo o* '*pensamento*.' [205] Ao que tudo indica, foi

---

[200] Id. ib.,p 33

[201] TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os Construtores do Império: idéias e lutas do partido conservador brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p.73

[202] Id. ib.,p.73-74

[203] Id. ib.,p.75

[204] CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; 1975.

[205] Id. ib.,p. 416

Pedro Calmon que utilizou, pela primeira vez, aquela fonte tão importante, com o intuito de demonstrar a ação do *pensamento augusto*.[206] Mas Calmon não se alongou na análise do Gabinete, já que dedica-se a narrar a vida do *único brasileiro educado, desde menino, para as responsabilidades do poder*. [207]

Em *História Institucional do Senado do Brasil*, de Vamireh Chacon, o Brasil se encontrava em um período de *convalescença,* conseqüência das *sangrentas guerras civis regenciais*. Na sua percepção, a Conciliação se tornou o *verdadeiro remédio necessário.* [208] Daí em diante, se iniciaram as caminhadas paralelas das reformas abolicionistas e eleitorais [209] *Pelos ministérios da Conciliação, o de Paraná e o de Caxias, aperfeiçoavam-se a política do 'pacto das elites', que possibilitou grandes importantes transformações*, encerra.[210]

Afonso Arinos de Melo Franco, na parte que aborda *Os partidos políticos no Império*, na obra *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, edição de 1980, destaca o atraso brasileiro *em relação às ideias do século XIX,* [211] devido a conjugação de três fatores: o escravismo, o latifúndio e a sociedade agrícola. Observa, porém, que partir de meados do Oitocentos, a situação geral do Império iria passar por modificações. O autor procurou caracterizar a atuação dos partidos. Enquanto o Partido Conservador representava os desejos da propriedade territorial, da economia agrária, o partido liberal, almejava mais o lado citadino do capitalismo comercial e também das chamadas profissões liberais. Por sua vez, D. Pedro II não se opunha aos *propósitos conciliatórios*, pelo contrário, ele os apoiou, na convicção de que aos negócios imperiais melhor serviriam governos constituídos por homens de capacidade de todas as opiniões.

A própria reforma eleitoral de Paraná, obedeceu, para alguns dos observadores, *ao propósito de destruir a homogeneidade dos partidos e o seu*

---

[206] Id. ib.,p. 416

[207] Id. ib.,p. xix da "Nota Introdutória" do Tomo Primeiro.

[208] CHACON, Vamireh. **História Institucional do Senado do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997.p.93

[209] Id. ib.,p. 93

[210] Id. ib.,p.95

[211] MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **História e Teoria dos Partidos Políticos do Brasil.** São Paulo: Alfa e Ômega, 1980.p.23

predomínio, *dificultando a formação de maiorias maciças*![212] Mas ao chegar a *Coligação* – forma pela qual Afonso Arinos autor define a Conciliação, as diversas facções de uma mesma classe social não entravam em choque, pois após o esmagamento da revolução Praieira, ficou claro a estes setores, identificados como a *ala progressista da burguesia*, que não era mais viável o processo violento para a conquista das demandas liberais. Chegara-se, assim, a um daqueles momentos de estabilidade em que o liberal se confundia com o conservador, daí a máxima de Holanda Cavalcanti. Parecidos sim, mas sob os auspícios da Conciliação. [213] Concluindo, Arinos afirma taxativo que: *não seria pertinente alongarmo-nos aqui sobre o caráter da Conciliação, as contradições do seu mecanismo, as deficiências do seu funcionamento. O certo é que durou quase dez anos, apesar das fraquezas que tinha, inerentes a todas as tentativas do mesmo gênero*. [214]

Mais recentemente, o professor Marcelo Otávio Basile, no trabalho *O Império Brasileiro: Panorama Político* em 1990 abordaria a Conciliação reproduzindo a tese sustentada por Ilmar R. de Matos de que o ministério chefiado por Honório Hermeto *reafirmou-se* com a *direção saquarema*. Este gabinete foi entendido pelo autor como *o principal aceno de abertura para os liberais* que se consubstanciou na reforma eleitoral de 1855. As diversas revoltas do Império *teriam ensinado* aos conservadores que o *alijamento* duradouro do poder dos políticos do partido liberal poderia pôr em risco a estabilidade do sistema além da própria unidade do país. Entretanto, Basile se contradiz, pois se por um lado afirma que a Conciliação é uma obra da *direção saquarema*; por outro, sustenta que a idéia *desagradava* tanto a liberais quanto conservadores intransigentes, pois: *enquanto estes a viam com um sinal de fraqueza do partido e do Governo, aqueles a encaravam com uma manobra política para encobrir suas ideias e enfraquecer o Partido Liberal.* [215]

Coalizão. Este foi o termo utilizado pelo brasilianista Richard Grahan para definir a política que reuniu no mesmo ministério liberais e conservadores.[216] Ele

---

[212] Id. ib.,p.38

[213] Id. ib.,p.39

[214] Id. ib.,p.39

[215] BASILE, Marcelo O. "O Império Brasileiro: Panorama Político" In: LINHARES, Maria Yedda.(Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.253

[216] GRAHAN. Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1990. Tradução de 1997.p.103

argumenta que, em setembro de 1853, D. Pedro II concebeu a formação de um governo em que *reconciliaria* as duas facções. Lembra com muita propriedade que Honório Hermeto convocou um dos lideres das revoltas liberais de 1842, Limpo de Abreu, visconde do Abaeté, e também aquele que debelou as mesmas rebeliões, o marquês de Caxias. O homem que se revoltara no passado agora se reconciliara com quem o reprimira.

Grahan assinala a importância da Lei dos Círculos, proposta pelos liberais em 1847 [217], e apoiado numa fala de Pimenta Bueno, de 1857. Avalia que o seu objetivo fora alcançado com o fortalecimento das liberdades da maioria. Contudo, adverte que no fundo, a medida dava ao partido que estivesse no governo ainda mais poder do que antes, já que seus os líderes podiam agora concentrar todos os seus esforços em alguns poucos distritos incertos.[218]

Por sinal, Lilia Moritz Schwarcz no livro *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos,* comenta que a prática, ou antes o exercício da política, não era para muitos, já que um grupo bastante especial tomou para si o *encargo dessa atividade*. [219] Nesse sentido, em 1853, promoveu-se a Conciliação, *misturando representantes dos dois partidos nacionais e marcando uma nova orientação na política imperial* [220], que revelou além das fragilidades dos dois partidos, a potencialidade das intervenções de D. Pedro II.

Enriquecendo o debate historiográfico Jeffrey Needell[221] em seu *The party of order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*, de 2006, associando escravidão e política, designa de *Partido da Ordem* o grupo dos conservadores, defensores de um regime monárquico centralizado e forte, cujo núcleo estabelecido na província e Corte do Rio de Janeiro, mais conhecidos por *saquaremas.* Needell examina quatro grupos familiares, ligados entre si por casamentos, que possuem um denominador comum: o distanciamento das atividades comerciais e a aproximação da propriedade rural e escravista. Ele

---

[217] Id. ib.,p.108

[218] Id. ib.,p.108

[219] SCHWARCZ. Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras 1998.p.118

[220] Id. ib.,p. 118

[221] NEEDELL, Jeffrey. **The party of order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871**. Stanford:Satanford University Press, 2006.

denomina esses clãs familiares de *oligarquia fluminense*. Por outro lado, enfatiza e valoriza a ação de D. Pedro II, na condução da política imperial, que culminaria com o advento da Conciliação em 1853. Para o autor, a Conciliação se beneficiou da disciplina dos conservadores além de contar com a força política de Honório Hermeto, que se distanciou do *Partido da Ordem*, embora este termo seja utilizado para os conservadores da província de Pernambuco, como muito bem lembra Ricardo Salles. [222]

Segundo Needell, ao Imperador promover a Conciliação o Imperador pretenderia desmoralizar o partidarismo ideológico e restringir a influência dos partidos nas eleições, de forma simultânea, o que favorecia a vitória nas urnas do gabinete Paraná, este sobre a direção explícita do Imperador.

O desejo do Imperador era que seus homens pudessem governar independente de idéias e práticas políticas do passado, desde que se mantivessem leais à Coroa. A ingerência do soberano no Gabinete proporcionaria uma imagem apartidária, importante para execução de certas reformas eleitorais e judiciais, voltadas para diminuir a influência partidária no processo eleitoral. De acordo com Needell, a *trindade saquarema* (Eusébio, Uruguai e Itaboraí) não aceitara cargos no ministério, pois acreditava que o Gabinete constituía um claro ataque ao papel dos partidos e do parlamento. Apesar de poderosa, a *Trindad*e estava de *mãos atadas*, embora tivessem forçado a derrota do Gabinete conciliatório na votação da reforma judiciária. De qualquer modo, a reforma eleitoral acabou por restringir o papel dos saquaremas. Eles não poderiam confrontar diretamente a política conciliatória do Imperador, o que representaria um revés ao próprio regime.[223]

O historiador José Murilo de Carvalho na biografia que assina do imperador D. Pedro II vem muito ao encontro de nossas idéias.[224] No capítulo 9, *O Paraná não*

---

[222] *Nesse ponto entende-se melhor por que Needell introduz, sem explicar, uma categoria produzida por ele, o 'partido da ordem', que aparece como se fosse uma realidade do período, como pode parecer a um leitor desavisado. No máximo, o partido da ordem foi uma designação restrita aos conservadores de Pernambuco, assim como os saquaremas o foram em relação aos conservadores da província do Rio de Janeiro. Com uma importante diferença, contudo. Estes últimos alcançaram a direção dos conservadores em geral e, por tabela, do governo, imprimindo a direção moral e intelectual do Tempo Saquarema de Ilmar, fato que explica por que seu apelido adquiriu, na época – é importante que se frise –, o sentido de sinônimo de conservadores em geral. Já o partido da ordem pernambucano nunca ultrapassou o âmbito regional. Mas na narrativa de Needell ele aparece como se fosse uma realidade, o que não aconteceu.* SALLES, Ricardo. "Escravidão e política no Império". **Hist. Cienc. saude-Manguinhos.** 2008, vol.15, n.1, pp. 231-235.

[223] NEEDELL, Jeffrey. **The party of order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871**. Stanford:Satanford University Press, 2006.

[224] CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

se curvava, ao demonstrar a relação do monarca com Honório Hermeto, Carvalho lança mão das *Instruções*, apesar de não indicar bibliograficamente a origem dessa fonte, que se encontra na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e será explorada mais adiante nesta dissertação. De qualquer forma, o período como um *tempo também de pôr fim, um ponto final nos rancores políticos herdados da Regência.*[225] Aqui não se tem dúvida sobre a paternidade da Conciliação: era obra do Trono: *O Imperador não só apoiava a idéia, como lhe foi atribuída sua iniciativa. A conciliação seria 'pensamento augusto' como disse o marquês de Olinda*. Dispunha já de certa maturidade para governar, o que *ficou evidente no fato de que pela primeira vez entregou a um presidente do Conselho, e logo ao maduro e independente Paraná, instruções contendo idéias de governo*. [226] José Murilo de Carvalho enfatiza que o Imperador *embora afirmasse tratar a todos igualmente, alguns mereciam dele tratamento mais que igual. Era o caso, sobretudo do marquês de Paraná,* [227] personagem que Carvalho considera um estadista *24 horas por dia* ao lado do visconde do Rio Branco. [228]

A ideia de que o Imperador reinava, governava e administrava ainda é mais enfatizada no capítulo 12, denominado *Receita de Governante*. Nesta parte, José Murilo de Carvalho ressalta que a leitura de alguns cadernos escritos por D.Pedro II, o *caderno IX*, por exemplo, são relevantes para se compreender como o monarca *concebia sua ação de governo*. [229] As noções abordadas por José Murilo de Carvalho são apreendidas nos *Conselhos à Regente*, uma espécie de guia que *reiterava e explicava sua posição em relação a vários assuntos, e dava conselhos sobre como lidar com os ministros*. [230] Concepções interessantes, atuais em certo ponto, produzidas por um homem do século XIX.

Na obra *Em Busca da Conciliação: Ideias Políticas no Parlamento no Império do Brasil: (1831-1855)* pesquisa resultante da tese de doutorado de Fábio Santiago

---

[225] Id. ib., p. 54

[226] Id. ib., p. 55

[227] Id. ib., p. 58

[228] Id. ib., p. 59

[229] Id. ib., p. 87

[230] Id. ib., p. 87

Santa Cruz[231] de 2008, encontra-se a afirmação de que alternância entre o partido conservador e o liberal nos gabinetes, *uma das características mais notáveis do Segundo Reinado* tinha como meta o enfraquecimento de qualquer estímulo a algum levante armado. [232]

Apesar de afirmar a importância política de D. Pedro II, outros como diversos parlamentares tanto da Câmara dos Deputados, quanto do Senado estavam *publicamente de acordo em relação a uma reforma cujo objetivo era arrefecer as insatisfações políticas* e a partir daí, *dar início a um período de maior tolerância e harmonia interna no império.* [233] Mesmo afirmando que a conciliação *parecia ter se tornado, enfim, uma realidade plena* [234]*,* Fábio deixaria nebulosa a paternidade da ideia de Conciliação.

Seja como for, conforme demonstramos, não há consenso na produção historiográfica sobre a Conciliação. Uma obra magna do marquês de Paraná? Uma farsa intentada pela Coroa? Ou trata-se de referencial da *história política nacional,* como afirmam alguns autores, [235] avaliação da qual partilhamos.

---

[231] SANTA CRUZ, Fábio Santiago. **Em Busca da Conciliação: Idéias Políticas no Parlamento no Império do Brasil: (1831-1855).** (Tese de Doutorado) Brasília: UNB, 2008. p.193

[232] Id. ib.,p. 190

[233] Id. ib.,p. 193

[234] Id. ib.,p. 190

[235] ALENCASTRO, Luis Felipe. “Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império.” In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**. 2° ed. São Paulo: Senac, 1999.p.131

2 O Império rumo à *Civilização*

A década dos cinqüenta, de qualquer maneira, ficaria como símbolo do anseio renovador: é o ponto de referência na história da construção de um Brasil mais rico e afirmativo.

Francisco Iglesias [236]

2.1. O *memorável decênio*

Em 1840, contando quinze anos incompletos, o Imperador D. Pedro II foi levado ao poder pelos liberais, por meio de um golpe parlamentar-palaciano, mais conhecido como *golpe da maioridade*, iniciando assim o Segundo Reinado (1840 – 1889).

Este fato foi resultante da conjuntura regencial, época de grandes contestações políticas, movimentos populares, e rebeliões promovidas por grupos dominantes locais. O medo da fragmentação do Império era constante, daí a antecipação da maioridade do jovem monarca, pois este só poderia assumir o governo após completar dezoito anos, de acordo com a Constituição de 1824. Convém lembrar que a Maioridade fora uma manobra política intentada pelos liberais, que desde 1837 haviam sido afastados do governo pelos regressistas na figura de Pedro Araújo Lima como regente uno.

O primeiro gabinete do Segundo Reinado, também denominado *Gabinete da Maioridade ou dos Irmãos*, tomou posse em 24 de julho de 1840. Após este, mais outros 35 gabinetes se alternaram no poder, ora formados por liberais, ora por conservadores, ora pelos dois partidos simultaneamente.

A década de 1850 de acordo com a tradição historiográfica constituiu o apogeu do Império.[237] De um modo geral, a crença no futuro promissor que estaria

---

[236] IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.38.

reservado à única monarquia sul americana e a esperança no progresso eram idéias na época muito difundidas, principalmente, entre aqueles que compunham a *boa sociedade.* [238]

A certeza de que o Brasil se aproximava dos padrões europeus de *civilização* baseava-se em fatores de natureza econômica, política e jurídica. Do ponto de vista econômico, com o fim do tráfico de escravos africanos em 1850, os capitais, antes empregados na aquisição desta mão-de-obra, passaram a fluir para outros investimentos como as fazendas de café, estradas de ferro, companhias de comércio e navegação, empresas de seguro, etc.

Mas a prosperidade da economia contou, por outro lado, com um aparato legislativo que Francisco Iglésias chama de *leis reacionárias,* [239] em particular a tarifa baixada em 1844 por Alves Branco de cunho protecionista, que visava à taxação elevada de produtos importados, de maneira a estimular a produção nacional, isto é, o chamado *espírito empresarial.* A fortuna disponível, portanto, encontrava-se pronta para novos investimentos.

Além dessas medidas, há que se salientar *o fim do ciclo das revoltas armadas* – que se encerraram com *a Praieira* (1848) Nas palavras de Iglésias: *o sólido arcabouço das 'leis reacionárias' [as do início da década de 1840] (...) arma o poder central para o êxito na política.* [240]

Diante desta conjuntura favorável *parecia que todas as contradições da sociedade* [imperial] *haviam encontrado equacionamento.* [241] Para *sustentar* o surto de *progresso* começou-se a retomar um discurso político que pudesse favorecer o entendimento de idéias distintas entre si, convergindo para unidade em torno de um projeto comum voltado para o progresso e a civilização.

---

[237] Para Capistrano de Abreu esta fase se estendeu até em 1864, onde a partir daí o Império se ocupará com a Guerra do Paraguai e por diante o 2º Reinado com suas contradições não resistirá à sua queda. In IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) História da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.38.

[238] Ver este conceito em MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 117. O autor aponta a diferença entre *cidadãos não ativos* e *cidadãos ativos*. Os primeiros não participavam nos processos eleitorais por não possuírem uma determinada renda, já os segundos a situação é inversa. Com base nestes dois conceitos formula dois outros em relação à sociedade: civil e política. A *sociedade civil* era composta por aqueles que são *proprietários apenas de suas pessoas* isto é, a massa de cidadãos não ativos; enquanto a *sociedade política* era composta por um grupo de pessoas que além de serem proprietários de si *são também proprietários de outrem*, quer dizer, os cidadãos ativos - base escravocrata.

[239] Id. ib., p. 35

[240] Id. ib., p. 35

[241] Id. ib., p.. 35

Interessante perceber que, como os liberais estavam afastados do poder há muito, desde a volta dos conservadores ao ministério, a partir da Regência de Pedro Araújo Lima, o que se convencionou chamar de *Regresso*, eles passariam a apoiar a disseminação de uma idéia antiga: a da conciliação, por meio da formação de um governo que integrasse conservadores e liberais.

A proposta já havia sido aventada durante o *Qüinqüênio Liberal*. Entretanto, não conseguiu alcançar grande repercussão devido as dificuldades dos liberais se manterem coesos no governo, entre fevereiro de 1844 e setembro de 1848.. Na Câmara, as fileiras do Partido Liberal não chegavam a um entendimento. Nas províncias, por sua vez, os presidentes não acatavam as ordens do Gabinete, visto que os interesses particulares eram sempre priorizados em detrimento de um projeto comum de âmbito nacional, que todos viessem a aceitar e a apoiar.

Aliás, a *falta de coesão* dos políticos do Partido Liberal não constituía uma novidade. Vale lembrar que nas insurreições de 1842, os pernambucanos não apoiaram a causa dos paulistas e dos mineiros, estes por sua vez não estenderam a mão aos seus correligionários de Pernambuco por ocasião da revolta Praieira, em 1848.[242] Ilmar R. Mattos ressalta que *ao fim de um qüinqüênio de exercício do poder, as grandes teses liberais [...] não haviam sido votadas, nem mesmo debatidas como deviam. [...] Demais, não havia unidade liberal sobre elas.* [243]

O Partido Conservador recuperou o governo em 29 de setembro de 1848 e se manteve no poder até 6 de setembro de 1853. Entretanto, enfrentaram grandes atribulações em dois níveis: na Corte *era impossível o diálogo entre os poderes executivo e legislativo, porque o Gabinete era formado por conservadores enquanto a maioria da Câmara, ainda no primeiro ano da legislatura era liberal* [244]. O cenário político também se mantinha turbulento nas províncias, principalmente, no norte, representadas por Pernambuco, que então estava em armas com a rebelião dos praieiros.

Nesse clima de disputas, mais cedo ou mais tarde a dissolução do ministério ou da Câmara seria inevitável, forçando a queda de um dos dois. Com efeito, a 19

---

[242] Lembra outro autor: *Interesses regionais predominavam sobre as teses, dificultando a consciência partidária [liberal], sem falar nos interesses domésticos, vivos em ambas as correntes.* MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.p.10

[243] Id. ib., p.11

[244] IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I.p.13.

de fevereiro de 1849, a Câmara liberal foi dissolvida. Convocadas novas eleições, o Partido Conservador garantiria o domínio político de tal modo que na Câmara recém eleita, reunida em 1º de janeiro de 1850, de um total de 111 deputados apenas um, Bernardo de Souza Franco, da província do Pará, conseguira se eleger pelo Partido Liberal.

A imprensa de cunho liberal protestaria veementemente ante essa situação. Para se ter uma idéia, o deputado Francisco Sales Torres Homem (1812-1876), àquela altura ligado aos setores mais radicais, lavrou protesto violentíssimo que fez publicar sob o pseudônimo *Timandro*, o panfleto *O Libelo do Povo* (1849). É bem verdade que Salles Torres Homem não tardaria a trocar de posição na arena política. O Timandro, *pela conversão e arrependimento,* mais tarde conseguiria que a Coroa e os conservadores se esquecessem daquelas páginas. [245]

De qualquer modo, o predomínio do Partido Conservador nas cadeiras da Câmara não duraria muito tempo, afetado, curiosamente, por uma questão de saúde pública: uma epidemia de febre amarela tomou conta da Corte, atingindo tanto a população miúda, quanto a *boa sociedade*, inclusive os integrantes do Parlamento. As baixas atingiram tamanha magnitude que suplementes tiveram de ser convocado, alterando o cenário político. *Com a entrada em cena dos suplentes*, *a oitava legislatura* [1850-1852] *foi perdendo o aspecto de unanimidade conservadora [...] A vinda* [deles] *muda um pouco a fisionomia na Câmara.* Os suplentes liberais *não chegam a criar embaraços ao governo, pois a maioria é folgada, a oposição é numericamente débil.* [246]

Nessa mesma ocasião, as mesmas vozes que já se ouviam no final da década de 1830, voltaram a clamar por uma política conciliadora – como veremos mais adiante – alcançando ressonância entre aqueles que estavam fora do mundo do governo. [247] A questão mobilizaria tanto a oposição liberal, quanto a situação

---

[245] Id. ib., p.14. Não demorou muito tempo Salles Torres Homem aderiu às hostes conservadoras, sendo mais tarde agraciado com o título de Visconde de Inhomirim.

[246] Id. ib., p.16.

[247] A noção de *mundo do governo* já pode ser utilizada aqui mediante a definição da *boa sociedade* que nada mais é a correspondência com a sociedade política, ou seja, aquele grupo portador da liberdade (propriedade de si) e propriedade de outra pessoa, isto é, escravos. Estas características faziam com que os homens constituintes deste mundo tivessem a legitimidade de governar. Já o *mundo do trabalho* refere-se aos escravos e o *mundo da desordem,* aos que, na ordem escravocrata, é composto por uma massa de homens livres e pobres por não possuir o critério distintivo da sociedade imperial: a propriedade. Cf. MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987. pp. 117-125.

conservadora.[248] A necessidade de um entendimento entre os dois partidos tornou-se imperiosa: tratava-se de *impor aos políticos a unidade, para mais eficiente defesa de seus negócios,* [249] quer dizer, seus interesses de classe.

No século XIX, a noção de Parlamento era associada ao modelo da Grã Bretanha – país em que o sistema se tornara mais complexo. No parlamentarismo inglês, o primeiro-ministro assumia as funções de chefe de governo, escolhido pelos pares, que poderiam destituí-lo do cargo, assim como o monarca. Entretanto, no Brasil, esse modelo teve suas especificidades.

Importante dizer que nos aproximamos de uma historiografia, há muito tempo debatida, que se coloca em oposição frontal à tese de que as *idéias estão fora do lugar* [250], isto é, historiografia que critica as instituições do Império e suas relações com o liberalismo como que *cópias mal feitas*.

Por sinal, tais premissas são contestadas por diversos autores hoje em dia, entre eles Ricardo Salles. As idéias liberais não se encontravam fora do lugar, no entender de Salles, uma vez que foram modificadas e adaptadas à realidade de um país escravocrata.[251] Dessas especificidades é que nasceu o parlamentarismo brasileiro no ano de 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, equivalente ao do primeiro-ministro britânico, cabendo-lhe indicar os membros do ministério, tarefa que antes era realizada pelo Imperador.

Mas se na Inglaterra o primeiro ministro era escolhido pelo próprio Parlamento, entre políticos integrantes do partido que teve a maior votação nos pleitos eleitorais, no Brasil a situação se mostrava diferente: a escolha do Presidente do Conselho era prerrogativa do próprio monarca, independente do partido da maioria. O Imperador poderia chamar para tal cargo um político de um partido derrotado nas urnas, por exemplo, o que acabaria sendo denominado de *parlamentarismo às avessas*.

O rumo liberalizante da política, comandada por Diogo Antônio Feijó (1784-1843), seguida pela facção moderada já não era motivo de unidade por volta de

---

[248] IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p. 38.

[249] Id. ib., p. 40. o grifo é nosso.

[250] SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

[251] SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Para uma melhor análise sobre a penetração das idéias liberais no Brasil, conferir especialmente o capítulo IV: “Louvam-se as pessoas e despedem-se com jantares” pp.114- 157.

1837. As novas ondas de revoltas e as reformas liberais, como estavam sendo concretizadas na prática, acabaram por enfraquecer e comprometer a regência do padre e propiciar o aparecimento de uma nova composição política advinda da cisão dos *moderados*.

Sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) com apoio de grandes fazendeiros de café, que no qüinqüênio de 1831-35, já se havia tornado o principal produto na pauta de exportações, superando o algodão e açúcar nordestinos, além de burocratas da Corte e magistrados, formou-se o *Partido do Regresso*, encabeçado pelo próprio Vasconcelos e por Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), futuro visconde de Uruguai. Na concepção de Bernardo Pereira de Vasconcelos, (...) A *liberdade* que vencia tudo, agora já comprometera o próprio país. Ao *carro revolucionário* era mister pôr fim. Assegurar o progresso sim, mas dentro da ordem:

> (...) Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não as leis, não as ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje serví-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. [252]

2.1.1 *Debelar a anarquia e estabelecer a ordem*: O Regresso

Em 19 de setembro de 1837, Diogo Antônio Feijó renunciava ao posto de Regente e o titular do Ministério do Império, Pedro Araújo Lima (1793-1870), assume interinamente a Regência até ser eleito em abril de 1838. Era a primeira vitória do Regresso. Todavia, também datam desse período as primeiras manifestações em favor da adoção de uma política conciliadora.

Em 23 de setembro de 1837, dias depois de formado o 1º gabinete do Regresso, na Câmara, o deputado Álvares Machado interpelava Miguel Calmon Du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes (1794-1870), no sentido de que o governo atentasse para a Constituição e, obviamente, os preceitos do Ato Adicional.

[252] BASILE, Marcelo N. de C. “A independência e a formação do Estado Imperial” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 237

Requeria o apoio dos *representantes da Nação* para enfrentar a crise em que as instituições imperiais se Império imersas. No seu entender, a política do novo Gabinete deveria se pautar no uso do bom senso:

> A administração atual se sujeita a todas as condições do governo representativo: exige, por consequência, o apoio dos representantes da Nação; e assim que esse apoio lhe faltar, ela se retirará. A administração atual quer manter a Constituição, o Ato Adicional e as leis... a administração atual está, demais, convencida de que tomou sobre si, na crise em que nos achamos, uma tarefa desalenta, uma responsabilidade tremenda. Faço justiça ao bom senso de todos os brasileiros. [253]

No programa do 4º gabinete do Regresso, em discurso proferido na sessão de 6 de junho de 1840, Salvador José Maciel (1781-1853), ministro da Guerra, externou sua preocupação em por fim aos *males atuais* e com isso estabelecer a ordem, sujeitando o *espírito de rebelião:*

> Qual há de ser o programa do ministério atual? Primeiro, remediar os males atuais. E quais são os maiores males? Primeiro, a falta de ordem nas províncias, esse espírito de rebelião; o segundo, o abismo das finanças; logo o primeiro dever da administração é **debelar a anarquia, estabelecer a ordem**. [254]

Logo depois, em um discurso mais enfático, agressivo até, Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), ministro da Marinha, em resposta ao deputado Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma (Bahia), oferecia uma pista do que deveria ser feito: obedecer os preceitos firmados pelo Ato Adicional, desde que devidamente re-interpretados:

> Observar e fazer executar fielmente a Constituição do Império e o **Ato Adicional**, **interpretado** como foi feito pelo corpo legislativo... **reprimir com todo o vigor** de que somos capazes os atos de que lhe forem contrários, qualquer que seja o sentido em que apareçam, é um dos princípios do gabinete.... o **emprego da força dirigida com energia e vigor** contra os que combaterem o regime legal... **deploramos** o estado de irritação dos espíritos, a que têm dado causa nossas dissensões políticas. Procuraremos acalmá-la, sem quebra, todavia dos interesses e da honra nacional. Tais são os princípios gerais que formam a política do Gabinete. [255]

Numa primeira leitura é possível identificar uma espécie de apaziguamento proposto por Rodrigues Torres, mas se nos debruçarmos com mais cuidado sobre

---

[253] ALMEIDA. Miguel Calmom Du Pin. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 6 de junho de 18401840 Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 19/03/2008. (grifo nosso)

[254] MACIEL. Salvador José. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 1837. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 19/03/2008. (grifo nosso)

[255] MONTEZUMA, Francisco Gê de Acaiaba e. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 22 de junho. de 1840, Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:21/03/2008. (grifo nosso)

as suas palavras, perceberemos que à *irritação dos espíritos* às *nossas dissensões políticas* deveria ser empregada a *força dirigida com energia e vigor*. Em suma, o discurso do homem que na década de 1850 seria conhecido como um dos integrantes da *Trindade Saquarema* não é de caráter pacífico. Os princípios de seu Gabinete deveriam ser assegurados até mesmo pela força caso se fizesse necessário.

Em um momento de *circunstâncias melindrosas em que o país tem se achado,* [256] leia-se sob o governo regencial, na sessão de 12 de maio de 1840, o deputado pela Bahia, Manuel Vieira Tosta, ao questionar a atuação do ministro da Justiça, censurou a política levada a cabo pelo Gabinete, além de salientar a necessidade de *conciliar* os interesses dos partidos:

> A política do gabinete atual a respeito das administrações provinciais tem sido inteiramente caprichosa, tem sido inteiramente contrária aos interesses do país; o governo em vez de nomear homens que possam **conciliar** os diversos partidos, que tornem menos melancólico o estado das províncias, pelo contrário tem lançado mão de indivíduos que pelos seus atos irritam mais esses partidos, e assim agravam mais os males que sofre o império. [257]

2.1.2 *O monarca acha-se hoje sentado sobre o trono de seu pai: o Segundo Reinado!*

Com a Maioridade encerrava-se o período regencial, pondo termo a um *governo excepcional*, considerado fraco e que pelo seu caráter transitório causara diversos *males* ao Império.

> (...) Brasileiros! A Assembléia Geral Legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual de S.M. Imperial o Sr. D. Pedro II, com que a Divina Providência favoreceu o **Império de Santa Cruz**; reconhecendo igualmente os **males inerentes a governos excepcionais** e presenciando o desejo unânime do povo desta capital [...] houve por bem [...] declará-lo em maioridade, para o efeito de entrar imediatamente no pleno exercício desses poderes, como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. [258]

---

[256] RAMIRO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 15 de maio de 1840. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 21/03/2008

[257] TOSTA, Manoel Vieira. **Discurso**. Câmara dos Deputados.12 de maio de 1840. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 19/03/2008. (grifo nosso)

[258] MACHADO. **Proclamação de Maioridade de D.Pedro II.** Câmara dos Deputados. 23 de julho de 1840. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 10/04/2008. (grifo nosso).

Na opinião do deputado maiorista Manoel Vieira Tosta, os *males* do governo regencial fizeram com que o Estado, de 1831 a 1840, caísse num profundo *abismo revolucionário*, que ameaçava *tragar* as instituições monárquicas:

> (...) O abismo revolucionário, que há tanto tempo ameaçava tragar o império, está para sempre encerrado! **O monarca [...] acha-se hoje sentado sobre o trono de seu país!** O Brasil, senhores, tornou a entrar em seu estado normal, e um futuro cheio de prosperidades nos aguarda risonho. Oxalá que a nação brasileira, amestrada por tantos males porque tem passado sob o infando regime da dissipação e do nepotismo, penetrada, como nós, da necessidade extrema de manter o trono e a constituição, continue a marchar, como tem marchado, continue a proceder como tem procedido, com a mesma grandeza e lealdade. [259]

Um futuro risonho e próspero. Eis o *destino* que estava reservado ao país sob a liderança de D. Pedro II, que na sua Fala do Trono fizera votos para que se *acalmassem as paixões*.

> (...) Recolhendo-vos a vossos lares no intervalo da sessão, eu espero, senhores, que empregareis o vosso não desmedido patriotismo em promover melhoramentos ao país, em **acalmar as paixões**, e em arraigar no coração de nossos compatriotas o amor às instituições nacionais e ao meu imperial trono, fiador de sua estabilidade e da prosperidade pública. [260]

Alijados do poder desde o Regresso, os liberais lançaram o projeto da maioridade de d. Pedro de Alcântara. Vitoriosos, formaram o 1º Gabinete do Segundo Reinado, em 24 de julho de 1840. Ao definir seu *programa*, o ministro do Império, Andrada Machado, registraria de maneira enfática que seu governo tencionava ser *solidário*:

> (...) Declararei mais, senhores, que a administração é solidária: um por todos e todos por um hão de responder pelos atos que tiverem lugar [...] é preciso ainda declarar outro princípio que a Casa deve saber: a administração tem por fim **conciliar os partidos**, **mas tudo tem seus limites**, a **conciliação** de partidos não é **frouxidão**. [...] Há na política muitas coisas que dependem das circunstâncias e do tempo: a política, por exemplo, [depende] da moderação, que é possível em certos casos, torna-se impossível em outros, quando a moderação se torna ineficaz, **preciso é recorrer à rainha do mundo, à força**; mas enquanto há ainda esperança de **conciliação**, pode-se evitar o desenvolvimento da força, e é da prudência e da humanidade não abandonar os meios **conciliatórios.** Eis aqui como pensa a administração: ela tem de usar a moderação; mas se não for bem

---

[259] MACHADO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 24 de julho de 1840. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:10/04/2008. (grifo nosso).

[260] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 5 de setembro de 1840. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 15 de setembro de 1840. 10/04/2008. (grifo nosso).

> sucedida, **não há te faltar ao seu dever, há de procurar por todos os meios esmagar a Hydra da rebelião**. [261]

Embora a idéia já viesse sendo ventilada desde 1837, pela primeira vez, o termo *conciliação* apareceria em um *programa de gabinete*, ainda que acompanhado das devidas ressalvas. A conciliação nos termos definidos por Andrada Machado precisava recorrer ao uso da força, para ser efetivada. Noção que seria confrontada e relembrada oito anos depois por alguns liberais:

> (...) O Gabinete de julho não compreendeu bem a sua missão; não teve o tino, a força e a energia suficiente para **desenvolver uma política nacional**, política de paz e prosperidade; guerreando cruelmente pelos adversários, teve de ceder-lhes o posto sem nada ter feito em benefício ao país. [262]

De qualquer modo, cabe acrescentar, o Estado independente, que se formara em 1822, nos antigos domínios da América portuguesa, não possuía as condições materiais para promover a paz entre os partidos, nem tampouco para debelar as lutas intestinas que punham em risco a sua integridade. Tal situação só seria alcançada na década de 1850. Porém, o ministério conservador que subiu ao poder em 23 de março de 1841, deu início a certas ações que o historiador Francisco Iglésias chama de *conciliações parciais*, por terem sido aplicadas em algumas províncias, como no caso do Rio Grande do Sul, provocada por *esgotamento de energias da longa luta dos farrapos* [263] e também na Bahia. Infelizmente, nos Anais da Câmara, não se encontra disponível o programa de governo daquele Gabinete.

Contudo, uma *Circular,* lida pelo deputado Uchoa Cavalcanti no plenário da Câmara parece indicar o contrário: *(...) Tantos e tão horrorosos foram os atos cometido pelo gabinete de 23 de março, que a própria câmara de 1842, eleita debaixo da sua vara de ferro, o não pôde suportar, e dias depois da sua instalação lhe negou o apoio.* Para reforçar a sua argumentação, o deputado recorre a exemplos da antiguidade romana e da Insurreição Pernambucana:

---

[261] MACHADO, Andrada. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 29 de julho de 1840. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso).

[262] CAVALCANTI, Uchoa . **Discurso** (Leitura de uma *Circular*) Câmara dos Deputados. 26 de maio de 1845. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso).

[263] IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I.p. 39

> A prisão e deportação de senadores, a deportação de vários cidadãos para fora do império, exemplo horrível de proscrição civil, que faz recordar as lutas entre Mário e Sylla, ou a época da dissolução do Baixo Império; os seqüestros escandalosos, imitação tremenda das cenas de 1817, o espancamento, as prisões ilegais, o roubo e estupro e o adultério, foram apenas simples enunciados do programa daquele ministério, que acabou pelo desprezo, tendo vivido de torpezas, de injustiças e de graves crimes. Todavia a câmara que o abandonou não era de melhor condição, e passado o primeiro momento de enfado, voltou ao que d'antes era, isto é, feitura da mesma gente.[264]

É importante observar que a expressão *mesma gente* se referia aos adeptos do Regresso. Neste sentido, Regresso e *partido de 19 de setembro* tornavam-se sinônimos:

> (...) Este gabinete [o da maioridade], deixando o poder, abriu as portas ao **partido de 19 de setembro**, que arteiramente se havia apoderado da bandeira da monarquia; e proclamando-se defensores do trono que eles mesmos tinham antes querido aviltar na pessoa do imperador, começaram uma furiosa reação contra todos aqueles que mais serviços tinham prestado à causa do Brasil. Uma perseguição acintosa provocou, como era de esperar, um rompimento nas duas importantes províncias de Minas e S. Paulo, onde correu a jorros o sangue brasileiro, e em cuja luta se esgotaram os cofres públicos. Malograda essa tentativa (aliás condenada pelo bom senso de todos os brasileiros), foram tratados os mineiros e paulistas, não como cidadãos que nunca haviam deixado de respeitar o nome do imperador e a integridade do império, mas como uma raça proscrita, quem era preciso exterminar. [265]

Em 20 de Janeiro de 1843, engendrou-se novo arranjo político, para a organização do terceiro gabinete do Segundo Reinado. Formado pelos conservadores, tal como o seu predecessor, nem bem começou a governar, e já se tornara ser alvo de questionamentos. Na *discussão da resposta à Fala do Trono*, proposta pelo deputado Barreto Pedroso, os parlamentares encontrariam um bom pretexto para trazer a tona suas rivalidades. A querela girava em torno da genealogia política do ministério, ou seja, discutia-se se dava continuidade ao anterior ou se constituía uma ruptura.

No entender do deputado pernambucano Maciel Monteiro, existia uma ruptura, pois *houve uma mudança de gabinete, houve uma mudança na administração.* Favorável ao gabinete anterior, Maciel elogia o seu *esforço heróico*

---

[264] CAVALCANTI, Uchoa . **Discurso** (Leitura de uma *Circular*) Câmara dos Deputados. 26 de maio de 1845. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso).

[265] CAVALCANTI, Uchoa . **Discurso** (Leitura de uma *Circular*) Câmara dos Deputados. 26 de maio de 1845. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso).

por *salvar o país da crise medonha por que passou.* [266] Sem dúvida, ele se referia aos movimentos liberais de Minas e São Paulo, de 1842.

Na mesma sessão, o futuro visconde de Uruguai assinalava que *foram dois focos que derramam grande desmoralização*, pois *viera aumentar ainda mais as que provieram das outras rebeliões que tem flagelado o império.* [267] Neste sentido rechaçava, veementemente, o argumento de Maciel Monteiro. Para além disso, considerava que o ministério recém designado carecia de uma exposição mais clara dos *princípios políticos* que o norteava:

> [...] no gabinete que se acha atualmente organizado [23 de janeiro de 1843] existem alguns membros muito respeitáveis sem dúvida, muito esclarecidos, mas cujos princípios políticos o parlamento inteiramente ignora [...] Se, portanto a maioria do gabinete não tem princípios políticos conhecidos, se dois novos elementos políticos [referência aos ministros Salvador José Maciel e José Antonio da Silva Maia] que existem no seu seio não estão em perfeita harmonia, perguntarei eu: é a continuação da mesma política? Eu entendo que não.

Na seqüência dos trabalhos, durante a discussão do Voto de Graça, o deputado pela província de Pernambuco, Uchoa Cavalcanti, tomaria a palavra para se defender das acusações que lhe foram imputadas, de não pertencer ao partido Nacional, nem ao *partido baronista.* Leu uma *Circular* assinada por Urbano Sabino Pessoa de Melo, Antonio Afonso Ferreira e Joaquim Nunes Machado, pelo ainda Partido Nacional em Pernambuco, futuro partido da Praia, com severas críticas ao gabinete de 20 de janeiro. [268] O documento utilizado por Cavalcanti era mordaz:

> (...) Organizado o novo gabinete de 20 de janeiro, pensou-se ao menos que se fizesse abstenção da herança do anterior [gabinete de 23 de março de 1841]; porém só lhe herdou os vícios, como abundou de hipocrisia e de atrocidade; era a mesma gente com diferente nome. Honório Hermeto, chefe do novo gabinete, deitou a barra adiante aos Paranaguá e Clemente Pereira, e para cúmulo de impudento escárnio, guardou-se uma pasta para o famigerado Paulino José Soares de Souza, ministro da justiça das medidas atrozes para Minas e São Paulo. [269]

---

[266] MONTEIRO, Maciel. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 23 de Janeiro de 1843. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso)

[267] PAULINO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 23 de Janeiro de 1843. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso : 20/04/2008

[268] '*Guabirus' ou 'baronistas' foram expressões jocosas criadas pela praia para designar os correligionários do Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros. Incluíam o tradicional grupo conservador da província* [de Pernambuco] *e seus aliados liberais (a ala de Holanda Cavalcanti) que não apoiava a dissidência praieira*. MARSON, Izabel Andrade. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia: EDUFU, 2008.p.156

[269] CAVALCANTI, Uchoa . **Discurso** (Leitura de uma *Circular*) Câmara dos Deputados. 26 de maio de 1845. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008.

O ministério ao qual forneceu seu apoio fora responsável por debelar as facções, devido à sua dedicação e sua robustez:

> (...) Portanto senhores, a imputação feita ao gabinete passado [23 de janeiro de 1841] de haver abandonado o seu posto em ocasião muito seria, é imputação que não procede, é imputação que não lhe cabe; porque em circunstâncias muito críticas, em circunstâncias em que o país se achava inteiramente abalado, esse ministério soube haver-se com energia [neste momento houve-se muitos 'apoiados'], pela sua robustez, pela sua dedicação soube salvar o país, debelando as facções. [270]

No desenrolar do debate que se travou entre Maciel Monteiro e outros deputados, surgiria um aparte interessante, do deputado Jerônimo Coelho, que historiou a sucessão dos Gabinetes e respectivos programas de governo desde o período regencial, censurando os seus pares: *Hoje está muito em voga tratar-se, conhecer qual é a política do gabinete: entretanto, não pude ainda bem compreender esta necessidade, e mesmo não sei qual é esta diferença de política que se pretende apoiar, qual aquela que se diz que a câmara deve seguir qual enfim, a que se deva rejeitar [...]*. Na sua percepção, seja lá qual fosse a *cor política* do gabinete, qualquer que fosse sua pretensão, o importante a ser resguardado eram os princípios constitucionais:

> (...) A nossa política, a política do país, creio eu, está na nossa constituição, nas nossas leis, pois qual seja a diferença de política, quais são os princípios contrários e diversos que podem e devem extremar os lados desta casa, não sei mesmo a acepção que se quer dar à palavra - política; - não se diz qual ela seja, isto é, não se define qual é a política de qual tanto se fala. [271]

Outro deputado, João Mauricio Wanderley em aparte comentaria: *É fácil de sentir, mas não se pode definir*. Ao que Jerônimo Francisco Coelho retrucaria, afirmando: *o que não se pode definir, não se pode compreender.*. Por sinal, este mesmo parlamentar apresentaria duas noções sobre a política, que de certo modo são interessantes. A primeira se refere ao *complexo de princípios governantes, porque os princípios propriamente políticos são a constituição, são as leis do país*, a política vista dessa forma é *universal, é da câmara, é do governo, é de todos os cidadãos* e define: *logo, o complexo de princípios propriamente políticos é a política*.

---

[270] MONTEIRO, Maciel. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 23 de Janeiro de 1843. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008.

[271] COELHO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 23 de Janeiro de 1843. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:em: 20/04/2008

A segunda noção, *diversa* daquela primeira, é que ao se entender a política como um conjunto de princípios administrativos, *o modo prático de governar o país em conformidade das leis existentes, teremos a política restringida somente à parte administrativa, à parte governamental*. A partir dessa distinção, o deputado fez uma breve análise da situação política. Afirma que na Câmara passada *havia política em termos propriamente ditos*, isto é, na acepção da *universalidade* da política. Havia dois lados que *hastearam bandeira diversa, um denominado o do progresso – outro do regresso, o qual queria a centralização, sustentava o princípio centralizador* e aquele *tendia mais para o princípio federativo, para o princípio municipal*.

Ainda sobre legislatura anterior, Jerônimo conseguia identificar a existê*ncia de princípios propriamente políticos, princípios que, triunfantes ou vencidos, tinha de alterar como alteraram a legislação do país*. *(...) uns pretendiam fortificar o poder, outros talvez enfraquecê-lo*, porém havia uma *linha de diferença*.[272]

De qualquer modo, a partir do ano de 1843, a necessidade de promover a conciliação passaria a ser reclamada de uma forma mais intensa. Isto se deve às revoltas liberais em Minas e São Paulo. Além disso, a idéia buscava por fim às disputas entre facções locais, que na província da Bahia já se haviam transformado em verdadeiras guerras entre famílias, muitos citadas na Câmara dos Deputados.

2.1.3 *O respeito aos direitos de cada um*: o Qüinqüênio Liberal

Na sessão de 17 de maio de 1844, já na gestão 4º Gabinete do Segundo Reinado, iniciara-se o q*uinquênio liberal.* O ministro da Marinha, Jerônimo Francisco Coelho afiançava que *(...)o fato mais proeminente e característico do gabinete atual é a anistia que foi concedida aos comprometidos nos crimes políticos que tiveram lugar nas províncias de Minas e São Paulo.* [273]

Tal política teria continuidade nos ministérios subsequentes, cujos programas anunciariam explicitamente a intenção de promover, *a* ***conciliação*** *entre todos os*

[272] COELHO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 23 de Janeiro de 1843. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:em: 20/04/2008

[273] COELHO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 17 de maio de 1844. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

brasileiros, o respeito aos direitos de cada um, o mérito reconhecido em qualquer pessoa, qualquer que fosse o seu partido, aceitar a cooperação de todos que a quisessem dar, e pôr-se em guarda com aqueles que o quisessem hostilizar. [274] Tanto assim, que em 7 de maio de 1846, o ministro da justiça, José Joaquim Fernandes Torres, reforçaria essa premissa, com o seguinte argumento: *Eu estou persuadido de que a política* [iniciada pelo] *Gabinete de 2 de fevereiro teve em vista concórdia entre todos os brasileiros, restabelecer a tranqüilidade pública em todo o país*.[275]

Apesar dos pronunciamentos recorrentes, como acabamos de visualizar, algumas das atitudes tomadas pelo ministério seriam questionadas, ora como uma forma de apaziguar as lutas políticas ou pelo contrário: a de exagerá-las. [276]

Na sessão de 22 de maio de 1846, por exemplo, os dois deputados, Marinho e D. Manoel, travaram debate acalorado em que abordavam a *política interna do país* segundo a expressão contemporânea.

A querela mais uma vez começaria na resposta à Fala do Trono, durante a discussão do Voto de Graça, uma *peça política*, pontuada por argumentações contra ou a favor das diretrizes e recomendações emanadas da Coroa.[277]

Vale aqui lembrar que o ritual da Fala do Trono [278] foi introduzido no Império do Brasil por D. Pedro I, na Carta Outorgada de 1824, nos termos dos artigos 18 e 19. Na Fala do Trono, o imperador fazia sugestões e *providências reclamadas pelo bem público*. A historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães considera que tal prática pode ser encarada como uma espécie de *diálogo* entre os poderes executivo e legislativo.[279] Esse *diálogo* proposto pela Fala do Trono tinha uma réplica na forma

---

[274] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 25 de maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:20/04/2008. (grifo nosso)

[275] TORRES, José Joaquim Fernandes. **Discurso**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso)

[276] Francisco Iglésias entendeu este gabinete como a *pequena conciliação*. IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I.p.40

[277] O ritual teve origem na França, ainda nos tempos do rei Henrique IV, com o nome de *Discours du Trone,* quando foi estabelecida em 1596, para abrir as reuniões dos *Estados Gerais.* Cf. GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. "Fala do Trono" In: VAINFAS. Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp.259-260

[278] GUIMARÃES. Lúcia Maria Paschoal. "Fala do Trono" In: VAINFAS. Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp.259-260

[279] Idem.

da *resposta*, o Voto de Graça, preparado pelos membros do Parlamento. Para tanto, elegia-se uma comissão especial, geralmente formada por membros do partido da situação, encarregada de preparar o Voto, após a respectiva discussão e submissão ao plenário da Assembléia Geral As mudanças do parlamentarismo brasileiro com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, em 1847, se fazem sentir a partir de 1848 neste aspecto, pois como lembra Lúcia Guimarães as Falas passaram redigidas pelo presidente do Conselho, embora sempre revisadas pelo lápis imperial.

De qualquer modo, o gabinete de 2 de maio de 1846, procurou manter uma linha de continuidade. Trocavam-se *os titulares das pastas mas não os princípios*, não só com relação ao ministério anterior, mas principalmente com o de 2 de fevereiro de 1844, quando se iniciou o *qüinqüênio liberal*. Nas palavras de um parlamentar da situação, o deputado Marinho:

> [...] me convenço de que o ministério atual, aceitando os trabalhos do seu antecessor, e trabalhos tão importantes como seja a fala do trono e os relatórios, confirma o que já disseram alguns senhores ministros que a sua política é a mesma (apoiados); que ele [o ministério] vai continuar na sustentação da política do 2 de Fevereiro que enfim mudaram-se as pessoas dos ministros, mas não mudaram os princípios. [280]

Na linha de frente da defesa do G*abinete* o deputado Marinho salienta que o seu desejo: *é que todos nos reunamos se for possível, em um só pensamento, em uma só vontade, para fazermos a prosperidade do país*. Revela ainda que seus antecessores formavam um *ministério parlamentar*, isto é, um ministério que não se ausenta dos debates quer na Câmara quer no Senado, pois seus ministros *nunca se negaram às discussões* .

Na visão de Marinho, além de estimular o diálogo com o *corpo legislativo* o ministério de 2 de fevereiro incorporou *alguns membros do outro partido*, *onde pudessem obstar*, isto é, colocar obstáculos, *dentro da órbita das leis* o *combate encarniçado que lhe dirigiam os seus adversários* e conclui com sua defesa do ministério como o verdadeiro pacificador de uma das revoltas mais longa que o Império, desde as regências, já tinha visto: a Farroupilha. É a *respeito da política interna do país*, que *não há razão, não há justiça para que se acuse a política de 2*

---

[280] MARINHO. **Discurso**. Câmara dos Deputados.22 de Maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

de fevereiro de política de perseguição, de reação, de desperdícios, pois a *paz foi dada ao império*, houve a *pacificação do Rio Grande do Sul*.[281]

Para rebater a argumentação de Marinho, entrou no debate o polêmico D. Manoel, que ofereceu a seguinte síntese do ministério de 2 de fevereiro: (...)pôs as províncias em conflagração; o ministério passado complicou os negócios do país de tal maneira, que parecia não haver meio de salvação; até demitiu magistrados vitalícios; enfim, no pensar dos nobres deputados a quem me refiro [um deles é o Marinho], não houve crime, não houve injustiça, não houve ato mal que não praticasse. [282]

D. Manoel, lança mão de um discurso do ministro da fazenda, Visconde de Albuquerque, em que este afirmava que a política do gabinete *parecere subjects, e debellare superbos* que nas palavras de Virgílo significam *poupar submissos, debelar soberbos*. D. Manoel discordando dessa política, inverte o sentido desta máxima: *exaltare rebelle, et opprimere fideles*, isto é *glorificar rebeldes e oprimir os fiéis*. E com acidez que lhe era peculiar, qualifica de *horrorosa* a *política interna do país !* pois, *esses homens de nada servem; fizeram a desgraça do Brasil; devem ser excluídos desta câmara e dos empregos*:

> (...) Senhores, qual era o estado do país quando subiu ao poder a administração de 2 de fevereiro? O país, senhores, estava tranqüilizado, com exceção da província do Rio Grande do Sul. A guerra assolou aquela província foi acabada em verdade no ministério de 2 de fevereiro, mas por ventura esse ministério empregou novos meios para a terminar? [...] por conseqüência a glória da pacificação não compete por certo àquele ministério exclusivamente. [...] As mais províncias se achavam em perfeita tranqüilidade: foi o ministério de 2 de fevereiro quem imprudentemente promoveu as desordens da província de Alagoas.[283]

E conclui, com uma figura de linguagem muito utilizada por ele: a ironia. *Eu paro aqui, porque o meu intento, senhores, não é fazer acusações*. [284]

---

[281] MARINHO. **Discurso**. Câmara dos Deputados.22 de Maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[282] D. MANOEL. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 22 de Maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[283] D. MANOEL. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 22 de Maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[284] D. MANOEL. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 22 de Maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

O deputado pela Bahia, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, três dias depois deste embate entre Marinho e D. Manoel, cobra do ministro da Marinha, a concretização do programa do gabinete de 2 de maio de 1846:

> (...) Eu já declarei nesta casa que enquanto não vir demonstrado por fatos que a política do gabinete atual é inteiramente alheia e contrária à inteligência literal e precisa do seu programa apresentado já nesta câmara por dois nobres ministros, já no senado pelo nobre ministro da marinha, hei de dar o meu voto a tudo aquilo que diz respeito às precisões, às necessidades do gabinete para a marcha regular dos negócios públicos. [285]

A partir deste momento Ângelo Ferraz passa a discorrer sobre o seu conceito de *conciliação*. Para ele a conciliação deveria dar cabo das vendetas familiares, trilhar o caminho seguro das finanças, conter gastos, por fim às perseguições movidas aos rivais políticos:

> Senhores, a **política da conciliação**, no sentido em que a entendo no sentido literal do plano do ministério, aplicam, por exemplo, à província do Rio de Janeiro, consiste em tirar o selo de vinganças pessoais aos atos da administração provincial, em fazer com que as finanças desta importante parte do Brasil tomem o verdadeiro caminho para a prosperidade da mesma província; em fazer que pare as perseguições, o extermínio de certos indivíduos, em fazer com que nós pobres que seguimos um pensamento contrário, não sejamos reduzidos à condição de ilotes. Nas províncias, por exemplo, de S. Paulo e Minas consiste em fazer com que desapareçam certos processos que não podem produzir bem algum, antes pelo contrário mal ao mesmo partido. [286]

Mas a conciliação para o deputado baiano não deveria constituir uma mistura de idéias. O pensamento liberal ou conservador deve possuir diferenças marcantes. Ou o pensamento liberal em sua potencialidade ou a sua completa negação com a volta do *Regresso*:

> Senhores, o que disse o nobre ministro da justiça nesta casa? Disse que o gabinete atual não era mais do que continuador da política que parecia ter seguido o gabinete passado [...] não conheço meio termo; ou os princípios liberais em toda a sua plenitude conforme o sistema representativo devem vigorar, ou então nós devemos abandonar essa política e seguir o regresso proclamada pelos outros. [287]

---

[285] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 25 de maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:20/04/2008.

[286] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 25 de maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:20/04/2008. (grifo nosso)

[287] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 25 de maio de 1846. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:20/04/2008. (grifo nosso)

Já em 1847, o então ministro da guerra, Santos Barreto, onde esclarecia que o gabinete sustenta os *princípios do atual ministério, princípios que lhe foram legados pelo ministério de 2 de fevereiro*.[288] Na mesma ocasião o deputado Junqueira, em sua retórica da humildade, dizendo-se *apartidário*, pois *não sou suspeito, senhores, porque não pertenço a partidos, não sou deputado que o governo fez.* O deputado explicitara a sua idéia sobre a conciliação embora sendo um *míope em política*. Dar continuidade ao *princípio da reação* seria exterminar, politicamente falando, todos os que pertencessem a um determinado credo político, mas o credo político que a Nação exigia era a concórdia entre os homens políticos:

> (...) Oh! Senhores, qual seria então o sistema de **conciliação**? Seria acabar com tudo que não pertence a um partido político? [...] Então o governo que admitiu princípios ultra-liberais não poderia despachar nenhum dos chamados **saquaremas**, porque era preciso que todos fossem do seu crédito?[...] O Brasil o que quer é a **conciliação**, a concórdia; homens de **qualquer credo político** devem ser empregados: esta é a **conciliação**. Nesta casa já gritei contra a exclusão de todos que pertencessem a um partido: isto era querer continuar no Brasil o princípio da reação. [289]

O ministro da guerra retomaria a palavra, lançando a seguinte indagação:: *Assim, senhores, o que se entenderia pela política da conciliação?* Ele mesmo oferece uma resposta indutiva: *Seria por ventura dividir a nação em duas secções, e dizer a uma: vós réprobos, vós vencidos... Quando nossos adversários políticos [conservadores] estavam no poder, o que dizíamos nós?* E partir daí reclama a atitude dos conservadores, pois sempre que estavam no comando de um gabinete tratavam com desdém os liberais:

> (...) Quando os 'Nós' clamávamos: somos tratados como vencidos! Somos ilotas, etc. Note-se que eles não tinham proclamado como nós a conciliação; eles seguiam o princípio – ou nós ou vós – porém nós que não dizemos: - ou 'nós' ou 'vós'- devemos ser coerentes com os nossos princípios; devemos ser **conciliadores**. [...] Tenho declarado constantemente nesta casa que o ministério segue a política do 2 de fevereiro .[290]

---

[288] BARRETO, Santos. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 18 de maio de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:20/04/2008.

[289] JUNQUEIRA. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 18 de maio de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:20/04/2008. (grifo nosso).

[290] BARRETO, Santos. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 18 de maio de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008.

O Deputado França Leite, interpelando o ministro da guerra, diz ser opositor da política seguida pelo atual gabinete. Julgava que a conciliação não era capaz de controlar àqueles indivíduos que gabinete designara para em determinado cargo, pois em seus novos empregos não acatavam as ordens do ministério. Junqueira desejava *nexo e ordem*:

> Como seguia ele a **política da conciliação** nomeando duas autoridades que combatiam, que contrariavam? Como queria assegurar esta **política de conciliação** conservando presidentes que condenam a sua política, e eu citarei os presidentes do Rio de Janeiro, e de São Paulo e Pernambuco? Isto mostra muita falta de princípios ou de muita fraqueza.

E continua:

> Disse o nobre ministro que a política de hoje é a continuação da política passada: é essa política que eu condeno. Eu não condeno que se tire do lado oposto um homem que julgue capaz de ocupar um emprego; mas o que eu condeno é que neste emprego se mostre insubordinado à autoridade superior. [291]

A acusação de fraqueza do ministério atual que se diz praticar a conciliação não é verificada, em algumas províncias do Nordeste, com em Alagoas, por exemplo, nas palavras do deputado Vilella Tavares:

> Parece-me que o presidente das Alagoas está em uma luta contínua com o ministério, que tem de uma maneira escandalosa apadrinhado, protegido mesmo aqueles que quiseram levantar o estandarte da revolta. [...] o gabinete longe de executar o programa de **conciliação**, aqui apresentado, a respeito de diversas províncias do império, tem fomentado, pode-se dizer em erro, a discórdias, tem autorizado mesmo a anarquia... com o fim de fazer levantar o partido vencido e aniquilar o vencedor! (apoiados) [...] tenho, pois mostrado que o gabinete de 2 de maio, embora nos prometesse a continuação da política de 2 de fevereiro, não cumpriu essa promessa; embora desenrolasse na casa a bandeira da **conciliação**; todavia, tem obrado em sentido diametralmente oposto. [292]

Na sessão de 31 de maio de 1847, Ferraz ainda relembra a atuação do Gabinete de 2 de maio de 1846. Lança na tribuna uma série de questões sobre os seus supostos feitos. A idéia principal era extinguir as perseguições, o que não houve concretização:

---

[291] LEITE, França. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 18 de maio de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008.

[292] TAVARES, Vilella. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 18 de maio de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso)

> Que benefício fez o ministério durante o tempo de sua gestão? Nenhum. Que esperanças poderia acaso ter de futuros benefícios? A **conciliação**? Onde a **conciliação** foi feita? A concessão de empregos a um outro indivíduo seria talvez a conciliação que talvez nós almejávamos. A **conciliação** que o partido a que pertenço deseja é a concessão de certos princípios, a realização deles, principalmente dos princípios governativos. A **conciliação** que o partido a que pertenço queria era a cessação da perseguição em diferentes províncias; mas neste ponto houve acaso **conciliação**? Não: as províncias continuaram da mesma maneira entregues a seus dominadores. Qual **conciliação** houve? [293]

Agora nos remeteremos a mais um gabinete do qüinqüênio liberal, o gabinete de 22 de maio de 1847. Discursa então Saturnino de Souza e Oliveira, ministro da pasta dos Estrangeiros se disse herdeiro do gabinete anterior: *a política do gabinete é a mesma do Ministério de 2 de fevereiro[...] mas a política é a mesma, com as modificações que as circunstâncias tornam necessárias.*

Sua política é da concórdia, pois se deu por fatos reais e não somente por discurso porque *é a política da conciliação, a qual nós nunca rejeitamos; pelo contrário, fomos nós os primeiros que a iniciamos por fatos, e não por palavras* e conclui:

> é a política da **conciliação**, mas não dessa **conciliação** por pactos e das transações; é a **política da conciliação** dos princípios, da **conciliação** que se firma por atos legislativos e administrativos; é a política das garantias dos direitos de todos os cidadãos brasileiros; é a política da distribuição da justiça a todos com muita igualdade; mas não é a política da concessão de favores a adversários, que lhes facilitem os meios de triunfo. [294]

No 8º gabinete do Segundo Reinado, 8 de março de 1848 (5º gabinete do *quinquênio liberal*), os debates parlamentares não apresentaram novidade para nossa análise. O mais importante vem do próprio imperador na sua *Fala do Trono*.

Na *Fala do Trono* da 7ª legislatura (1848-1849), o Imperador começava a manifestar perante a Assembléia Geral seus desejos, entre outros, sobre a ordem, civilização, concórdia e tolerância políticas:

> É chegada a época sempre esperançosa de vossa reunião, e eu me felicito ao ver em torno de mim os representantes da nação, cujas luzes e experiência prometem os maiores benefícios à causa da **civilização** e da **ordem** e à prosperidade do império [...] certo do vosso concurso leal e patriótico, e do **espírito de ordem** e de amor de concórdia que forma o caráter distintivo da nação brasileira, é que o meu governo se esforçará por alimentar, prosseguindo no sistema de justiça e

---

[293] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 31 de maio de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008.

[294] OLIVEIRA. Saturnino de Souza. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 01 de junho de 1847. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008. (grifo nosso)

> **tolerância política** que se tem prescrito, nutro a lisonjeira esperança de que a bondade divina conservará ao império todos os benefícios de que goza, e lhe outorgará um a futuro de paz e de progressivo engrandecimento. [295]

A Coroa não esconde a sua preocupação em relação à idéia de civilização, ideologia disseminada pelas principais potências européias, sendo o Reino Unido a principal delas. Mas esta *civilização* sob os auspícios da *ordem*, dosada pela *tolerância política*, foram os ingredientes fundamentais para a entendida prosperidade do império. Esta prosperidade depende da paz. Se um dos conceitos mais simples de *paz* é o *da ausência da guerra*, no Império do Brasil significa a extinção das brigas políticas, das *lutas autofágicas* que impedem ao país de se manter em pé de igualdade com os povos *civilizados.*

2.1.4 Os conservadores de volta ao poder

O que podemos perceber até este momento é que se um gabinete não lança o seu programa de forma explícita, assim o faz através de discursos dos seus ministros em outros assuntos. Algo curioso acontece com a volta dos conservadores ao poder iniciando o famoso Tempo Saquarema.

Quando os conservadores voltaram ao poder em 29 de setembro de 1848, inaugurando o 10º gabinete, sob a chefia de Pedro Araújo Lima, dando fim ao domínio liberal no Gabinete chamado *qüinqüênio liberal*, a 7ª legislatura (1848-1849) da Câmara dos Deputados era de maioria liberal, daí o porquê de sua dissolução e, a partir deste momento tem-se uma nova legislatura: a 8ª legislatura (1850-1852) com a maioria conservadora e apenas um liberal, Bernardo de Sousa Franco, como já foi visto em outra ocasião.

Logo de início, após o 29 de setembro de 1848, quando o gabinete foi instalado, na câmara se houve o discurso de um ministro onde Ferraz o reproduz: *Direi que o atual gabinete não faz promessas; não quer prometer para se ver muitas vezes na dura necessidade de não poder cumprir seus desejos* e, rebatendo, o deputado Ferraz provoca: *Os desejos do gabinete, organizado como se acha, não podem ser outros senão sustentar o partido a que pertence. [...] Elas revelam*

---

[295] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 03 de maio de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 15 de setembro de 1840. 21/06/2009. (grifo nosso).

mudança de perseguição, continuação de perseguição, mudadas as vítimas. [296] O gabinete era sustentado não pelo Parlamento, mas pelo Partido Conservador, especialmente pelos saquaremas, eis a cor das acusações.

A mudança de gabinetes é sentida por todos naquele momento. Mudança que é alvo de várias exposições. Mudança considerada *antitética* e por isso *grave* ao *sistema representativo*. Em uma das exposições o deputado Rodrigues dos Santos declara:

> A transição de uma política dada para outra absolutamente antitética é um muito grave em qualquer país regido pelo sistema representativo; é preciso que seja completamente explicado e satisfatoriamente indagado para que a opinião pública não possa ser induzida ao erro. [297]

Para Rodrigues dos Santos, havia predominado de 1844 a 1848, uma política oposta à atual: *esta política que predominou de 1844 via por certo modo os males do país julgava que existiam em certo e determinados lugares, e em conseqüência de seu juízo se aplicava este ou aquele remédio*. Mas agora sobe *uma política inteiramente oposta* e direciona o que deve ser feito pelos deputados: *cumpre pois que saibamos se ela enxerga o estado do país pelo mesmo modo por que nós o enxergamos, se conhece a existência dos mesmos males, e se aceita os mesmos remédios.* [298]

O deputado José de Assis, contrário ao gabinete, em tom de ironia, beirando o deboche diz:

> o programa do atual gabinete, que considero verdadeira antítese dos gabinetes passados, é este: a política antiga era da injustiça e da intolerância, era das vacas gordas, era do favor dos amigos; a política que hoje vai dominar é das vacas magras (risadas), da justiça, da intolerância e de favor aos inimigos (risadas); e como sou inimigo do atual gabinete, confesso que estou contente (hilaridade prolongada) [...] hei de fazer oposição a este gabinete [...] pedirei a Deus que arrede do Brasil semelhante gente. [299]

---

[296] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 03 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008.

[297] SANTOS, Rodrigues. SANTOS, Rodrigues. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 02 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/20088

[298] SANTOS, Rodrigues. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 2 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[299] ASSIS, José. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 2 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

Outra crítica ao Gabinete, mas agora de Urbano, ex-praieiro, recai sobre a atitude do marquês de Olinda nos tempos da Regência, porque ao invés de trabalhar para manter o equilíbrio político, preferiu cuidar do seu próprio:

> (...) O Sr. Visconde de Olinda que é o chefe do gabinete, pessoa a quem aliás muito respeito, não é aquele mesmo que colocado na cúpula social na qualidade de regente do império, devendo manter o equilíbrio entre os diferentes partidos, esteve constantemente ligado a um só partido? Se como regente era o Sr. Visconde de Olinda partidista decidido, como ministro de estado será ainda mais. [300]

Concluindo a reflexão, Urbano declara: *Outrora, no ministério de 8 de março ainda se procuravam palavras bonitas; mas iludir a opinião pública; dizia-se que se adotar ao país a política da justiça e de tolerância; mas hoje nem ao menos isto aparece.*[301] Em seguida, lamenta com *tristeza* a situação do país, cujo destino estava confiado nas mãos de pessoas *retrógradas* não compatíveis com o *espírito* do século XIX:

> (...) Não é triste para o Brasil nesta mesma época que os destinos do império sejam entregues a homens cujos precedentes mostram a mais pronunciada tendência para o sistema retrógrado? (apoiados e não apoiados) não é uma anomalia um contraste saliente com o espírito do século atual? (apoiados). Como pretende o ministério sustentar-se?

Todo o político tem seu tempo para agir conforme as circunstâncias, como, por exemplo, nas Regências, em que eram necessárias medidas mais eficazes a favor da manutenção da ordem:

> Todos os políticos têm sua época; os nobres deputados tiveram sua época. Eu não duvido confessar que, quando na Minoridade [do imperador] a agitação era geral quando as desordens eram de todos os dias, era época talvez conveniente de levantarem os nobres deputados a sua bandeira de – ordem sobre tudo!

Medidas que se tornaram um imperativo a uma nação *cansada* das lutas, mas que se sacrificaria em nome de uma política de paz. Mas o tempo não é mais o de 1837, ainda que o ministério procurasse ressuscitar a política do Regresso:

> (...) Eu receio muito e muito os resultados de um tal sistema. Portanto, eu considero o ministério atual, ao menos nas suas intenções, a ressurreição de todos os ministérios que governaram durante a influência da política oposta: eu espero a dissolução da câmara dos deputados (apoiados); eu espero o emprego e o uso de todos os meios que se empregaram em uma época análoga à que nós achamos. [302]

---

[300] URBANO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 3 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[301] URBANO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 3 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

A condenação destas *lutas intestinas* tanto pela Coroa quanto pelo Partido Conservador, que neste momento estava no governo, visava debelar a insurreição Praieira. Encarada como uma verdadeira guerra civil fora conduzida por *homens perdidos*, dominados por *paixões violentas* que colocaram, e ainda colocavam em risco as *instituições imperiais*. Daí a necessidade *de meios enérgicos* para dominar aqueles que se tornaram *surdos* à voz da pacificação, conforme se lê na Fala do Trono, pronunciada na abertura do ano legislativo de 1850:

> (...) Possuindo o mais vivo prazer viera eu abrir a primeira sessão da oitava legislatura, se não me fosse tão penoso ter de comemorar os **desgraçados acontecimentos** que ocorreram recentemente na província de Pernambuco. Homens dominados por **paixões violentas** perturbaram a tranqüilidade e a ordem pública, e tentaram alterar as instituições do Brasil [...] essa **criminosa empresa** foi reprimida pela coragem e firmeza da guarda nacional, do exército, da marinha e pela patriótica coadjuvação da grande maioria dos pernambucanos [...] A província de Pernambuco ainda não está de todo pacificada. Homens **perdidos** que, **surdos** à voz de minha imperial clemência, se retraíram ás matas para persistirem na carreira de seus crimes, procuram novamente perturbar a tranqüilidade publica. O meu governo continua a empregar meios enérgicos para extinguir este gérmen revolucionário. A **paz** é condição essencial da prosperidade dos povos. A **harmonia** entre os poderes políticos do estado é o meio mais eficaz de conseguirmos esse fim; e dará ao país o exemplo de união e concórdia, sem as quais não poderá ele alcançar a força e grandeza a que o tem destinado a Providência. [303]

Debelada a revolução Praieira, na sessão de abertura dos trabalhos da sessão legislativa de 1852, na Fala do Trono, D. Pedro II se voltaria para a solução de outro problema de igual gravidade, que afetava o Império: a extinção do tráfico transatlântico e o sucesso relativo alcançado pela repressão aos negreiros, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós:

> (...) À sombra de nossas instituições conseguimos colocar-nos na lista dos povos independentes e civilizados. Elas nos têm dado o sossego e prosperidade de que gozamos. Conto que, voltando a vossos domicílios, procurareis torná-las cada vez mais respeitadas; o que, empenhado-vos em extinguir de todo as dissensões políticas e as divisões intestinas [...] [304]

---

[302] URBANO. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 3 de outubro de 1848. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[303] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 03 de maio de 1850. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 21/06/2009. (grifo nosso).

[304] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 4 de setembro de 1852. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 21/06/2009. (grifo nosso).

Aliás, o Gabinete foi o mais longo de todos até aquele momento, *com mais de três anos e meio,* [305] houve a necessidade de mudança não de todo o ministério, mas somente da presidência, que a partir de 6 de outubro conta com José da Costa Carvalho. Este ministério apelidado de *ministério das águias* pede sua exoneração ao Imperador por vários motivos, embora o Imperador não aceite que este pedido em um primeiro momento; só seis meses depois.

Os integrantes do gabinete se viam gastos entre seus próprios correligionários do partido conservador. Ao mesmo tempo, não conseguiram inspirar muita confiança entre os elementos da oposição. Por outro lado, na Câmara a maioria conservadora não entendia o motivo porque os membros do ministério se diziam cansados, embora em várias ocasiões se houvessem mostrado combativos e fortes. Diante desse impasse, o Imperador viu-se obrigado a atender ao pedido de demissão coletiva. Entretanto, o novo ministério, nomeado em 11 de maio de 1852, liderado por José Ildefonso de Souza Ramos, preferiu não alterar a orientação política do governo: (...) *Somos continuadores, vamos repetir exatamente os atos do ministério transacto.* [306] .

Essa avaliação seria confirmada pelo deputado liberal Souza Franco, para quem *o ministério é continuador da política do dia de 29 de setembro,* [307] cuja atuação também seria objeto da crítica do deputado Pacheco: *(...) sucedeu a governos que durante cinco anos haviam perdido a força moral no seu partido por não haverem operado algumas reformas que o partido reclamava, e subiu proclamando justiça e tolerância parecendo ter maioria no país*. Não obstante, na prática, o ministério agira de modo violento durante as eleições, decido a pôr termo na liberdade de escolha dos cidadãos:

> (...) Mas fatos se deram posteriormente que mostram que o ministério transacto [anterior] pareceu convencer-se que já não tinha por si senão o país oficial, haviam arrefecido o conceito que ao princípio merecera, e por isso foi saindo como só suceder do campo legal para o do arbítrio. Ele foi acusado de praticar nas eleições de 1849 violências em algumas províncias; se as praticou então, redobrou-se ao depois em eleições de senadores em algumas províncias. Por estes e por outros

[305] IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.20

[306] RAMOS, José Ildefonso de Souza. **Discurso**. Câmara dos Deputados.17 de maio de 1852. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[307] FRANCO, Souza. **Discurso**. Câmara dos Deputados.17 de maio de 1852. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

> fatos ficou patente aos olhos da nação o seu sistema de acabar com a liberdade do voto. [308]

Estes gabinetes do pós-29 de setembro se caracterizariam por exagerar na sua ação centralizadora, conforma denunciava o deputado Pacheco:

> (...) Fui sempre sectário do princípio ordeiro, julgo que ele precisava da centralização para manter-se e conservar ilesa a integridade do império; mas não quero que se exagere esse princípio centralizador a ponto de fazer-se mal às províncias. O desenvolvimento e execução desse princípio deve ser entendido por uma boa administração.[...] Há clamores contra a centralização, que na verdade tem sido levada a muita exageração. Empregos de inferior categoria, de escrivão, de partidor, etc., bem podiam não depender da Corte. Sei que isto depende de lei. Mas a outros respeitos, na prática, a administração pode adoçar o rigor. [309]

Na prática, na arena política, os ministérios se sucediam, mantendo certa dualidade partidária: enquanto um governava, o outro na oposição bradava por reformas, que na opinião do dito deputado Pacheco produziria grande abalo, traria grandes males à sociedade; e neste estado de coisas não será prudente atender a esses brados.[310]

O 11º Gabinete presidido (11 de maio de 1852) por um membro da *trindade saquarema*, o visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, terá uma renovação de 50% das pastas. Este gabinete foi *mais flexível* nas palavras de Francisco Iglésias, pois afastava-se assim*, uma figura bem marcada de conservador como Eusébio de Queirós,* que outrora ocupava a pasta da justiça*, que dividia muito as opiniões.* [311]

Foi na gestão de Itaboraí que se elegera a nova Câmara (9ª Legislatura 1853-56), de perfil totalmente conservador. Todos os 113 deputados do partido conservador! Era negado em todo o momento o reconhecimento de suplentes liberais, só Bernardo de Sousa Franco iria ocupar a tribuna em 1855 e depois logo ir para o Senado para onde havia sido eleito. O ministério, em uma primeira

---

[308] PACHECO. **Discurso**. Câmara dos Deputados.17 de maio de 1852. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[309] PACHECO. **Discurso**. Câmara dos Deputados.17 de maio de 1852. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[310] PACHECO. **Discurso**. Câmara dos Deputados.17 de maio de 1852. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 20/04/2008

[311] "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. pp.21-22

visualização parecia não enfrentar maiores problemas, pois tanto o Gabinete quanto a Câmara eram conservadores. [312] Mas as coisas se passariam de modo diferente.

O deputado Nabuco de Araújo percebe que a *unanimidade* de seu partido de então, o partido conservador, não será algo frutífero na Câmara, pois, que mais cedo ou mais tarde, poderia existir dentro do próprio partido uma *dissidência*. Daí ele defende a entrada na Câmara de Bernardo de Souza Franco mesmo sendo partido liberal. Unanimidade é um perigo para o sistema representativo e, ainda mais, para seu próprio partido. Em 2 de maio de 1853 afirmava: *(...) A Câmara sente bem os perigos da unanimidade, porque em verdade, além de tudo mais, quando não tivermos o inimigo em frente, naquelas cadeiras, havemos de dilacerar-nos e dar um triste espetáculo à oposição*. [313]

Esse *perigo* previsto por Nabuco de Araújo torna-se real com uma fração do partido conservador que começa a atacar o Gabinete Itaboraí. De um momento para o outro nascia a *oposição parlamentar.* [314] Contra essa dissidência levantou-se o deputado Barbosa da Cunha onde pedia a facção um programa político caso contrário será ainda leal ao gabinete Itaboraí:

> Uma oposição que se coliga para combater o poder tem a obrigação de declarar qual o seu programa, quais as ideias políticas que deseja ver triunfar [...] enquanto não declarar qual o seu programa político ou governativo, e quais as vantagens que dele devem resultar ao país, eu prestarei ao atual gabinete o meu fraco apoio, porque homem de paz e de organização, não concorrerei com meu contingente para derribar um poder sem saber em que mãos irá ele cair, sem saber mesmo o que ganharemos com mudanças continuadas no país. [315]

Em seu discurso o deputado falava que mesmo possuindo muitos amigos entre a *ilustre minoria* afirmava sua posição de apoio ao governo e alertava entre seus pares para o perigo de *decadência* de seu partido e, como conseqüência, a conquista do poder pelo *partido da oposição*, isto é, o liberal:

> (...) Nós do partido conservador, podemos entrar em decadência se continuarmos a nos dividir; porém o partido da oposição não está morto; ou transformado, como se diz; está fora das posições oficiais, não se acha aqui representado por causa dos vícios do sistema eleitoral; mas apesar de estar momentaneamente em repouso,

---

[312] Idem, p.25

[313] ARAÚJO, Nabuco de. **Discurso.** Câmara dos Deputados. 2 de maio de 1853, apud IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" Idem. p.24

[314] Idem. p.25

[315] CUNHA, Barbosa. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009

> ele nos espreita, observa-nos, e se por nossos erros ou por nossa divisão ele conquistar o poder, a sociedade terá de sofrer grande abalo, principalmente se as crenças dos conservadores se forem arrefecendo pelo desgosto, ou estiverem mortas pelas concessões feitas a seus adversários. [316]

O deputado não via com bons olhos a idéia de oferecer concessões ao partido liberal, em troca de uma provável *conciliação*. Ele critica o discurso de Honório Hermeto Carneiro Leão, proferido no Senado a respeito do que se dizia *enfraquecimento dos partidos*:

> Tendo o ilustre senador o Sr. Visconde de Paraná observado que os antigos partidos políticos do país se achavam em decadência, e que era necessário estudar as causas deste fato, outro nobre senador por Minas Gerais, respondendo a essa observação, declarou que isso que se chamava decadência não era senão a **civilização dos partidos**, fruto da política do governo, e que o governo deva marchar a passos largos ao encontro do **antigo partido progressista** (isto é oposicionista) para assim realizar com a **conciliação** a fusão de todos os talentos e virtudes em um só partido. Confesso, senhores, que estas palavras proferidas por um nobre senador que acaba de fazer parte dos conselhos da coroa produziram em mim uma profunda, e direi mesmo, desagradável impressão! [317]

O deputado Barbosa da Cunha dando continuidade ao seu discurso em relação à Conciliação, levantou uma questão importante sobre qual tipo de conciliação o governo se referia. A partir disso, lança na tribuna da Câmara duas idéias antagônicas: se a política de conciliação significava *a fusão de todos os partidos em um só, julgo que essa política é uma utopia pouco digna.* No entanto, reflete em seguida, (...)*se por política de conciliação se entende uma política que respeite todos os direitos [...] que tolere os esforços da oposição, contanto que eles* ***circunscrevam-se dentro das raias da constituição e das leis*** *eu compreendo essa política, hei de aplaudi-la [...] dou-lhe inteira ade*são.[318]

A resposta a esse jogo de palavras provocativo seria dada pelo discurso do deputado pernambucano José Tomás Nabuco de Araújo. Afirmando-se ainda conservador, questiona a rigidez de seus correligionários e justifica a sua adesão à política conciliatória: *[...] senhores, (...), sem fazer a menor transação sobre o princípio da autoridade, que é o primeiro dos nossos princípios; se é possível, digo, fazer alguma concessão ao espírito de reforma para chamar a nós os homens*

---

[316] CUNHA, Barbosa. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009

[317] CUNHA, Barbosa. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009 (grifo nosso).

[318] CUNHA, Barbosa. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009 (grifo nosso).

honestos, inteligentes e moderados do partido adverso, eu estou pronto a concorrer com o meu voto para este grande fim.[319]

Daí que ele começaria, um dos discursos parlamentares mais famosos de toda a história da Câmara dos Deputados, que a historiografia posterior denominou de *A Ponte de Ouro*:

> (...) Eu entendo que é preciso fazer alguma concessão no sentido que o progresso e a experiência reclamam, para que mesmo o orgulho e o amor próprio não se embaracem ante a ideia da apostasia; para que a transformação seja explicada pelo novo principio, pela modificação de ideias. A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa, e por todos os princípios inadmissível; porque destruídas as barreiras do antagonismo político as opiniões se opõem reciprocamente, postas em comum as ideias conservadoras e exageradas, estas hão de absorver aquelas; as ideias exageradas hão de triunfar sobre as ideias conservadoras; as ideias exageradas têm por si o entusiasmo, as ideias conservadoras somente a reflexão; o entusiasmo é do maior número, a reflexão é de poucos; aquelas seduzem e coagem, estas somente convencem.

Este discurso bastante utilizado pela historiografia muitas vezes esquece de dizer que este deputado, futuro ministro da Justiça no Gabinete da Conciliação, embora moderado, pertencia ao Partido Conservador.

Não devemos esquecer desta opinião confirmada pelo seu próprio filho, Joaquim Nabuco, como já fora visto em outra ocasião, que seu pai de forma lenta, a *partir da Conciliação* irá marchar para a defesa do princípio democrático, indo engrossar as fileiras do partido liberal.

A conciliação na visão conservadora saquarema não era uma conquista liberal, na visão conservadora, não era um direito; mas um *favor* do partido da ordem, pois este se encontra no *governo do Estado,* ao *partido adverso*, daí que Nabuco de Araújo se torna enfático: apenas uma *concessão*.

Todavia esta concessão pode se tornar *perigosa* se encarada como coalizão dos partidos devendo ser rechaçada a *confusão dos princípios*. Daí Nabuco de Araújo, mesmo defendendo o princípio da autoridade, apoiar a tarefa de pôr em prática o *grandioso projeto*, como se dizia na época, no qual tudo deveria ser obra não dos partidos, mas sim do governo, isto é, do próprio Imperador D. Pedro II:

> (...) Ouvi com repugnância [...] uma ideia preferida nesta casa, que os partidos por si é que se deviam **conciliar**, que o governo devia esperar que os partidos se

---

[319] ARAÚJO, Nabuco de. **Discurso.** Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009 (grifo nosso).

> conciliassem. Entendo ao contrario que a conciliação deve ser a obra do governo e não dos partidos, porque no estado atual se os partidos por si mesmos se conciliarem será em ódio e despeito do governo: a transação versando sobre o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funesta à ordem pública e ao futuro do país. [320]

Essa *transação* revestia-se de uma característica especial: apoiava-se no *princípio da autoridade*, conforme o pernambucano faz questão de frisar. A idéia da Conciliação, que sempre fora uma idéia antiga como vimos, torna-se imperativa de acordo com o *estado atual,* daquele momento, em que o partido conservador começava a rachar, pois *(...) O ceticismo, o desânimo, a indiferença vão dominando o partido do governo, e o partido liberal vai fazendo proselitismo, ganhando nova vida, atravessando cercado e ufano por entre as fileiras rarefeitas e desanimadas do partido da ordem.* [321]

---

[320] ARAÚJO, Nabuco de. **Discurso.** Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009 (grifo nosso).

[321] ARAÚJO, Nabuco de. **Discurso.** Câmara dos Deputados. 6 de julho de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 23/09/2009 (grifo nosso).

3 Conciliação: a efetivação do *Pensamento Augusto* e o gabinete Paraná

(...) O estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência do político demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação; por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização. [...] O período de transação está começando; dizei-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? [...] E nessa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação? [322]

Justiniano José da Rocha

3.1 Os caminhos da Conciliação

O político e jornalista Justiniano José da Rocha, no panfleto publicado em 1855, fez uma análise da política empreendida pelo gabinete da Conciliação no ensaio *Ação, Reação; Transação, Duas Palavras acerca da Atualidade.* O estudo *imbuído de uma visão cíclica, de sentido evolucionista*[323]*,* divide a história do Brasil Imperial em três grandes períodos.

O primeiro período se refere à *Ação, ou ação democrática* – que se alongou de 1822 a 1836. Marcado pelo domínio do *princípio democrático*, em que *havia homens que por amor a liberdade viviam em permanente desconfiança da*

---

[322] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. **Três panfletários do Segundo Reinado.** São Paulo,1956, p.163 e 216 apud MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial**. 3 ed., Rio de Janeiro: Access, 1994. pp.133 e 171.

[323] BASILE, Marcelo N. de C. “Consolidação e crise do Império” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 252

autoridade. [324] Foi o período em que o Brasil se tornara independente, passando pela *revolução de 7 de abril* até o governo do regente Diogo Antônio Feijó.

Já o segundo período, o período de *Reação, ou reação monárquica,* que vai de 1836 a 1852, é identificado com a afirmação do princípio da autoridade, ou seja, do princípio monárquico, princípio este que *partindo do medo e da aversão à anarquia* também se caracterizaria pelos excessos cometidos, o que teria aniquilado a liberdade. [325]

Em suma, os dois períodos apontados pelo jornalista conservador em tal panfleto pecavam pelos exageros, ora da liberdade ora da autoridade. Por isso, no seu ponto de vista, qualquer proposta de Conciliação deveria primar pela *extinção das paixões,* e *esquecimento de ódios,* que tanto prejudicaram o país, o que justificava a necessidade da *Transação* iniciada em 1852, que ainda estava em curso.

Como já se viu nos capítulos anteriores, a idéia de promover a conciliação começara a ser cogitada na década de 1830, mais especificamente durante o Regresso (1837). Esta década é emblemática. Nela se situa o período da Menoridade do Imperador D. Pedro II, 1831-1840, lapso de tempo marcado por grandes disputas entre as facções políticas, que culminaria com a formação dos Partidos Liberal e Conservador.

A proposta de conciliação, no entanto, não partiria dos membros mais ortodoxos do partido Conservador, em particular, da *trindade saquarema*, que sempre externou suas desconfianças, em relação à participação dos liberais nos ministérios, como veremos mais adiante, em algumas cartas escritas por um dos cardeais daquela Trindade, Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai.

A preponderância do elemento liberal no gabinete que ficou conhecido como Ministério da Conciliação, segundo Joaquim Nabuco *(...) correspondia ao pensamento, aceito pelo Imperador depois do choque da última guerra civil do*

---

[324] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. **Três panfletários do Segundo Reinado.** São Paulo,1956, p.163 e 216 apud MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial**. 3 ed., Rio de Janeiro: Access, 1994. p.133

[325] BASILE, Marcelo N. de C. “Consolidação e crise do Império” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 252

Império, de abrir a política aos elementos liberais proscritos, sem tirar a direção dela ao espírito conservador. [326]

De modo semelhante, o historiador Marcelo Basile identifica a exigência imperiosa da formação de um governo conciliador, de maneira a não colocar em risco o próprio sistema político vigente, já que as *sucessivas revoltas,* desde os tempos da Regência, haviam abalado as frágeis instituições imperiais, sobretudo a última delas, *a Revolta Praieira.* Tais movimentos, segundo Basile, *ensinaram aos conservadores que o alijamento duradouro dos liberais do poder colocava em risco a estabilidade do sistema e a própria unidade do país.*[327]

De qualquer sorte, se ao longo daquele período a Conciliação não passava apenas de uma promessa, entre o final dos anos 1840 e início da década seguinte, a proposta tomou corpo. Ultrapassou o campo das idéias para o da *ação* política efetiva, conduzida por Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1853.

Vale repetir que Honório Hermeto era um conservador. Porém, distinguia-se das concepções firmadas pela *Trindade Saquarema,* o que ofereceria um tom diferente à nova política que se pretendia por em prática, a partir de 6 de setembro de 1853. Nas palavras do próprio Honório, *(...) pelo que toca à política interna, pertencemos à opinião que se tem apelidado de conservadora (...) .*[328]

Mas a idéia de conciliar adversários, enunciada por diversos gabinetes, na prática, acabaria encampada com entusiasmo pela Coroa. Ela já está presente nas Falas do Trono proferidas antes da ascensão do gabinete de 6 de setembro de 1853, quando se inauguraria formalmente a conciliação.

Por sinal, esse ministério só pôde dar curso ao projeto em virtude da atuação decisiva do Imperador, cuja força política era assegurada pela Carta de 1824, através do exercício do *Poder Moderador*. Sem o abono explícito ou a interveniência direta de D. Pedro II, por certo, o Gabinete organizado por Honório não duraria muito tempo, pois não conseguiria resistir a tantas críticas e às manobras dos conservadores. A Coroa, por sua vez, sabia de antemão que para levar avante essa

---

[326] NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. S/d.p. 86

[327] BASILE, Marcelo N. de C. "Consolidação e crise do Império" in LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 251

[328] CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. Apud IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p. 42.

proposta ousada não haveria de contar com o apoio da *Trindade Saquarema* composta por Itaboraí, Uruguai e Eusébio, que defendiam posições muito claras, e não aceitavam ceder espaço para os liberais nem para conservadores dissidentes.

Por outro lado, se Honório Hermeto Carneiro Leão não fazia parte da *Trindade*, com certeza era um dos homens mais influentes dentro do partido conservador. Donde se pode inferir que a Conciliação teve a *força,* o *tato* e a *prudência* do visconde depois marquês de Paraná [329]. Porém, cabe repetir, essa política não teria a menor chance de ser desenvolvida sem o suporte imperial. Daí a importância da ação do Imperador intervindo na política e na administração.

A leitura dos Anais parlamentares revela a prática de certos rituais. Quando um deputado subia à tribuna para discutir um projeto de lei, aproveitava o momento para discorrer sobre o que se costumava chamar de *política geral*. Ou seja, de abordar os temas de *interesse nacional.*

No fundo, tratava-se de uma boa oportunidade para o deputado expor suas reflexões, apesar das interrupções freqüentes, provocadas por apartes de seus pares, favoráveis ou contrários ao seu discurso. Às vezes, o presidente da Assembléia, percebendo que o tribuno começava a se afastar do tema proposto, fugindo da questão para qual se inscrevera, o interrompia argumentando no momento *não convinha tratar daquele assunto*. Os Anais da Câmara, portanto, constituem boa *matéria-prima* para se examinar as repercussões do ministério liderado pelo futuro marquês de Paraná.

A tarefa de compor esse Gabinete de natureza conciliatória, do qual o Imperador *sempre fora um entusiasta,* [330] fora confiada a Honório Hermeto Carneiro Leão. Nas palavras do historiador Francisco Iglesias, o ministério

> (...) Era constituído de gente nova, menos ele e Limpo de Abreu. Este, Luis Pedreira e Paranhos haviam sido liberais, e agora, convertido aos conservadores, não tinham rigidez partidária. Bellegarde era um soldado que aceitava a missão. Nabuco de Araújo era tolerante, aberto ao diálogo com todos. Apenas Wanderley era conservador de tradição e na mesma linha ficará para sempre. [331]

---

[329] IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.56

[330] BASILE, Marcelo N. de C. "Consolidação e crise do Império" In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.253.

[331] IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.41

Quadro nº 1 [332]

Gabinete da Conciliação Presidência do Conselho: Honório Hermeto Carneiro Leão 06.09.1853 – 03.09.1856	
Pastas	Titulares
Império	Luis Pedreira do Couto Ferraz
Estrangeiros	Antônio Paulino Limpo de Abreu José Maria da Silva Paranhos (a partir de 14.06.1855)
Fazenda	Honório Hermeto Carneiro Leão Antônio Paulino Limpo de Abreu (Janeiro de 1855) João Maurício Wanderley (a partir de 23.08.1856)
Justiça	José Tomás Nabuco de Araújo
Marinha	Pedro de Alcântara Bellegarde José Maria da Silva Paranhos (a partir de 15.12.1853) João Maurício Wanderley (a partir de 14.06.1855) José Maria da Silva Paranhos (a partir de 08.10.1856)
Guerra	Pedro de Alcântara Bellegarde Luis Alves de Lima e Silva (a partir de 14.06.1855)

3.2. As Instruções do Imperador: a afirmação do *reinar, governar e administrar*

A formação de um gabinete misto, composto em sua maioria por homens de boa capacidade de diálogo, demonstra o *desejo* da Coroa de pôr em prática um projeto há muito demandado, mas que só agora teria condições de sair do terreno das intenções, favorecido pela conjugação de fatores econômicos, políticos e sociais, como vimos ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, nossa análise toma um encaminhamento diverso daquele proposto por Joaquim Nabuco e a historiografia que lhe é tributária, ou seja, de que o Imperador pouco se interessava pelos assuntos políticos. Pelo contrário,

---

[332] Quadro elaborado com base nas informações de Francisco Iglesias. Ver, IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I

acreditamos, tal como sugere Francisco Iglesias, que em 1850, D. Pedro II já alcançara *maturidade* e *dispunha-se a governar também.* [333]

A prova disso é a existência de um manuscrito, do próprio punho do soberano, dirigido ao presidente do Conselho,[334] no qual Sua Majestade estabelece as linhas mestras do programa de governo, a ser desenvolvido pelo Gabinete da Conciliação. Tal documento, doravante denominado apenas de *Instruções,* compõe-se de quatro páginas, escritas a lápis, como era de costume do Imperador, cuja cópia encontra-se anexada a esta dissertação.

Datado de 6 de setembro de 1853, o manuscrito discorre sobre vários assuntos: desde temas de interesse político geral até questões específicas de cada pasta ministerial, e enumera as principais metas, por assim dizer, a serem alcançadas pelo Gabinete. Cabe ainda lembrar esta fonte, pouco explorada pela historiografia, mencionado apenas por Pedro Calmon e por José Murilo de Carvalho, põe por terra o argumento sustentado por diversos autores de que D. Pedro II seria pouco afeto aos negócios da política. Sua leitura demonstra justamente o contrário, podemos desde já afiançar:

Para a pasta do Império:

> Reformas - eleitoral (eleição direta e por círculos, do Conselho de Estado, (harmonizando-o com a índole do nosso sistema e criando na classe dos auditores uma escola de alta administração.) Da instrução primária e secundária; (o trabalho já está quase feito e parte dele ficou em meu poder,) das Câmaras Municipais (os papéis estão comigo) e da secretaria - Execução da lei das terras, criando quanto antes núcleos de colonização. - Lei de pensões e aposentadorias - Regulamentos do censo e das obras públicas (incluindo o serviço de incêndios). Exames do terreno por onde devem passar as estradas de ferro tendo-se muito em vista destruir a rivalidade que as duas ultimamente autorizadas suscitaram entre Bahia e Pernambuco - Providenciar, se possível, a respeito dos desembarques e embarques das mercadorias, evitando que os marinheiros estrangeiros venham à terra (talvez se pudesse organizar uma companhia para esse serviço... a cooperação das diferentes nações...) Medidas de salubridade pública, principalmente a limpeza do esgoto da cidade. Navegação do São Francisco e outros rios da Corte . Desmoronamento das terras de Santo Antônio e Castelo e mais melhoramentos materiais. Despacho gradual das graças, salvo em circunstâncias extraordinárias designando as leis em que elas deverão ser publicadas.

da Justiça:

---

[333] IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.42

[334] Nota-se que é somente na Conciliação que obterá o título de Marquês.

Repressão enérgica do tráfico; julgamento da lei de 51 para os que cometessem esse crime... Reforma judiciária (no sentido do projeto de Nabuco que o [...] tratava de modificar [...]). Nomeação para os lugares da magistratura de pessoas que não possam ser dominadas pelos partidos das localidades, e muito apurada escolha na promoção à primeira entrância. Cuidar da instrução do clero e influir para que as dioceses regulem melhor o modo das oposições. Todos os recursos de graça deverão subir à minha presença acompanhados das peças principais do processo [...].

da Fazenda:

Obras do cais d'Alfândega , examinando [...] defeitos que se aportam nos planos. Tarifas baseadas sobre os princípios d'uma bem entendida liberdade de comércio.

dos Estrangeiros:

Relações com os Estados Unidos e Repúblicas vizinhas a respeito na navegação do Amazonas e seus tributários, e com o Paraguai. Questão do empréstimo ao Estado Oriental (os últimos ofícios estão em meu poder) - Negociação com a Inglaterra (política seguida até agora instruções dadas ao Sérgio)); manter inteligência assídua com as folhas da Europa.

da Guerra:

Lei do recrutamento. Movimento dos diversos corpos d'armas para outras províncias. Afastar os militares, quanto for possível, da política. Guarnições das províncias fronteiras, cuidando-se principalmente de Mato Grosso.

da Marinha:

Conselho naval. Obras do dique. Aquisição de vapores. Conservação e corte de madeiras. Estudo dos motivos do descontentamento que lavra pela oficialidade

Conselho de Estado:

Deverá ser consultadas em todos os assuntos importantes, quando [...] ou a urgência delles o permitir. A sessão da Justiça [...] sobre todos os recursos de graça.

Idéias Gerais:

O ministro que se desculpar com meu nome será demitido... Nada se revelará do que se passar em despacho. Nem se lavrarão os decretos antes da decisão em conselho, salvo se seu 1º caso se tiver n'isto mesmo assentado e no 2º o negócio não admitir demora.

Todas as discussões que não forem d'expediente serão tomadas em despacho; contudo, o Presidente do Conselho ou os ministros respectivos poderão tratar comigo individualmente de quaisquer negócios.

As nomeações dos lugares políticos ou que possam influir na política recairão em homens do partido podendo eu rejeitá-las ou lembrá-las... as outras só poderão esses mesmos obtê-las em igualdade de circunstâncias.

Continuará a mesma política a respeito das províncias; sobranceira aos partidos, e recomendar-se-á ao presidentes que esclareçam o governo sobre quaisquer acusações que se lhes façam. Influenciar na não interferência do governo nas eleições.. A correspondência entre estes e o governo,

> sobretudo no que for relativo à boa marcha da administração será toda por ofício.
>
> Reorganizar-se-á a imprensa na Corte e também nas províncias se for possível.
>
> As correspondências com as legações que exigir qualquer decisão d'importância e senão admitir demora virá ao meu conhecimento antes de me se apresentado para resolver; também desejarei ler a que contiver algum interesse.
>
> Reforma do requerimento do Senado.
>
> Nenhum novo presidente poderá ser eleito pela sua província.[335]

Não é de se estranhar que a primeira instrução passada a Honório estivesse relacionada com as atribuições da pasta do Império, ministério a ele confiado, cujas atribuições hoje em dia poderia ser comparadas ao da pasta do Interior, tal a variedade de questões que lhe estavam afetas, inclusive a coordenação política.

O Imperador manifesta a firme intenção de promover a Reforma Eleitoral, por meio da realização de eleições diretas e por círculos, o que demonstra o propósito de aumentar a representatividade dos seus súditos e de dar voz às minorias. Do mesmo modo, aponta a necessidade de realizar alterações substantivas na estrutura e no funcionamento *(...) do Conselho de Estado, (harmonizando-o com a índole do nosso sistema).*

Outro assunto que o preocupava era dar maior racionalidade e consistência ao aparato de Estado. Para tanto, indicava o estabelecimento de uma *escola de alta administração,* voltada para *a classe dos auditores*, com o objetivo de preparar e aprimorar quadros para o exercício de cargos da burocracia imperial.

Aliás, nas *Instruções*, percebe-se que o cuidado aos assuntos educacionais não se restringia aos altos escalões do funcionalismo. O Imperador explicita a necessidade de intervir na formação do clero, assumindo as prerrogativas que lhe eram conferidas pelo regime do Padroado. Além disso, propõe expandir o ensino público: *(....) Da instrução primária e secundária; [...] (o trabalho já está quase feito e parte dele ficou em meu poder,) das Câmaras Municipais (os papéis estão comigo) e da secretaria*.

A Coroa também manifesta o propósito de efetivar a execução da lei de Terras, promulgada em setembro de 1850. D. Pedro II assinala nas Instruções, a necessidade de fomentar a imigração, (...) *criando quanto antes núcleos de colonização.*

---

[335] Nova notação na Biblioteca Nacional:I-35,10,024 Seção de Manuscritos

Mas o receituário redigido pelo Imperador, prescrevia outras medidas de natureza social, como a elaboração de uma *(...) Lei de pensões e aposentadorias;* a regulamentação do censo, a organização de obras e de serviços públicos, *(incluindo o serviço de incêndios).* Do mesmo modo, em plena década de 1850, a preocupação com o escoamento do café - a principal riqueza de exportação do país - não foi deixada em segundo plano nas *Instruções*:

> (...) Exames do terreno por onde devem passar as estradas de ferro tendo-se muito em vista destruir a rivalidade que as duas ultimamente autorizadas suscitaram entre Bahia e Pernambuco - Providenciar, se possível, a respeito dos desembarques e embarques das mercadorias, evitando que os marinheiros estrangeiros venham à terra (talvez se pudesse organizar uma companhia para esse serviço... a cooperação das diferentes nações...)

O Imperador mostrava-se sensível aos problemas relativos à saúde pública. Vale lembrar que cerca de um ano antes, o Rio de Janeiro sofrera uma epidemia de febre amarela avassaladora, cujas conseqüências funestas provocaram até mesmo a renovação da Câmara dos Deputados, conforme vimos no segundo capítulo desta dissertação. D. Pedro II ordenava que o Gabinete tomasse medidas direcionadas para o saneamento e a limpeza da Corte, antecipando-se às transformações que mais tarde seriam efetuadas no centro do Rio de Janeiro, já no período republicano, através da *Reforma Pereira Passos*. Recomendava, explicitamente, o *(...) desmoronamento das terras de Santo Antônio e Castelo e mais melhoramentos materiais*.

A segunda pasta onde deveriam ser promovidas reformas era a *da Justiça*: Em primeiro lugar d. Pedro II externava a intenção de acabar definitivamente com a vinda de africanos para o Brasil. Neste sentido, indicava ao ministério fazer valer a lei de 1850, e reprimir energicamente os contraventores. Em segundo lugar, apontava a necessidade de reformar as instituições do Poder Judiciário; *(...) no sentido do projeto de Nabuco que o [...] tratava de modificar [...].*

A par disso, externava a sua preocupação com a escolha e a designação dos magistrados, de maneira a evitar sua possível interferência nas eleições: *(....) Nomeação para os lugares da magistratura de pessoas que não possam ser dominadas pelos partidos das localidades, e muito apurada escolha na promoção à primeira entrância*.

Por outro lado, d. Pedro II reafirmava sua ingerência nos assuntos da Igreja Católica, consoante o regime de *Padroado:* solicitava maior atenção com a instrução dos religiosos e com a influência dos párocos nos assuntos políticos.

Outro aspecto muito importante, que merece registro era o desejo manifestado pelo soberano de acompanhar de perto as petições que os seus súditos lhe encaminhavam: *(...) Todos os recursos de graça deverão subir à minha presença, acompanhados das peças principais do processo [...]*.

Na pasta da Fazenda, recomendava estimular a fixação de tributos, considerando a liberdade de comércio. Ao mesmo tempo, indicava a necessidade de realizar obras de melhoria nos portos e de intensificar o trabalho de fiscalização da aduana.

Quanto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros*,* deveria empenhar-se para manter a paz no continente, em primeiro lugar aperfeiçoando as negociações com os Estados Unidos, passando pelas repúblicas latino-americanas, sem esquecer, todavia da Inglaterra:

> (...) Relações com os Estados Unidos e Repúblicas vizinhas a respeito na navegação do Amazonas e seus tributários, e com o Paraguai. Questão do empréstimo ao Estado Oriental (os últimos ofícios estão em meu poder) -. Negociação com a Inglaterra (política seguida até agora [...]); manter inteligência assídua com as folhas da Europa.

O Imperador demonstrava dois receios, nas recomendações que dirigia à pasta *da Guerra*, que mais tarde acabariam por se concretizar na *Questão Militar* e também na Guerra do Paraguai:

> (...) Lei do recrutamento. Movimento dos diversos corpos d'armas para outras províncias. **Afastar os militares, quanto for possível, da política.** Guarnições das províncias fronteiras, cuidando-se principalmente de Mato Grosso. (O grifo é nosso).

Na *pasta da Marinha* além de preocupações de ordem material, a exemplo do aparelhamento da Armada, e da melhoria da frota mercante, o monarca sugere a criação de um novo órgão, o Conselho Naval, e adverte para que seja concedida especial atenção às reivindicações da tropa, sugerindo *(...) Estudo dos motivos do descontentamento que lavra pela oficialidade*.

Por sua vez, para o *Conselho de Estado* em poucas palavras, d. Pedro II re-afirmava sua principal competência, ou seja, *(....) Deverá ser consultado em todos os assuntos importantes, quando [...] ou a urgência deles o permitir.*

Ainda nas suas *Instruções,* na parte denominada *Idéias Gerais,* o Imperador foi bastante incisivo, ao tratar das relações da Coroa com o ministério. Fixou competências, determinou regras e estabeleceu sanções, para orientar o comportamento dos titulares das pastas

> (...) O ministro que se desculpar com meu nome será demitido.. Nada se revelará do que se passar em despacho. Nem se lavrarão os decretos antes da decisão em conselho, salvo se seu 1º caso se tiver n'isto mesmo assentado e no 2º o negócio não admitir demora. (....) Todas as discussões que não forem d'expediente serão tomadas em despacho; contudo, o Presidente do Conselho ou os ministros respectivos poderão tratar comigo individualmente de quaisquer negócios.

Entretanto, apesar da liberdade de indicação dos partidos, deixava claro que todas as decisões, sobretudo aquelas que diziam respeito à nomeação para cargos públicos, deveriam passar pelo seu crivo:

> (...) As nomeações dos lugares políticos ou que possam influir na política recairão em homens do **partido podendo eu rejeitá-las ou lembrá-las**... as outras só poderão esses mesmos obtê-las em igualdade de circunstâncias. (...) Continuará a mesma política a respeito das províncias; sobranceira aos partidos, e recomendar-se-á aos presidentes que esclareçam o governo sobre quaisquer acusações que se lhes façam. Influenciar na não interferência do governo nas eleições. A correspondência entre estes e o governo, sobretudo no que for relativo à boa marcha da administração será toda por ofício. (o grifo é nosso).

Outros assuntos como as relações com a imprensa, a correspondência oficial também merecem suas considerações, bem como diretrizes para escolha dos presidentes de província:

> (...) Reorganizar-se-á a imprensa na Corte e também nas províncias se for possível. (....) As correspondências com as legações que exigir qualquer decisão d'importância e senão admitir demora virá ao meu conhecimento antes de me se apresentado para resolver; também desejarei ler a que contiver algum interesse. (...) Reforma do requerimento do Senado(...) Nenhum novo presidente poderá ser eleito pela sua província. [336]

Seja como for, por meio deste documento pouquíssimo utilizado pela historiografia, é possível sustentar que a Conciliação era desejo do Imperador. Suas *Instruções* buscavam operacionalizá-la e dar maior governabilidade ao país, seja

[336] Esta parte está escrita a lápis, referindo-se aqui à eleição a senador. Nova notação na Biblioteca Nacional: Códice I-35,10,024 Seção de Manuscritos

apontando demandas, seja recomendando soluções para os problemas administrativos. De preferência, neutralizando a influência dos poderosos saquaremas, pois se assim o quisesse chamaria Eusébio, Itaboraí ou Uruguai, ou os três, para levar a cabo esse programa de modernização do Estado.

Não por acaso, para desenvolver o ambicioso plano de governo d. Pedro II convocou Honório Hermeto, pois este político no passado fora o único em que o enfrentou. É conhecido o atrito entre os dois, em 1843, quando Honório Hermeto ocupava a pasta do Império e manifestou a intenção de demitir um funcionário da Alfândega ligado a círculos palacianos. Sabe-se que Honório chegou a pressionar o Imperador: *o inspetor ou o ministério!* O Imperador de pronto respondera que *não demitiria o inspetor.* A polêmica seria confirmada mais tarde pelo soberano, com a explicação de que o caso não se limitava à sustentação ou à exoneração de um funcionário, mas sim uma questão de *afirmação*, como muito bem salientou o historiador Pedro Calmon[337]. Segundo as palavras do Imperador sobre o episódio:

> Por dois motivos (escusou-se mais tarde). Em primeiro lugar, não me provara o ministro nenhuma irregularidade no procedimento daquele funcionário honestíssimo. Depois, eu era então muito moço, começava a exercer as minhas funções, e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução. Depois que meu caráter ficou conhecido teria acedido...

E conclui:

> Entendi que a demissão era injusta, e pelo modo porque o Carneiro Leão insistiu, entendi que, se cedesse, me reputariam como fraco. Ninguém influiu no meu espírito. [338]

Portanto, a questão que se colocou para o Imperador admite uma outra formulação: a quem ele convidaria para chefiar o Gabinete da Conciliação? A resposta não estava no presente, mas sustentava-se num episódio passado há dez anos.

Ao que tudo indica, os dois nunca se tornaram grandes amigos, mas reconheciam as respectivas capacidades e se respeitavam mutuamente: Honório Hermeto respeitava a força do poder moderador, enquanto d. Pedro II respeitava-lhe a coragem e a independência. Como bem infere José Murilo de Carvalho, o

---

[337] CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; 1975 p.175-176

[338] Apud CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; 1975 p.175-176

episódio de 1843 não fora impedimento para que *o imperador o admirasse. Ele admirava e respeitava, sobretudo, a independência de Honório. 'O Paraná não se curvava',* disse o soberano certa vez. [339]

Da leitura das *Instruções,* depreende-se que D. Pedro II desejava, antes de tudo, garantir a governabilidade do Estado. Em outras palavras, isto significava por fim às lutas políticas em nome da paz nacional, condição que reputava imprescindível para elevar o Brasil à categoria de país *civilizado*.

A máxima dos liberais de que o *rei reinava, mas não governava* como então se dizia e defendia, confrontava o desejo de maior participação da Coroa nos ditos *negócios públicos.* De acordo com Francisco Iglésias, *D.Pedro II afirma-se* [...] *para o exercício do gabinete, reinando, governando, administrando, ciente de todos os negócios do Estado* [340]*.* As *Instruções* passadas pelo Imperador a Paraná apareceriam claramente no programa de governo do novo gabinete. É o que veremos agora.

3.3 *A ninguém repelimos, a todos aceitamos*. O Programa da Conciliação: a sombra da Coroa por trás da política

(...) À testa do novo gabinete está um homem de vontade firme, que, pelos seus precedentes, não desaira de estender a mão ao talento aonde quer que se ache. [341] Com estas o jornal *Gazeta dos Tribunaes* saudava o ministério e reproduzia o seu programa de governo submetido à Assembléia Geral do Império.

Na transcrição publicada na *Gazeta,* ao iniciar a exposição do seu programa ao Parlamento, Paraná declarou de forma incisiva que o seu Gabinete possuía características próprias, uma vez que rompia com o passado e com a tradicional divisão das forças que dominavam o jogo político.

O ministério por ele organizado não pretendia dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo anterior. Nem tampouco se destacava pelo predomínio luzia ou

---

[339] CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.55

[340] "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.42

[341] **Gazeta dos Tribunaes**. Setembro de 1853. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos.

saquarema. Sua composição buscava propósito mais elevado, ou seja, de *administrar o país: (...) O gabinete nada tem com o tempo passado. Os seus membros não se consideram nem como luzias nem como saquaremas, estão todos de acordo em administrar o país segundo as suas necessidades atuais.* Tanto assim, que em relação ao Gabinete que o antecedera, faz apenas o seguinte reparo:

> Conquanto pudéssemos uma ou outra vez divergir [em relação ao ministério anterior] em sua marcha política e administrativa, contudo nunca entendemos dever apresentar essas divergências ante o corpo legislativo; sempre lhe prestamos o nosso sincero apoio, e entendíamos que ela podia continuar com vantagem do serviço público.

Honório Hermeto, entretanto, dá uma pista da tarefa que lhe fora confiada pelo Imperador, embora, mais uma vez, fizesse questão de frisar a sua costumeira independência política:.

> [...] Mas o ministério se retirou (...) e nós que tínhamos estado na fileira da maioria e apoiávamos esse gabinete, julgamos que não podíamos declinar da tarefa de organizar um ministério, o **que me foi particularmente incumbido pela Coroa**, mas como eu já disse, não pretendemos ser meros continuadores, havemos de dirigir os negócios públicos segundo as nossas inteligências e consciência. (grifo nosso)

Paraná, na exposição de seu programa, solicitava aos parlamentares que avaliassem novo ministério por suas ações e não pelas vinculações partidárias de seus componentes. Assinalava que o termo *conciliação* poderia ser interpretado de várias formas, o que certamente poderia provocar intermináveis debates. Daí o próprio Honório ter explicitado qual o seu conceito de conciliação. Para evitar qualquer dúvida, antecipa que

> (...) O gabinete desejaria antes ser julgado pelos seus atos do que pelas palavras com que eu formule o programa; palavras que, podendo ser entendidas n'um sentido mais restrito ou mais amplo do que aquele que eu lhe quiser dar, ocasionarão por ventura um debate interminável. [...] tem-se algumas vezes dito nesta casa que nenhum ministro pode bem administrar o país sem que tenha no seu programa a conciliação [...] porém, nós não abandonamos nossos princípios políticos. [342]

A Conciliação, na visão de Honório Hermeto, não deveria implicar na extinção do sistema partidário em vigor:

---

[342] CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. **Discurso**. Senado. 9 de setembro de 1853. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: em 25/06/2009 (grifo nosso)

> (...) entendemos que o sistema representativo não pode existir sem que haja partidos políticos, e que se a conciliação consiste na extinção dos partidos, prometê-la seria propormo-nos a conseguir uma utopia, porquanto para que o sistema representativo existisse sem partidos políticos, fora preciso que se tivesse falseado e que se desse uma verdadeira compressão, e a isso não estamos resolvidos.

Em resumo, Paraná procurava esboçar em rápidos traços a filosofia de ação, que nortearia o trabalho do Gabinete. Esta pretendia sobrepor-se às costumeiras rivalidades que caracterizavam a atuação dos partidos. Os litígios haveriam de ser reprimidos com energia, em nome da preservação das condições de governabilidade:

> (...) O modo por que entendemos dever promover a conciliação será imprimido na nossa política aquele caráter de moderação que é consentâneo com as opiniões que professamos que são opiniões conservadoras; (...) e procurando reprimir os crimes que muitas vezes pretendem apadrinhar-se com o espírito de partido, e que desacreditam as administrações em vez de as servir.

No âmbito da política externa, o Gabinete deveria promover a Paz com as demais nações, cultivando-se boas relações como os Estados Unidos, as repúblicas latino-americanas e a Inglaterra, tal como fora recomendado a Honório nas *Instruções* do Imperador, como se pode constatar:

> (...) Pelo que toca aos negócios externos, só ambicionamos conservar a paz e as boas relações em que estamos com as nações da Europa e América. Seremos escrupulosos em manter com lealdade todos os empenhos que se acham contraídos com essas nações, não só pelo governo que nos precede como pelos seus antecessores; e temos em vista procurar desenvolver mais, se for possível, as relações amigáveis que o gabinete passado estabeleceu com as nações da América.

No tocante à política interna, que ele mesmo qualificou de conservadora, pretendia pôr fim à antítese *conservação-progresso*. Paraná, com o aval imperial foi mais longe: conciliou os dois.

> [...] pertencermos a opinião que se tem apelidado conservadora, porém essa opinião, tal qual eu e o meus colegas a professamos, não exclui o progresso; pelo contrário entendemos que não há boa conservação sem que haja também progresso.[343]

Aqui se percebe com maior nitidez a influência as recomendações transmitidas por D. Pedro II a Paraná. Ele se reporta à necessidade de promover melhorias materiais, *intelectuais* e *morais*, atribuições da pasta do Império, como já

---

[343] CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. **Discurso**. Senado. 9 de setembro de 1853. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: em 25/06/2009 (grifo nosso)

citamos anteriormente. Sua proposta, em consonância com o *Pensamento Augusto,* compreendia a reforma de todos os níveis educacionais, desde a instrução primária até a clerical.

> [...] devemos procurar melhoramentos, não só os materiais, mas também intelectuais e morais. Propomo-nos a organizar a instrução pública primária, secundária e superior, cuidaremos com muita especialidade na instrução do clero e mesmo na educação; e faremos todos os esforços para se obter na nossa legislação, quer na administração da justiça, quer em outros diferentes ramos, aqueles melhoramentos que a experiência tiver demonstrado que são necessários. [...] ocupam a nossa particular atenção às vias de comunicação e a navegação dos nossos rios.[344]

A Lei de Terras, o fim do tráfico e a emigração também seriam objeto da exposição de Paraná, que reproduzia par e passo os pontos abordados nas *Instruções:*

> (...) Começaremos com prontidão da execução à lei de 18 de setembro de 1850 acerca das terras, procuraremos promover a colonização e a emigração; (...) faremos por conservar o crédito público, e para que se possa contar com mais meios de promover os melhoramentos que temos em vista, teremos particular cuidado em zelar e economizar os dinheiros públicos nas aplicações que deles fizermos; e procurando promover a emigração, continuaremos a **executar energicamente** [essa expressão é a mesma do Imperador nas Instruções]; a lei de 4 de setembro de 1850 acerca do tráfico, e mesmo procuraremos adicionar novas providências a essa lei afim de tornar mais eficaz essa repressão.[345]

Se no passado *o Paraná não se curvava*, agora acatava fielmente as diretrizes estabelecidas pelos Imperador, como se pode observar, no que diz respeito à proposta de Reforma eleitoral e a designação para os cargos públicos por mérito:

> (...) Se no nosso país se formar uma opinião que queira mudar a base da eleição, adotando a eleição direta e por círculos, não duvidaremos acoroçoar essa opinião para se levar a efeito esse pensamento [...] não duvidaremos promover a sua reforma. (...). Declaro que em todos os empregos que tiverem influência política preferimos aqueles candidatos que aderirem a nossa política, e que melhor exprimem o nosso pensamento.

Para dar andamento à tarefa que lhe fora confiada, Paraná procuraria demonstrar novamente a autonomia que o caracterizava: Declara aceitar adesões *sem repelir ninguém;* porém, de antemão, adverte que não alteraria a direção do seu governo em troca de apoio político:

---

[344] CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. **Discurso**. Senado. 9 de setembro de 1853. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: em 25/06/2009 (grifo nosso)

[345] CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. **Discurso**. Senado. 9 de setembro de 1853. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: em 25/06/2009 (grifo nosso)

> São estas em geral as idéias que posso expender acerca do modo porque pretendemos preencher **a tarefa que nos foi incumbida**. Estimaremos muito a acolheremos com grande satisfação todas e qualquer adesão; **a ninguém repelimos, a todos aceitamos**; porém são esses e não outros os nossos princípios. (O grifo é nosso)

Entretanto, mal o novo gabinete se instalara, três dias mais tarde, na sessão da Assembléia Geral do Império, onde se reuniram a Câmara e o Senado, em 9 de setembro de 1853, em um dos primeiros discursos pronunciados, percebe-se uma postura que embora não fizesse oposição ao novo ministério, mostrava-se reticente às suas propostas.

O primeiro discurso, de caráter dúbio em relação ao gabinete conciliatório viria do senador D. Manoel. Para este parlamentar, o novo ministério não merecia confiança, pois não passava de mero continuador da política dos gabinetes anteriores, mais precisamente aquela iniciada por ocasião da volta dos conservadores ao poder, em 29 de setembro de 1848:

> (...) Senhores, combati com todas as minhas fraquíssimas forças o ministério passado, e pedia a Deus que desse ao país um ministério composto de homens ilustrados, honestos, conciliadores... Mas porque não quero dar esta prova de confiança? Por que... os senhores ministros apoiaram todos os atos da passada administração. Um dos nobres ministros disse nesta Casa que não havia homens mais capazes para dirigir as seis pastas que os que então as ocupavam... Posso eu dar ao atual [gabinete] provas de confiança, quando parece que a administração deve seguir a mesma política da anterior? [346]

A insegurança em relação à diretriz seguida por Paraná também seria manifestada por outros políticos. O suplente liberal Joaquim José Pacheco se perguntava: *Não sei como, as coisas marcham como antes, eu ainda não sei em que consiste a política conciliatória do gabinete.* [347]

A desconfiança talvez pudesse ser creditada ao fato do próprio presidente do Conselho de ministros ter explicitado o seu programa de governo, uma prática habitual, sempre que um novo gabinete toma posse. O mesmo deputado Pacheco não reconheceria no programa características de um governo que se dizia conciliador, mas sim o programa de um *ministério de partido:*

---

[346] D. MANOEL. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 9 de setembro de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:16/09/2009

[347] PACHECO, Joaquim José. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 26 de maio de 1854. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 25/06/2009

> (...) Digo que o programa é o melhor possível para um ministério de partido, porque não considero o atual verdadeiramente conciliador, não só ele mostrou não ter fé na conciliação, como porque para ser conciliador seria de mister que a conciliação fosse uma das primeiras missões.

Em tom irônico, o deputado Pacheco conclui a sua advertência: *(...) Não sendo, porém, entre nós esta circunstância, digo que o programa é de um ministério que se propõe sustentar um partido moderadamente e como programa de um governo de partido não pode exigir mais*. [348]

As críticas tornaram-se cada vez mais mordazes. O senador d. Manoel continuaria a polêmica:

> (....) Em 6 de setembro do ano passado [1853] deu-se um acontecimento por muitos almejado: a mudança do ministério [...] o Sr. Presidente do conselho disse em uma sessão do Senado que os nossos partidos estavam estragados, e cumpria procurar que das ruínas dos dois grandes partidos em que o país se dividia nascesse outro que seguisse diferente vereda. [...]

E recomeçaria a censura, examinando a atuação do 11º gabinete [11 de maio de 1852], quando se assistiu à fissura do partido conservador, gerando a formação de uma *Oposição Parlamentar*:

> (....) É fato constante que o partido dominante, o partido saquarema, tinha sofrido grave desmembração com a separação de muitos de seus membros para formar o novo partido parlamentar; este pouco numeroso ainda, mas notável principalmente pela importância das pessoas que o compunham, deixava infundir sérios receios de que viesse a efetuar-se a sua aliança ou fusão com o partido decaído, aliança que necessariamente devia vir a operar-se. Não era só quanto às câmaras que o novo partido dava cuidado; tendo os deputados de regressar para as suas províncias, iam necessariamente estabelecer lá o 'partido parlamentar', fracionando assim gravemente o partido saquarema. Ora, o partido saquarema detestava mais o partido parlamentar do que o partido luzia, ou venda grande; e a razão é de fácil intuição; o partido luzia ou venda grande não era representado nas câmaras, e o partido parlamentar contava com muitos membros do corpo legislativo, sobretudo na Câmara dos Deputados; e era preciso acabar com ele. [...]

Ora, para D. Manoel a chegada de Paraná à presidência do Conselho de Ministros significava pôr fim as desinteligências internas que afetavam os conservadores, promovendo a sua coesão:

---

[348] PACHECO, Joaquim José. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 13 de setembro de 1853. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 25/06/2009

> (...) Logo que o Sr. Visconde de Paraná foi nomeado, os parlamentares quase unanimemente declararam que, estando mudado o ministério, e sendo de suas simpatias o chefe da nova administração, era conveniente cessar a oposição. [...] Começando a funcionar a administração do Sr. Visconde de Paraná foram nomeados para importantes lugares os principais membros do partido parlamentar: ao Sr. Sebastião do Rego Barros, que passava pelo seu chefe, e ao Sr. João Capistrano Bandeira de Mello, um dos seus mais distintos membros, se incumbiu as presidências do Pará e Paraíba; e outras nomeações se seguiram debaixo das mesmas inspirações.

Para reforçar a sua argumentação, salientava os *ciúmes* dos saquaremas, que já não viam Paraná com bons olhos:

> (...) Tais nomeações causaram o maior ciúme aos saquaremas: 'Que! Diziam eles, as proposições oficiais são dadas aos trânsfugas, e não a nós!' E desde, então começaram a ver com maus olhos os Sr. Presidente do conselho. Não resta, portanto, dúvida de que a sua entrada para os conselhos da Coroa só teve por fim acabar com o partido parlamentar. [349]

A resposta a D. Manoel viria curta e grossa, bem ao estilo de Paraná. Na sua avaliação, o religioso cometera erro ao afirmar que o partido saquarema estava *estragado*, pois *não é exata expressão*:

> (...) os dois partidos existentes estavam em decadência e exigiam passar por algumas reformas; e lastimando que pessoas importantes, que anteriormente eram aliadas do partido a que o orador pertence, estivessem em divergência; exortou ao governo para que procurasse acabar com essa dissidência.

A proposta de Paraná, conforme ele mesmo procurou sustentar, pretendia obter o apoio das Câmaras, mas não a qualquer custo. Não se tratava de *mendigar* com pessoas que pensavam de forma diferente do ministério:

> As vistas moderadas do programa eram conciliar os aliados da administração que estavam divergentes; conservar sempre os braços abertos para receber todas as adesões, mas nunca ir mendigá-las de pessoas que não compartilhavam o seu modo de pensar. A isto não se tem faltado. [350]

Por sinal, há na historiografia quem entenda a conciliação, como uma forma de cooptar indivíduos contrários à *nova política,* percebendo essa atitude do governo como um sintoma de *não criar inimizades.* Neste sentido, não haveria conciliação; mas sim *negociação.*

---

[349] D. MANOEL. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 22 de junho de 1854. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em:16/09/2009

[350] CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. **Discurso**. Senado. 27 de junho de 1854. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: em 25/06/2009 (grifo nosso)

Entre os mais ferrenhos críticos da Conciliação destacava-se o deputado Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Ele foi designado pelo ministro Nabuco de Araújo como *o verdadeiro chefe da oposição*. Diagnosticando corretamente a questão da oferta de cargos públicos como moeda de troca de apoio político observa:

> (...) Não tomarei nunca como conciliação desses atos e negociações, em virtude dos quais o governo se dirige a indivíduos dissidentes para lhes oferecer os empregos públicos... porque essa conciliação de que fala não é conciliação, é negociação, é a moral do dever substituída pela moral do interesse...[351]

De fato, a avaliação de Ângelo Muniz tocava num ponto fraco do Gabinete. A prova disto estava na figura de Francisco Salles Torres Homem, liberal ardoroso, o Timandro defensor dos princípios democráticos, que se convertera em um conciliado conservador, depois de nomeado para exercer a presidência do Tesouro Imperial. [352]

O exemplo de Torres Homem seria emblemático. O panfletário que outrora ria *da aristocracia nativa, e a* qualificava *de achinelada,* e no futuro seria agraciado visconde de Inhomirim, [353] acabaria por introduzir no vernáculo um novo vocábulo, a palavra *conciliado*, que passou a servir de sinônimo para os indivíduos cooptados pela conciliação, em nome de seus próprios interesses. Ou conforme avalia Marcelo Basile, a Conciliação não tencionava: *(...) eliminar os partidos e a diversidade de opiniões, mas não se pode negar que havia um sentido de reduzir as margens de conflito e de cooptar os liberais sob uma direção conservadora*. [354]

Seja como for, o projeto da Conciliação concretizou-se em alguns dos seus mais importantes aspectos. E sobre eles é que o Imperador manifestou-se nos dois

---

[351] FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Discurso**. Câmara dos Deputados. 23 de junho de 1854. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 25/06/2009

[352] Sua trajetória é bem interessante, pois, na Praieira no ano de 1849 *encontrava-se como redator do jornal Correio Mercantil, e em defesa dos rebeldes pernambucanos ali publicou sua obra mais famosa, Libelo do Povo, sob o pseudônimo de Timandro, onde usou sua linguagem viperina para denegrir a imagem da casa imperial de Bragança, atacando todos os seus membros e a situação a que haviam conduzido o Brasil, o que provocou violenta crítica por parte dos monarquistas. Torres Homem, no entanto, logo se desiludiu com a revolução e já em 1853 aceitava nomeação para o Tesouro Nacional feita pelo gabinete da Conciliação de Paraná; a facilidade com que se transformou de conciliado a autor do manifesto conservador, e daí ao Conselho de Estado, angariou-lhe eternamente críticas severas, por parte de liberais e conservadores.* MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005. pp. 155-156.

[353] IGLÉSIAS, Francisco. "Vida Política, 1848/1868" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987. Tomo II. 3º volume Capítulo I. p.14

[354] BASILE, Marcelo N. de C. "Consolidação e crise do Império" In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.253.

únicos momentos em que o Senado e a Câmara se reuniam, no início e no encerramento dos trabalhos legislativos, respectivamente em maio e em setembro.

Na abertura dos trabalhos percebe-se o empenho da Coroa em promover as reformas anunciadas por Honório Hermeto no seu programa de governo. Na Fala do Trono de 1855, o monarca assinalava o momento *feliz* pelo qual passava o Império do devido à paz reinante e com isso a possibilidade de desenvolver a *riqueza e prosperidade nacional:*

> O Império permanece em paz, e tudo promete que esta situação não será alterada. O meu governo tem aproveitado tão feliz ensejo para que a aplicação dos meios com que tendes habilitados, a fim de desenvolver os germens da riqueza e prosperidade nacional, produza os benéficos resultados. [355]

Na sessão de encerramento do mesmo ano, d. Pedro II defenderia enfaticamente a política desenvolvida pelo Gabinete, salientando que a *tranqüilidade publica* tem sido possibilitada pela *concórdia dos espíritos.* [356] Ou seja, a Coroa reconhecia que as concessões feitas aos liberais refletiram diretamente na aprovação da reforma eleitoral, a *Lei dos Círculos Eleitorais*, aprovada em 19 de setembro de 1855, cuja transcrição encontra-se anexada em nossa dissertação.

O monarca saudava com entusiasmo a Reforma. Enfatizava a sua importância, pois além de restringir o acesso dos funcionários públicos (lei das incompatibilidades eleitorais), principalmente os magistrados, à Câmara dos Deputados, reduziria a interferência do governo no processo eleitoral. Isto permitiria ampliar a participação política das minorias, com a eleição de um deputado representando alguns distritos.

Forças políticas locais puderam ter mais voz em relação às grandes bancadas provinciais. Não esqueçamos que esta reforma, embora favorecesse o partido liberal, fora levada a cabo pelo Marquês de Paraná, como questão ministerial, tratada como *objeto de consenso.*[357] Algumas lições puderam ser tiradas dos episódios de 1842 e de 1848. Manter os políticos liberais afastados do poder poderia

---

[355] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 03 de maio de 1855. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 09/10/2009. (grifo nosso).

[356] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 03 de maio de 1855. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 09/10/2009. (grifo nosso).

[357] Conferir BASILE, Marcelo N. de C. "Consolidação e crise do Império" In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 251-252)

introduzir um elemento de ameaça a todo o sistema, como indica José Murilo de Carvalho: *apostar na crise, se não a curto prazo, mas certamente a médio prazo.*[358]

É importante notar que logo após a Revolta da Praia, Paraná fora nomeado pelo Imperador para o cargo de presidente da província de Pernambuco. Segundo José Murilo, desde essa ocasião *sentira a necessidade de promover o entendimento entre as facções rivais*. De qualquer modo, na juventude, Honório Hermeto Carneiro Leão vivenciara os conflitos da época da Regência. Tais conflitos tinham posto em risco a estabilidade econômica, política e social do país. Vale lembrar que o perigo da fragmentação do Estado imperial era um dos grandes receios das elites.

Honório Hermeto, por certo, percebera que as *possíveis conseqüências do monopólio do poder, por parte dos conservadores,* poderiam pôr tudo a perder. Decidiu quebrar este monopólio enfrentando não só o desafio que lhe propôs o Imperador, mas também a perplexidade e a oposição aberta de seus amigos e correligionários. [359]

Mas as demandas pelas reformas e a anuência de Honório ao projeto da Coroa poderiam ser melhor compreendidas por outro raciocínio. Não se tratava apenas de garantir a representação das minorias. Ia mais além. Na prática essa representatividade era completamente subvertida. Havia quem alegasse na Câmara que se o projeto da Lei dos Círculos fosse aprovado, as notabilidades da aldeia, os *tamanduás*, os chefes locais, seriam incapazes de tratar dos grandes assuntos nacionais.

Com a reforma, concretizaram-se os receios de alguns parlamentares: (...) *As notabilidades da aldeia, que eram antes intermediárias entre esses políticos e a população, passariam a representar, sem mediação, pois eram elas que estavam em contato direto com a população sobre a qual exerciam forte influência.* [360]

De fato, a lei de Reforma Eleitoral provocou uma grande desarticulação no cenário político, tal como os seus opositores temiam. Basta dizer que o próprio filho de Paraná fora derrotado por um desconhecido padre no 14º distrito da província de Minas Gerais.

---

[358] CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras: a Política Imperial.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988 p.398.

[359] Id. ib., p.398

[360] Id. ib., p.399

A par disso, a *eleição de 1856 marcou também o início da queda acentuada do número de funcionários públicos na Câmara e o aumento dos deputados que exerciam profissões liberais* [361] devido à adoção do princípio das *inelegibilidades* ou das *incompatibilidades eleitorais.* Era vedado aos servidores públicos concorrerem às eleições nos distritos onde exerciam suas funções. Grande parte dos parlamentares manifestou-se contrária a essa medida. Argumentavam que os membros da burocracia imperial possuíam experiência administrativa, sobretudo os magistrados.

Por outro lado, os políticos favoráveis à nova legislação eleitoral argumentavam que para se eleger deputado não era necessário possuir o diploma de bacharel. Acrescentavam que o exercício de cargos públicos, inclusive os da magistratura, não representava de fato a vontade do eleitorado.

O certo é que com as alterações promovidas, na opinião do historiador José Murilo de Carvalho: *quebrava-se a pirâmide da representação; o país real entrava na Câmara.* Lutar contra a interferência do Governo nas eleições era desejo daqueles que procuravam *a verdade do sistema*, assim como daqueles receosos em se ver alijados do poder, avalia José Murilo. [362]

De qualquer forma, na primeira legislatura (1857-1860), depois de implantada a lei de 1855, houve uma renovação de 67% dos deputados, em relação à legislatura anterior. *A virada foi tão grande que nas eleições seguintes o Partido Conservador foi quase totalmente alijado* [...] assinala José Murilo de Carvalho. [363] Foi a partir da Lei dos Círculos de 1855, que o *velho Partido Conservador saiu quase totalmente da cena política, depois de tê-la dominado por mais de dez anos.* [364] Ou seja, iniciava-se a derrocada do chamado *tempo saquarema.*

A política desenvolvida pelo Gabinete da Conciliação não apenas alvo de discussão nos debates da Câmara. Na correspondência passiva de alguns políticos observam-se comentários e manifestações adversas, a exemplo da documentação de Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o Barão de Penedo (1815-1906) Membro do Partido Conservador, apesar de pouco dedicado à atividade político-partidária,

---

[361] Id. ib., p 399

[362] Id. ib., p.399

[363] Id. ib., p.409

[364] Id. ib., p.410

Carvalho Moreira foi um dos mais importantes diplomatas do Segundo Reinado. Em 1851, foi designado para o cargo de ministro plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos, transferindo-se em 1855 para Londres nas mesmas funções, que exerceria até 1888, monopolizando aquele posto independente do ministério, fosse liberal ou conservador.

Com efeito. Na carta dirigida a Carvalho Moreira por Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1826-1889), escritor e político, que militou nas fileiras do partido liberal constata-se o tom de perplexidade, diante dos resultados das eleições, após a promulgação da Lei de 1855:

> Meu Moreira, [...] Muito obrigado pela tua carta de 10 do passado, pelo que fizeste e pelo que me prometestes. (...) Fui reeleito deputado pelo círculo de Cabo Frio. A campanha foi terrível: basta dizer que deixei mortos no campo dois concorrentes, um cúria (Thomas Gomes), e um saquarema cunhado de Torres e Paulino, porque este último queimou todas as [escórias]. Mas saí com [...] maioria estrondosa, e no 1º escrutínio (...) Da deputação do Rio só fomos reeleitos quatro e entre esses, dois ministros! Na corte foi derrotado o João Manoel, por se apresentar protegido pelo Paulino; e na Bahia o Magalhães Castro pela mesma razão.

Com se percebe, vários candidatos dos Saquaremas, portanto, não conseguiram reeleger-se, evidenciando as grandes transformações provocadas pela Lei dos Círculos. No entender de Otaviano, o poder da *Trindade* fora abalado, apesar da notória influência de Itaboraí:

> (...) Vê, pois que o estado do país de hoje não é o de 1848. (...) O Paulino está fora de todas as combinações. [é] mais fácil entrar Souza Franco ou Pimenta do que ele. O Torres, porém ainda conserva a sua influencia e é o dominador da situação financeira do império.(...) **Que câmara a nova! Já há 23 liberais conhecidos eleitos**. Nos antigos **saquaremas** há [...] **nuanças**: a mais pronunciada é a nuança Siqueira, contra a **Oligarquia**. [Isto tudo] que te escrevo entendi que era de meu dever escrever-te. [365] (grifo nosso)

Se de um lado a Lei dos Círculos dera mais poder às minorias, de outro, a proposta de Reforma do Judiciário, na percepção de Francisco Otaviano, pretendia centralizar o poder:

> (...) O projeto, em linhas gerais, transferia as instâncias de decisão, os tribunais do júri, para os grandes centros ou capitais das províncias, esvaziando o papel das municipalidades no combate ao crime e à impunidade, reforçando ainda o poder do

[365] Biblioteca Nacional. 63, 3, 005 nº 099. Fundo Tobias Monteiro Seção de Manuscritos. *Correio Mercantil 15 de dezembro de 1856.* O grifo é nosso

> juiz de direito nomeado e separando e especializando as funções de polícia e de justiça. [366]

A proposta do então ministro da Justiça não se concretizou, mas *se nem tudo se transformou logo em lei, ficou a semente.* O projeto de Nabuco de Araújo fora considerado *revolucionário demais para a época.* [367] Apesar da derrota que sofrera no Senado, Francisco Iglésias não hesita em afirmar que quando da morte de Paraná, ele *detinha o máximo de poder* e que na Conciliação *o governo nunca havia tido tanta força.*

O Gabinete de Paraná também se destacou pela repressão cada vez mais ativa ao tráfico de escravos. Aliás, por iniciativa do ministro João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, buscou-se proibir o tráfico interprovincial, uma tentativa frustrada do mais conservador de todos os ministros.

Além disso, entre outras realizações, destaca-se a criação do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos,* pelo decreto nº1.428, de 12 de setembro de 1854, inaugurado, com a presença da Família Imperial em 17 de setembro da mesmo ano. Dava-se, assim, o primeiro passo concreto para garantir aos cegos o direito à integração na sociedade. O nome da instituição mudaria em 1891, para o famoso *Instituto Benjamin Constant (IBC)*, uma homenagem a um dos seus diretores mais ilustres.

Outras reformas que ocorreram foram levadas a cabo, como a reforma educacional e a consolidação do Banco do Brasil, recriado pela terceira vez às vésperas da Conciliação, quando se optou por uma política financeira ortodoxa, voltada para a poupança e o equilíbrio das contas do governo, não oferecendo muitos incentivos à crescente especulação, o que acabou por aumentar a receita no orçamento do império nos anos 1856-1857.

Por sua vez, no que tange à política externa, o Brasil se voltou mais para a região do Rio da Prata: (...) *A paz interna, a que visava principalmente a iniciativa por Honório Hermeto, é alcançada eficazmente e prepara o país para as lutas externas, sobretudo a Guerra do Paraguai, ao mesmo tempo em que torna menos áspero os atritos políticos resultantes das reformas sociais e administrativas.*[368]

---

[366] MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS.2005. pp. 325.

[367] Id. ib., pp. 325.

Aliás, Francisco Otaviano de Almeida Rosa em outra carta dirigida ao Barão de Penedo,[369] em meados de abril de 1855, ou seja, antes da entrada em vigor da Lei dos Círculos, oferece uma visão pouco promissora do cenário político da Conciliação, a qual se referia de modo pejorativo como uma simples combinação:

> Meu Moreira, (...) O nosso horizonte políticos se anuvia. Posto que como sabes qualquer aragem espanca as nossas cerrações neste clima inconstante. Todavia os marítimos entendidos dizem que o ministério não atravessa as câmaras. (...) Ainda bem, porque se há coisa imprestável e desacreditada é a **combinação** chamada ministério Paraná. Apesar de quanto verniz havemos posto nas faces, mostra-se todos os dias esqueleto inerte e carunchoso. (O grifo é nosso)

A avaliação negativa, como era de se esperar, alcançaria não apenas o presidente do Conselho, como também todos os demais ministros:

> (...) De longe ainda se pode acreditar, argumentando com as famas do passado, que o Paraná é alguma coisa, mas de perto e lidando-se nesta nossa terra vês que é um astro no ocaso, sem prestígio, nem mesmo aquele de que gozava, - tenacidade e vigor material. (...) O Pedreira e o Nabuco, de que esperávamos tanto deram em [drogas]. O primeiro he uma seqüência de promessa [...]; o segundo he um montão de utopias [...]. O Limpo [de Abreu] nem tem personalidade; é servo da gleba. O Bellegarde fora bom ministro, no país em que a indolência estivesse na ordem do dia. Resta Paranhos, que é mais trabalhador, mas que não passa de um simples secretário, com funções subalternas e sem iniciativa pessoal. (...) A proximidade das câmaras é [...] de novidade, de crises, de notificações [...] conta-se com **evoluções**... (grifo nosso)

Ao concluir a missiva, Francisco Otaviano arrisca fazer alguns palpites sobre prováveis substituições no Gabinete. Palpites muito aquém do que viria a ser:

> O Eusébio está hoje com maior popularidade do que nunca. Se houver crise, julgo que será ele o novo chefe, e que os seus escolhidos serão Wanderley, Cansansão, Sebastião do Rego, etc. Tem-se falado em o visconde de Sepetiba (Aureliano) para organizar o ministério;[...]

Em outra ocasião, cerca de um ano mais tarde, em 13 de fevereiro de 1856, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, cheio de pessimismo, relata ao Barão de Penedo que o presidente do Conselho já se encontrava *desgostoso* e *cansado*:

> Meu prezado Moreira

---

[368] Trecho da prova escrita em 10 de novembro de 1958 que lhe valeu o primeiro lugar no concurso para catedrático de história da civilização brasileira na Universidade de São Paulo publicado em HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Conquista da paz interna e conciliação política”. **Folha de S.Paulo**, 19 de abril de 1992.

[369] Biblioteca Nacional. 63, 03, 005 nº 096. Arquivo Tobias Monteiro. Série: Barão de Penedo. Seção de Manuscritos. Rio, 13 de abril de 1855.

> [...] Queres notícias? (...) Fala-se muito em abalo do ministério. Por mim já não creio nesses rumores. Todavia o Paraná mostra-se desgostoso e cansado: deixem os seus íntimos que ele se retira depois de lidos os relatórios em maio. Também se diz que no caso de ter que continuar o ministério, a câmara será dissolvida. [...] [370]

Como se sabe, o gabinete da Conciliação despertou a ira de inúmeros adversários, liberais e conservadores. Contudo, o seu oponente mais forte não seria Ângelo Muniz da Silva Ferraz, como se costuma fazer crer, talvez, devido às observações de Joaquim Nabuco, conforme já se viu no primeiro capítulo dessa dissertação.

Entre os inimigos da Conciliação, havia nomes muito mais influentes, muito mais poderosos. Vultos da envergadura de Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, membro da *Trindade Saquarema*. Manifestada com certo cuidado no Parlamento, a reprovação de Paulino à política de Paraná, a quem acusa de traição, era visível nesta carta, datada de 14 de dezembro de 1855, enviada ao seu filho, em viagem à Europa:

> (...) A política por aqui está em estado de putrefação. O Ministério está caindo os pedaços e remando apenas para chegar ao mês de Maio. [...] O Torres e outros que o protegeram e que ele renega, estão furiosos contra ele. Tendo sido muito atacado,[...] mas rio-me disso, porque nenhum mal me fazem. Receiam que eu vá para o Ministério, e é esse o principal motivo da guerra (....).Estão, porém muito enganados, que em tal [ministério] não caio. A tua eleição incomodou-os muito, porque nunca supuseram que eu vencesse os obstáculos que por ultimo acumularam. (...) Estão agora atacando as posições, os homens práticos, o Senado, o Conselho de Estado, a Magistratura etc. para abrirem caminho. E o tratante do Rocha! Enfim, aqui saberás d'estas cousas por miúdo.[371]

Aliás, Paulino escreveria ao filho de nome homônimo, para reprovar a política do ministério, mesmo depois do falecimento de Honório Hermeto: *(....) A morte do Paraná deixou tudo em uma confusão extraordinária, da qual ele mesmo não se poderia tirar, mormente em matérias eleitorais. Poucas candidaturas [há] seguras*. [372]

---

[370] Biblioteca Nacional. 63, 3, 005 nº 099. Fundo Tobias Monteiro. *Corte, 13 de fevereiro de 1856.*

[371] Rio 14 de Dezembro de 1855. Biblioteca Nacional. 63, 4, 002 nº 110.Coleção Tobias Monteiro. Seção de Manuscritos.

[372] Biblioteca Nacional. 63, 4, 002 nº 110. *Rio 14 de Outubro de 1856.* Coleção Tobias Monteiro. Seção de Manuscritos.

3.4 A coroação política do *Pensamento Augusto*

Na Abertura da Assembléia em 3 de maio de 1856, D.Pedro II fez um breve balanço da atuação do gabinete, re-afirmando a confiança no programa de governo que vinha sendo desenvolvido pelo marquês de Paraná::

> (...) A paz e a **ordem interna** se consolidam cada vez mais pela **calma dos espíritos** e pelas tendências do povo para o trabalho e para os melhoramentos do país. (...) Este resultado, devido em grande **parte à política até agora seguida**, justifica a continuação do apoio franco e decidido que vos tem merecido. Espero, pois que, atendendo às necessidades indicadas pelo meu governo, votareis as medidas que elas reclamam promovendo assim a felicidade e o engrandecimento da nação. [373]

E já na sessão de encerramento do ano legislativo, em 20 de setembro de 1856, ou seja, 17 dias depois da morte do Presidente do Conselho, o Imperador seria ainda mais enfático, na sua avaliação. Enumera as conquistas alcançadas pela Conciliação, em vários setores da administração pública*:*

> (...) Augustos e digníssimos Srs. representantes da nação – recordo com prazer, e mais uma vez vos agradeço as **acertadas medidas** com que promovestes a prosperidade da nação durante a presente legislatura [9ª legislatura: 1853-1856], e o franco e eficaz apoio que prestastes ao **meu governo**. A **reforma da instrução** em seus **diversos ramos**; a **criação do banco nacional**, a da jurisdição especial de comércio e a de um **conselho naval**, o crédito para a **construção de um dique**, a **reforma eleitoral**, e finalmente outras medidas de reconhecida utilidade, são provas irrefragáveis do vosso zelo e dedicação pelo engrandecimento do Brasil. (...) O comércio, a indústria e agricultura vos devem especialmente os recursos e favores que com tanta solicitude concedeste para o desenvolvimento dos **meios de comunicação**, e a **aquisição de braços livres**, duas das mais urgentes necessidades do país. O meu governo há de corresponder à vossa confiança, consagrando-se, como até agora à causa pública, e procedendo com o maior discernimento no emprego dos meios com que o habilitastes para realizar os benefícios que reclamam diferentes ramos da **administração**. (...) Foram trocadas as ratificações de tratado de amizade, comércio e navegação celebrado entre o **Império e a Confederação Argentina**, bem como as dos ajustes concluído nesta Corte com o plenipotenciário da república do Paraguai. (...) O meu governo procurará por sua parte deduzir dessas estipulações todas as vantagens que prometem aos interesses do país e do **comércio** em geral. (...) As dúvidas que se haviam suscitado na demarcação dos limites do Império com o **Estado Oriental do Uruguai** foram satisfatoriamente resolvidas por acordo dos respectivos comissários. (....) Nossas relações com todas **potências** [principalmente aquelas vistas pelo Imperador nas Instruções como os Estados Unidos e a Inglaterra] mantêm-se no mesmo estado de boa inteligência e amizade. (...) As províncias permanecem tranqüilas, e, graças à Divina Providência, tem cessado os estragos da epidemia que acometera a maior parte delas. Augustos e digníssimos representantes da nação, (...) Recolhendo-vos ao seio de vossas famílias, estou certo de que continuareis a fortalecer com o vosso exemplo o espírito de **moderação e concórdia** que felizmente **reina** entre os meus amados súbditos, e auxiliareis o meu governo no empenho de tornar cada vez mais efetivas a garantias

[373] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 03 de maio de 1856. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 26/03/2010. (grifo nosso).

> que a constituição e as leis oferecem para a livre expressão da vontade nacional.[374]

A transcrição é longa, porém necessária, pois a Fala do Trono constitui um importante documento de natureza política, como foi comentado em outra oportunidade. Diante da Assembléia Geral do Império, o monarca declarava formalmente que as *acertadas medidas*, ou seja*, as reformas promovida*s só se efetuaram por causa do empenho do Gabinete da Conciliação. Para além disso dava a entender que apesar do desaparecimento repentino de Honório Hermeto, a política de governo por ele desenvolvida não sofreria solução de continuidade, ao contrário do que supunha o futuro visconde de Uruguai. Afinal, o Programa cumprido durante a gestão do Marquês, que no passado não se curvara ao Imperador, refletia fielmente às *Instruções* que dele recebera. Não por acaso, a fala de d, Pedro II parecia de júbilo, soava tal como uma coroação política do seu *pensamento augusto.*

[374] **FALA DO TRONO**. Câmara dos Deputados. 20 de setembro de 1856. Disponível em: <www.camara.gov.br> Acesso em: 26/03/2010. (grifo nosso).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa conciliação, o divisor das águas da política imperial, inaugura, com a transação, a síntese entre correntes díspares, não só o fortalecimento do regime para poder enfrentar novos embates, como uma nova divisão entre os grupos contrários.

Sérgio Buarque de Holanda[375]

As vozes clamando por uma prática conciliatória já podiam se ouvir no período Regencial, especificamente no Regresso (1837), embora somente sob um gabinete liberal o termo fizera parte do programa de governo, logo após a Maioridade do Imperador D. Pedro II.

Por outro lado, embora o Partido Conservador se mantivesse no poder desde meados da década de 1840, desfrutando de maior coesão do que o Partido Liberal, é possível identificar nas suas fileiras a existência de *conflitos internos*, *diferenças* e *fissuras*. Neste sentido, procuramos demonstrar que o *projeto saquarema*, entendido por nós como uma *cultura política*, apesar da sua predominância no cenário imperial, não era o *único* projeto político de viés conservador para o Brasil.

Dentre vários projetos que disputavam um lugar no mundo das ideias da *sociedade imperial*, ressaltamos que a cultura política da *Conciliação* já se vinha esboçando desde o início do Segundo Reinado. Ou melhor, era uma das culturas políticas paralelas à da *Trindade Saquarema*. Entretanto, a Conciliação como um programa de governo só se efetivaria em 1853, devido à intervenção da Coroa no jogo político.

Analisamos a influência da obra de Joaquim Nabuco na historiografia do Segundo Reinado. Influência de Joaquim Nabuco também sobre a conciliação, um dos diversos temas tratados por ele, visto a participação de seu pai, Nabuco de Araújo, como ministro da Justiça à época da Conciliação.

A chamada “política da conciliação” costumou ser atribuída, como vimos por parte da historiografia, a Honório Hermeto Carneiro Leão. Contudo, sem minimizar o

[375] “Conquista da paz interna e conciliação política”. **Folha de S.Paulo**, 19 de abril de 1992.

papel desempenhado por Honório a documentação disponível apontava que, por detrás do marquês de Paraná, pairava a sombra do imperador D. Pedro II.

A política da conciliação, inspirada, indicada e sustentada pela Coroa recebera críticas tanto do Partido Conservador quanto do Partido Liberal. Essas críticas foram visualizadas através dos discursos parlamentares, pronunciados tanto da Câmara, quanto do Senado e também por algumas correspondências trocadas por vultos políticos. Da parte do Partido Conservador, acusava-se a Conciliação de provocar fissuras nas suas fileiras e de ferir diversos interesses, principalmente os da *Trindade Saquarema*. Por sua vez, no âmbito do Partido Liberal, repudiava-se a Conciliação por tomar para si a iniciativa de promover reformas que esvaziavam as principais bandeiras dos liberais.

Seja como for, a política da Conciliação posta em prática pelo Marquês de Paraná foi idealizada no Paço de São Cristóvão. Definida pelo Imperador, que procurou operacionalizá-la através das suas *Instruções*, um documento de importância crucial, no qual a Coroa fixava um conjunto de orientações políticas e administrativas, deixando clara sua intenção de aprimorar as condições de governabilidade do país, para assim adentrar no rol *dos povos ditos civilizados*.

Isto nos levou a examinar o papel desempenhado por D. Pedro II na formulação e na condução da política imperial. Foi do poder moderador que emanaram as diretrizes passadas a Honório Hermeto Carneiro Leão. A escolha de Honório para por em prática a Conciliação parece ter sido estratégica, pois se tratava de figura de grande prestígio, membro do Partido Conservador e que era conhecido por não se curvar perante o soberano. Portanto, o ato de aceitar a incumbência que lhe fora conferida, já provocava de antemão uma fissura entre os saquaremas.

Procuramos cotejar as recomendações de D. Pedro II com programa ministerial apresentado por Honório Hermeto ao Parlamento. Além disso, confrontamos as reformas promovidas pelo gabinete por ele presidido com as respectivas *Instruções* recebidas. Avaliamos, de forma breve, as conseqüências da promulgação da lei da Reforma Eleitoral de 1855 e o debate que suscitara, sobretudo entre os integrantes do Partido Conservador. Como vimos, além de restringir os assentos dos funcionários públicos (lei das incompatibilidades eleitorais), principalmente dos magistrados, às cadeiras da Câmara dos Deputados,

reduzia substantivamente a interferência do governo no processo eleitoral. Por outro lado, garantia a representatividade dos poderes locais com a eleição de um deputado representando alguns distritos. Neste sentido, as forças políticas municipais ganhariam mais voz em relação às grandes bancadas provinciais.

De qualquer modo, o assunto está longe de ser esgotado. Na preparação desta dissertação, muitas perguntas e hipóteses que levantamos ainda ficaram pendentes. Somente através de investigação sistemática, a partir do cotejo de fontes variadas, a exemplo da imprensa e das correspondências particulares de políticos, poderão surgir respostas satisfatórias, capazes de dar conta da multiplicidade de fatores envolvidos.

A cultura política da Conciliação merece estudos minuciosos, que ofereçam novos encaminhamentos ao problema, pois para se compreender a história política do Segundo Reinado é preciso examinar com profundidade os valores, os comportamentos e as práticas de governo intentadas pelo Gabinete liderado pelo Marquês de Paraná, o primeiro orientado pelo *lápis fatídico* do Imperador, conforme se comprova documentalmente. A Conciliação, sem dúvida, constitui o que Sérgio Buarque de Holanda denominou de *divisor de águas da política imperial*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Ensaios e estudos:** crítica e história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____.**Fases do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973

ALENCASTRO, Luis Felipe. Joaquim Nabuco: um estadista do Império.” In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil:** um banquete no trópico. 2.ed. São Paulo: Senac,1999.

AMADO, Gilberto. **As instituições políticas e o meio social no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

ASSIS, Machado de. “O Velho Senado”. *In:* NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p. 1277.

BASILE, Marcelo N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p.349-363.

BRAUDEL, Fernand. “A longa duração” *In:* **História e Ciências Sociais.** Lisboa: Presença, 1972.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **A revolução francesa da historiografia:** a escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; 1975.

_____. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem:** a elite política imperial. Brasília: UNB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras:** a Política Imperial**.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHACON, Vamireh. **História Institucional do Senado do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: EdUNESP, 2007

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus,1997.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro.** São Paulo: Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2007.

FLEIUSS, Max. **História administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

GENOVEZ, Patrícia Falco. "Visões da Liturgia: o imperador e os partidos políticos". **Revista de História Regional,** v. 5, n.2, 2000.

GRAHAN, Richard. "O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai" *in:* BETHEL. Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EdUSP, 2001.v.3

GRAHAN. Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1990.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

_____. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. (org.) **História da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1987.

_____. Conquista da paz interna e conciliação política. **Folha de S.Paulo**, 19 de abril de 1992.

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. **Legislação eleitoral no Brasil**: do século XVI a nossos dias. Brasília: Senado Federal, 1996. p. 115-117.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 134-146, 1992.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? IN: **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval.** Lisboa: Edições 70, 1985.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LYNCHY, Christian Edward Cyril**. O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil, Dados**, Set 2005, v.48, n.3, p.611-653.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo, Abril, 1978.

MARSON, Izabel Andrade**. Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão.** Uberlândia: EDUFU, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MAGALHÃES JÙNIOR, Raimundo de. **Três panfletários do segundo reinado.** São Paulo,1956.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema:** a formação do estado imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

_____. Do Império à República. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, , p 163-164, 1989.

_____.GONÇALVES, Márcia de Almeida. **O Império da boa sociedade:** a consolidação do estado imperial brasileiro**.** São Paulo: Atual, 1991.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil:** contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Iluminismo Envergonhado”. **Folha de S. Paulo**, sábado 14 de junho de 2003.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. Joaquim Nabuco e a história política do Império. *In:* NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **História e teoria dos partidos políticos do Brasil.** São Paulo: Alfa e Ômega, 1980.

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Crônica da rebelião praieira (1848-1849).** 2.ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1978.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da revolta praieira em Pernambuco**. 2.ed. Brasília, DF: Senado Federal,1978.

MONTEIRO, Hamilton de Matos. **Brasil império**. São Paulo: Ática, 1986.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. S/d.

_____. **Um estadista do império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975.

_____. **O abolicionismo.** São Paulo: Nacional, 1938.

NEEDELL, Jeffrey. **The party of order:** the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871. Stanford: University Press, 2006

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **O Império brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Brasiliense. ,1980.

PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **O liberalismo no Brasil imperial:** origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.3, p. 9-22, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial. **A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SALLES, Ricardo. Escravidão e política no Império". **História e Ciências: saude-Manguinhos.** 2008

SANTA CRUZ, Fábio Santiago. **Em busca da conciliação:** idéias políticas no parlamento no império do Brasil: (1831-1855). (Tese de Doutorado) Brasília: UNB, 2008.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **As barbas do imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes.** São Paulo: Unesp, Cambridge University Press, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo império**. 2.ed. Rio de Janeiro: Grafia, 1998

SOUZA, Ricardo Luis de. Tradição, identidade nacional e modernidade em Joaquim Nabuco. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20. jan./dez. 2004.

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. **Honório Hermeto na fundação de Petrópolis**. In:R.IHGB, Rio de Janeiro, v. 236, jul/set. 1957

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada:** teoria política do império do Brasil. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1957.

_____. **Os construtores do império:** idéias e lutas do partido conservador brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VIANNA, Helio. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1994.

VIANNA, Oliveira. **O acaso do império**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio,1959

WELFORT, Francisco C. (org). **Os clássicos da política.** São Paulo: Ática, 1991.

FONTES

Anais da Câmara dos Deputados. Disponível em www.camara.gov.br

Anais do Senado. Disponível em www.senado.gov.br

BIBLIOTECA NACIONAL – SETOR DE MANUSCRITOS

Fundo Tobias Monteiro

1. Série: Pedro II

I-35,10,024

Instruções do Imperador D. Pedro II ao Marquês de Paraná sobre Gabinete da Conciliação.
06.09.1853

2. Série: Pedro II

64,02,006 nº 084

Carta do Imperador D. Pedro II ao Marquês de Paraná sobre a Reforma Eleitoral e também sobre as incompatibilidades.

Sem data.

3. Série: Barão de Penedo

63,3,005 nº 099

Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa ao Barão de Penedo onde comenta sobre o abalo do Ministério da Conciliação e o desgosto político de Paraná.

Rio, 13 de fevereiro de 1856.

4. Série: Barão de Penedo

63,3,005 nº 099

Trata de uma campanha contra protegidos dos saquaremas além de citar a renovação da Câmara que já possui 23 liberais após a Reforma Eleitoral de 1855.

Rio, 5 de julho de julho de 1857

5. Série: Barão de Penedo

63,03,005 nº 096

Carta de Francisco Otaviano de Almeida Rosa ao Barão de Penedo sobre o Ministério da Conciliação onde se faz uma dura crítica a Paraná além dos ministros desde gabinete.
Rio, 13 de abril de 1855.

6. Série: Visconde do Uruguai

63,4,002 nº 110

Cartas do Visconde Uruguai ao seu filho que critica o Ministério Paraná falando de sua putrefação, porque, em sua visão, o gabinete cai aos pedaços. Uma suposta ideia de fazer parte deste ministério é totalmente rechaçada por ele.
Rio 14 de dezembro de 1856.

9. Série: Visconde do Uruguai

63,4,002 nº 110

Cartas do Visconde Uruguai ao seu filho onde fala da confusão em que estava inserido Paraná e principalmente após a sua morte em matéria de eleições.

Rio 14 de outubro de 1856

10. Série: Visconde do Uruguai

63,4,002 nº 110

Cartas do Visconde Uruguai ao seu filho tratando de eleições deste último e com Paraná designando os candidatos para todos os círculos.

Paris, 14 de Julho de 1856

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB

Coleção Leão Teixeira

1. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 750

Pasta: 46

Documento em o qual o Imperador D. Pedro II fixou as linhas mestras do ministério da Conciliação parecendo tratar-se de um programa previamente ajustado com Honório Hermeto Carneiro Leão
Reprodução Fotográfica.
Original na Biblioteca Nacional
Oferta de Walter de Azevedo
06.09.1853
3 folhas

2. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata 748
Pasta 5

Resumo: Carta do imperador D. Pedro II ao Marquês de Paraná, presidente do conselho de ministros, sobre o projeto de reforma eleitoral, que haveria de culminar na lei dos círculos. Reprodução fotográfica do original existente na biblioteca nacional. Oferta de Walter de Azevedo.
Sem Local
Sem Data

3. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta 31

A moléstia e a morte de Honório. Depoimentos e documentos do Jornal do Comércio e do Correio Mercantil de 1856. 14 documentos.

4. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 755
Pasta: 48

Artigo de Escragnolle Doria na Revista da Semana sob o título “Subsidiando a História” sobre a vida de Ângelo Muniz da Silva Ferraz e Honório Hermeto.
Obs: os originais das cartas se encontram arquivadas na Lata 748, Pasta 2

Sem local
Sem data.

5. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 750
Pasta: 51

Artigo de Escragnolle Doria sobre o Ministério da Conciliação. Notas avulsas sobre o mesmo assunto na Revista da Semana.
16.02.1935 e 15. 08. 1936
12 documentos

6. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Docs. A. 5
Pasta: G.1 Nº 22

Artigos sobre Honório Hermeto de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Antônio da Rocha Almeida. O Estado de São Paulo, 02.09.1956

7. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 736
Pasta: 20

Artigo sobre Honório.
12 Documentos
1943-1956
Oferta do IBGE

8. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta: 19

Artigos sobre Honório Hermeto publicados no Jornal do Commercio e as Cias de mineração, o Beija-mão, etc.
1837- 1847

12 documentos

9. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta: 39

Artigo sobre o primeiro centenário da morte de Honório Hermeto em “O Globo” e na “Tribuna de Petrópolis”
06.09.1853

10. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 750
Pasta:22

Atuação de Honório Hermeto à época de sua presidência da província do Rio de Janeiro na repressão e combate à Revolução de Minas e São Paulo. Notas e depoimentos extraídos do Jornal do Comércio de 1842
8 documentos

11. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 748
Pasta: 34

Carta confidencial de Honório Hermeto ao ministro Paulino José Soares de Souza em que se refere a divisão brasileira às desavenças com Urquiza e às condenações em massas. Cópia datilografada.

Montevidéu, 5 de março de 1852

9 páginas.

12. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 748
Pasta:18

Carta cópia de Honório a um amigo de grande influência eleitoral, patrocinando em 1852 a eleição do dr. José Maria da Silva Paranhos para deputado à Assembléia pela província do Rio de Janeiro

Rio, 12 de novembro de 1852.

13. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 515
Pasta:14

Carta cópia fotografada de Honório ao visconde do Rio Branco Barão de Mauá sobre empréstimo ao Estado Oriental.
2 documentos

14. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 748
Pasta:4
Bilhetes de D.Pedro II ao Marquês de Paraná sobre uma provável epidemia e a respeito da partida do Dr. Capanema
2 Documentos

Sem data
Sem local

15.Eusébio de Queirós

Lata: 748
Pasta:26
Cópia das cartas de Honório a Eusébio quando presidia a província de Pernambuco.
1849-1850

16. Teixeira Filho, Henrique Carneiro Leão

Lata: 754
Pasta:27

Cartões de Basílio Magalhães ao Dr. Henrique Carneiro Leão sobre a biografia de Honório ser de Justiniano José da Rocha.

17. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 754
Pasta:39
Carta de José Antônio Soares a Henrique Carneiro sobre a participação de Honório na deputação provincial fluminense.

18. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 748
Pasta: 15

Carta de Honório Hermeto a um amigo sobre eleições.
2 cópias.

Rio, 12 janeiro de 1833
3 Páginas

19. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Doc. A. 5
G.1 nº22

Artigo sobre Honório no Estado de São Paulo

02.09.1956

20. Teixeira Filho, Henrique Carneiro Leão

Lata: 754
Pasta:72

Arquivo de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. Resumo da Catalogação. Arquivos dos marqueses de Paraná

21. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

A.5. DOCS
G.1 Nº 16

A MANHÃ – VIDA POLÍTICA (HOMENS IDEIAS E FATOS). SUPLEMENTO DOMINICAL Nº 4

RIO DE JANEIRO, 14.12.1947

22. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta: 34
Paralelo entre Casemiro Pértier e Honório Hermeto pelo Dr. José Joaquim de Morais Sarmento, extraído do livro "Reforma Eleitoral", eleição direta, Recife 1862.
Semelhança de Honório com Robert Peel.

23. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta:29

Parecer do médico francês Dr. Bidautt enviando a D. Pedro II 20 dias após a morte de Honório Hermeto.
23.09.1856

24. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)
Lata: 749
Pasta:30

Palavras proferidas por Honório Hermeto antes de falecer.
3 documentos

25. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)
Lata: 749
Pasta:33

Notícias sobre a profanação do túmulo de Honório Hermeto.
Maio de 1865
4 folhas

26. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 750
Pasta: 14
Notas sobre a atuação de Honório na Câmara dos Deputados nas 2ª, 3ª e 4ª Legislaturas.

23 Documentos

27. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta: 3
Índice Cronológico e Relação de Cartas e documentos de autoria de Honório Hermeto.
3 documentos
31 folhas

28. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Pasta: 42

História da Moléstia do Honório Hermeto. Carta a Genival Londres a Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho devolvendo o referido documento.
1856

Rio, 03.09.1857

29. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 759
Fichário dos documentos referentes a Honório Hermeto pertencentes à coleção de Leão Teixeira organizado por seu bisneto Henrique Carneiro Leão Teixeira.

188 fichas.

30. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 750
Pasta: 3
Documentos sobre a vida universitária de Honório.
4 Documentos
1820-1825

31. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 747

Pasta: 43
Carta do cônego Raimundo Trindade a Hélio Vianna sobre a genealogia do Marquês de Paraná.

Ouro Preto, 14.07.1956

32. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 754
Pasta: 47
Carta do Cônego Raimundo Trindade a Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho sobre os descendente de Honório.
Ouro Preto, 14.08.1956

33. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 748
Pasta: 14

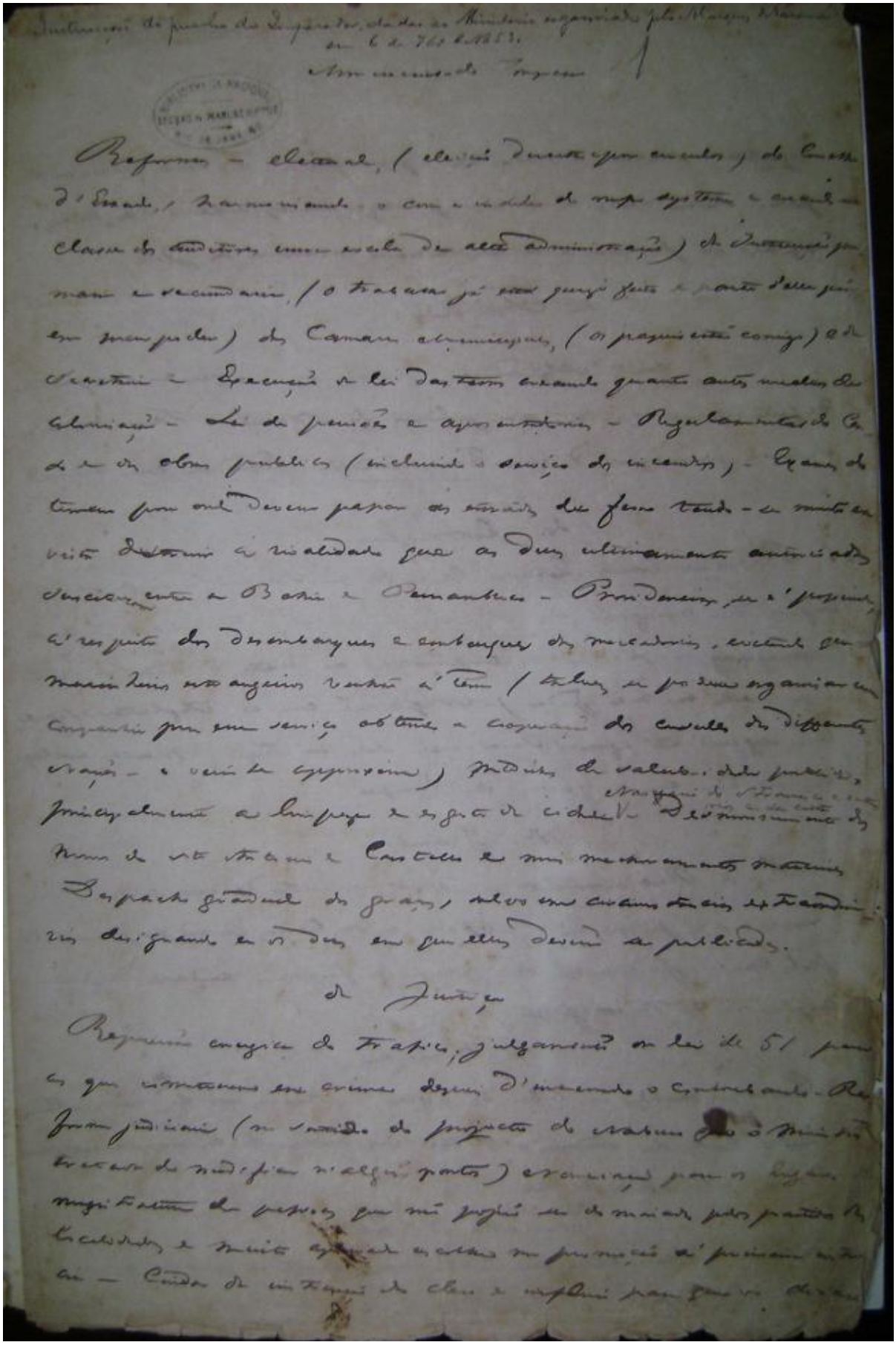
Carta de Honório Hermeto quando era presidente do Conselho de Ministros e ministro da Fazenda a Francisco Salles Torres Homem sobre o destino a ser dado às fazendas e escravos pertencentes à Nação.
1853-1856
Sem data
Sem local

34. LEÃO, HONÓRIO HERMETO CARNEIRO (MARQUÊS DE PARANÁ)

Lata: 749
Doc. 43

Carta de Honório Hermeto a José da Costa Carvalho dizendo não achar proveito em sociedades secretas,pois esta parece desejar a restauração, não sendo seus membros merecedores de confiança. Pede-lhe que aconselhe Feijó.
Rio,10.12.1831 Biblioteca dr. Eduardo Prado

Anexo – A Instruções do Imperador



regulamento actual o modo de o preencher — Todos os recursos da força devem ser postos à minha presença, as organisações das peças, exigidas do preciso e circunstanciado relatorio do Juiz.

da Fazenda

Abra de novo a Alfandega, reformando o que ha de aspectos defeitos que se apontam nos planos do Novo — Tenho bascado sobre os principios d'uma Lei em antecedente liberdade do comercio

dos Estrangeiros

Relações com os Estados Unidos da Republica cimentadas á respeito da navegação do Amazonas e dos tributarios, e como Paraguay — Lucro do emprestimo ao Estado Oriental (o ultimo exercicio está em meu poder) — Negociações com a Inglaterra (politica seguida até agora. Instrucções dadas ao Lugo) Manter inalteravel assim com os fortes da Europa

da Guerra

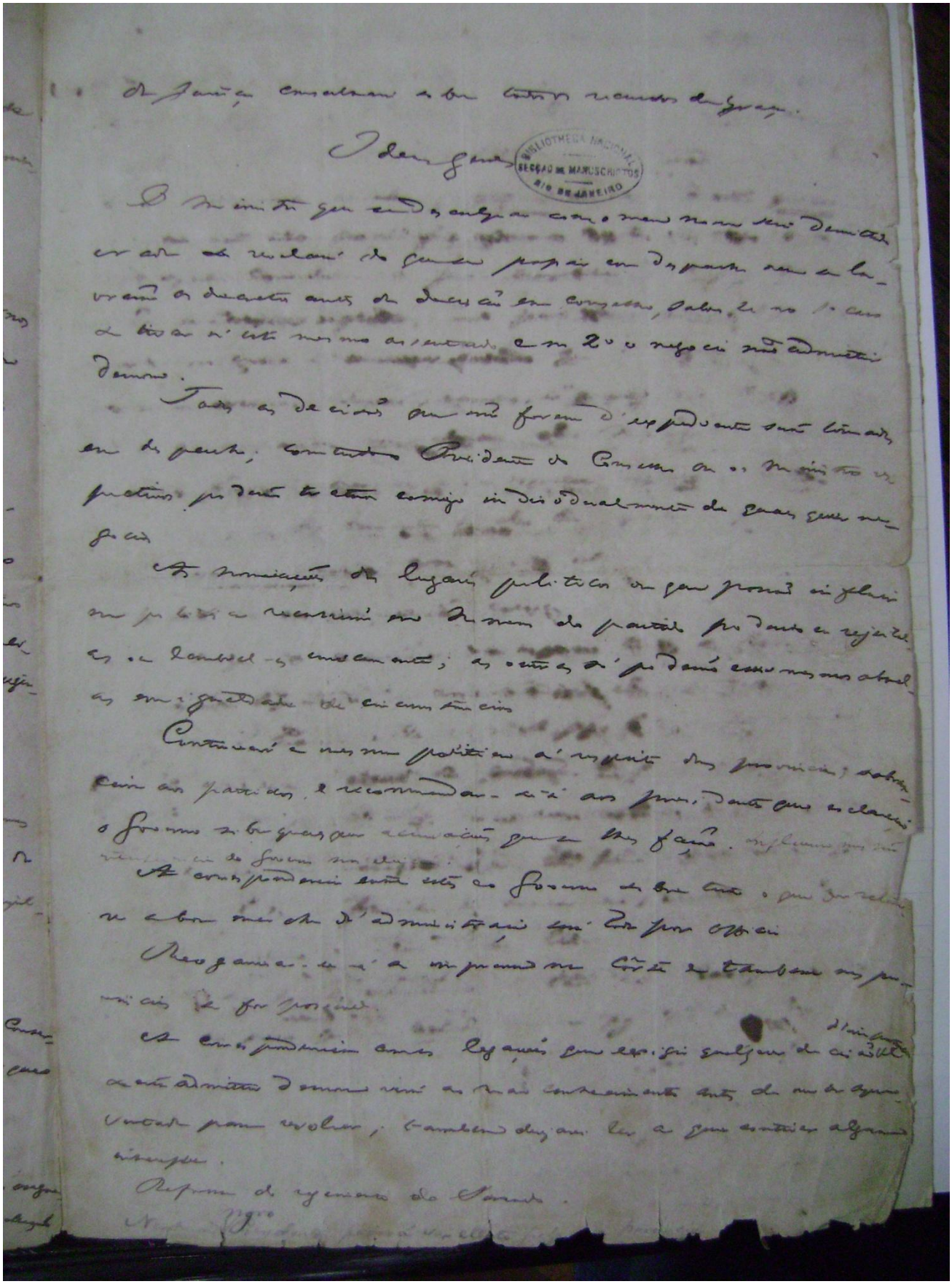
Lei de Recrutamento — Movimento dos diversos corpos d'uma para outras provincias — Apoio aos Militares, quando for possivel, da politica — Guarnição das provincias fronteiras cuidando — a principal mente da de Matto Grosso

da Marinha

Construcções navais — Obra do Dique — Reorganisação da Marinha — Cuidado á Corte de Madeiras — Estado dos motivos do desenvolvimento para bem pela officialidade.

Conselho de Estado

Deverá ser consultado em todos os assumptos em pendencia, quando exigir, e ou os negocios d'elles — permittir, ouvido ou não os officiaes. Ele deve



Fonte: PEDRO II. D. **Instruções**. Biblioteca Nacional:I-35,10,024. Seção de Manuscritos . 09 de setembro de 1853.

Anexo B - Carta do Visconde do Uruguai

Respm.do Rio 14 de 8bro. de 1856.

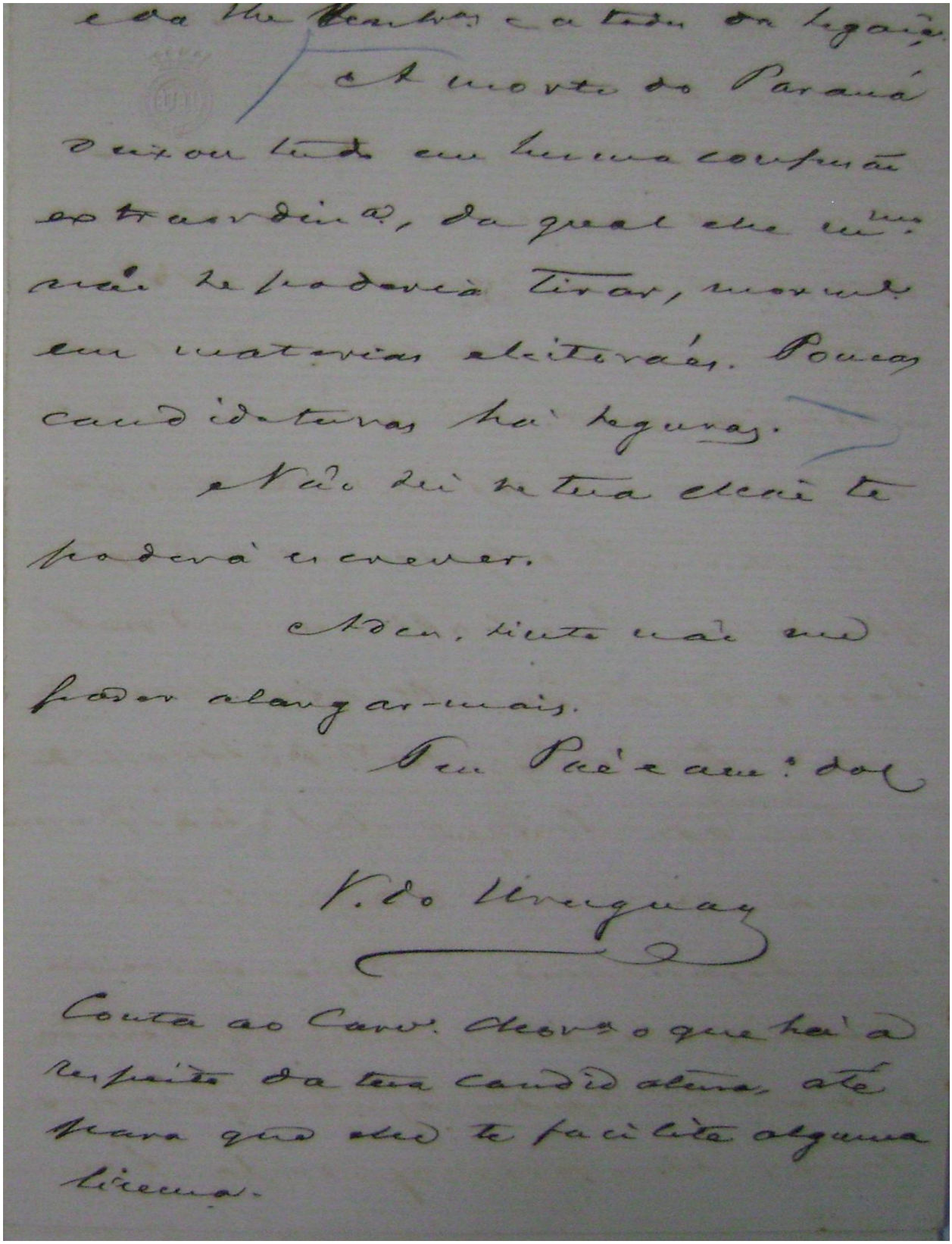
14/10/56

Meu filho e amo.

Aqui chegamos a 8 do corr.te com
huma longa, porem feliz viagem.
As visitas e o desarranjo em que
me acho não me permittem ter
extenso. Achai-bons todos os
da nossa familia

A tua candidatura Pr.
Saboyen encontrará grandes
embaraços — Ventio Leite apre
sentar-se, e Cleom.o Franc.o não
lhe poude negar seu auxilio.
Crêe que hai de ser demorado,
mas não demora nós contribuir
para isso, e para facilitar a en
trada de hum tortilho gandet.

Meu



e da Ilm.ª Senh.ª e a todos da legação.

A morte do Paraná deixou tudo em huma confusão extraordin.ª, da qual ele m.ª mais se poderia tirar, morrendo em materias eleitoraes. Poucas candidaturas há seguras.

Não sei se teu cliente te poderá escrever.

Adeus, tiveste mais que fazer alongar-mais.

Teu Pai e am.º do

V. do Uruguay

Conta ao Cav.º Alcov.º o que há a respeito da tua candidatura, até para que elle te facilite alguma licença.

Fonte: Visconde do Uruguai. **Cartas**. Biblioteca Nacional. Seção de manuscritos: 63, 4, 002 nº 110. *Rio, 14 de Outubro de 1856.* Coleção Tobias Monteiro.

Anexo C - Lei dos Círculos

Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855

Altera a Lei de 19 de Agosto de 1846.

Hei por bem Sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembleia Geral Legislativa.

Art. 1º A Lei de 19 de Agosto de 1846 será observada com as seguintes alterações:

§ 1º Os membros das Juntas de Qualificação, e os das Mesas das Assembleias Paroquiais, que tem de ser tirados dentre os Eleitores, e Suplentes, conforme a disposição do Artigo 8º, e seguinte da dita Lei, serão eleitos, dois pelos referidos Eleitores, e na sua falta pelas pessoas designadas no Artigo 10º, e dois pelos Suplentes, e na sua falta pelas pessoas designadas no Artigo 12º, podendo os votos recairem em quaisquer Cidadãos da Paróquia que tenham as qualidades para Eleitor.

§ 2º A eleição dos Secretários e Escrutinadores dos Colégios Eleitorais continuará a ser feita por escrutínio secreto. Votando, porém cada Eleitor em dois nomes somente. Serão Secretários os dois mais votados, e Escrutinadores os dois imediatos em votos.

§ 3º As Províncias do Império serão divididas em tantos Distritos Eleitorais quantos forem os seus Deputados à Assembleia Geral.

§ 4º A primeira divisão será feita pelo Governo, ouvidos os Presidentes das Províncias, e só por Lei poderá ser alterada. Na divisão guardará o Governo as seguintes bases:

1ª As freguesias, de que se compuser cada Distrito Eleitoral, serão unidas entre si sem interrupção.

2ª Os diferentes Distritos Eleitorais de cada Província serão designados por números ordinais, e iguais, quanto for possível, em população de pessoas livres.

§ 5º O Governo designará para cabeça de cada Distrito Eleitoral a Cidade, ou Vila mais central, onde se reunirão em um só Colégio no dia marcado para a eleição

dos Deputados à Assembleia Geral, e no edifício, que o Governo também designar, todos os Eleitores do Distrito; e depois de observadas as formalidades para a organização do Colégio, e as mais de que trata o Capitulo 1º do Título 3º da Lei, procederão à eleição de um Deputado, votando cada Eleitor por cédula não assinada, e escrita em papel fornecido pela Mesa. Recolhidos os votos em escrutínio secreto, contados e apurados, ficará eleito Deputado o Cidadão que obtiver maioria absoluta de votos.

§ 6º Se ninguém obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-há imediatamente a segundo escrutínio, votando cada Eleitor unicamente em um dos quatro Cidadãos mais votados no primeiro escrutínio. Se ainda no segundo escrutínio ninguém obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-há imediatamente a terceiro, votando cada Eleitor unicamente em um dos dois Cidadãos mais votados no segundo escrutínio, e ficará eleito Deputado o que obtiver maioria absoluta de votos. No caso de empate decidirá a sorte, e aquele contra quem ela decidir será declarado Suplente.

§ 7º Fora do caso da última parte do parágrafo antecedente, finda a eleição de Deputado, proceder-se-há à eleição de um Suplente, observando-se a respeito dela o mesmo que fica determinado para a eleição de Deputados.

§ 8º Tanto para o deputado, como para o Suplente, servirá de Diploma uma cópia autêntica da Ata, dispensada a remessa da cópia destinada á Câmara da Capital pela disposição do Artigo 79 da Lei.

§ 9º O Governo, não obstante a regra estabelecida no parágrafo 5º, poderá subdividir em mais de um Colégio os Distritos em que pela disseminação da população for muito difícil a reunião de todos os Eleitores em um só Colégio, com tanto que nunca a distancie do lugar em que se reunir o Colégio seja menor de trinta léguas de sua extremidade.

§ 10. Quando o Distrito tiver mais de um Colégio, reunidos os Eleitores em cada um deles nos edifícios designados pelo Governo, e observadas as formalidades indicadas no parágrafo 5º, procederão à eleição na forma do mesmo parágrafo, devendo, porém a cédula de cada Eleitor conter dois nomes, um para Deputado, e outro para Suplente, sem que se faça essa designação. Recolhidos, contados e apurados os votos, se lavrará a Ata, que será no mesmo ato transcrita no livro das notas do Tabelião do lugar, e assinada pela Mesa e Eleitores que o

quiserem, sendo obrigado o dito Tabelião a dar logo traslado a quem o requerer. Desta Ata continuarão a ser extraídas as três cópias de que trata o Artigo 79 da Lei, sendo, porém remetida à Câmara Municipal da cabeça do Distrito a que era destinada á da Capital da Província.

§ 11. A remessa das Atas nunca deixará de ser feita pelo Correio dentro do prazo, e com todas as formalidades prescritas do Artigo-79 da Lei, ainda quando por duplicata hajam de chegar particularmente ao seu destino.

§ 12. Trinta dias depois do marcado para a eleição a Câmara Municipal da cabeça do Distrito, reunida com os Eleitores do respectivo Colégio, que serão convocados, fará com eles a apuração, procedendo na forma dos artigos 85, 86 e 87 da Lei.

O Cidadão que reunir maioria de votos será declarado Deputado, e Suplente e seu imediato, ainda que só tenham maioria relativa. Os Diplomas serão expedidos pela Câmara Municipal na forma do Artigo 88 da Lei.

§ 13. O Cidadão que for eleito Deputado por mais de um Distrito terá opção do Distrito que quiser representar, e será substituído pelo respectivo Suplente, e na falta deste proceder-se-ha à nova eleição. A opção será feita dentro de três dias depois da verificação dos poderes; e na falta dela a preferência se regulará pela disposição do Artigo 124 da Lei.

§ 14. As Províncias do Rio de Janeiro e Sergipe darão mais dois Deputados, e mais um a de Piauí.

§ 15. A eleição dos Membros das Assembleias Provinciais será também feita por Distritos, guardando-se a respeito dela as mesmas regras estabelecidas para a eleição dos Deputados, e alterando-se o seu número da maneira declarada no parágrafo seguinte.

§ 16. A Assembleia Provincial da Bahia terá 42 membros, a três por Distrito; a de Minas Gerais 40, a dois por Distrito; a de Pernambuco 39, a três por Distrito; a de São Paulo 36, a quatro por Distrito; a do Rio de Janeiro, tantos quantos derem os seus Distritos à razão de 5, excetuados o Distrito ou Distritos da Corte, e seu Município; a do Ceará 32, a quatro por Distrito; as de São Pedro e Maranhão 30, a cinco por Distrito; a do Pará 30, a dez por Distrito; as das Alagoas e Paraíba 30, a seis por Distrito; a de Sergipe 24, a seis por Distrito; a de Piauí 24, a oito por Distrito;

as de Goiás, Rio Grande do Norte e Mato Grosso 22, a onze por Distrito; as de Santa Catarina, Espírito Santo, Amazonas e Paraná 20.

§ 17. Nas Províncias que tiverem um só Distrito Eleitoral, o Governo dividirá pelos Colégios do mesmo Distrito o número dos Membros, de que se compuser a Assembleia Provincial, elegendo cada Colégio o número somente dos que houver de dar.

§ 18. Os Distritos ou subdivisões do Distrito que derem até quatro Membros à Assembleia Provincial darão dois Suplentes; os que derem cinco até seis Membros, darão três Suplentes; os que derem sete até oito, darão quatro Suplentes; e assim por *diante.*

§ 19. Fica revogado o Artigo 111 da Lei.

§ ***20. Os Presidentes de Província, e seus Secretários, os Comandantes de Armas, e Generais em Chefe, os Inspetores de Fazenda Geral e Provincial, os Chefes de Policia, os Delegados e Subdelegados, os Juizes de Direito e Municipais, não poderão ser votados para Membros das Assembleias Provinciais, Deputados ou Senadores nos Colégios Eleitorais dos Distritos em que exercerem autoridade ou jurisdição. Os votos que recaírem em tais Empregados serão reputados nulos****.*

Art. 2º Ficam revogados todas as disposições em contrário.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezenove de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco, trigésimo quarto da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz. [376]

[376] BRASIL. Decreto nº. 842, de 19 de setembro de 1855. Altera a Lei de 19 de agosto de 1846. In: JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. **Legislação eleitoral no Brasil**: do século XVI a nossos dias. Brasília: Senado Federal, 1996. v. 1, p. 115-117. O grifo é nosso, pois é relativo às inegebilidades.